



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 7

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 27 de janeiro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento da ALRAA, foram produzidas, no período de tratamento de assuntos políticos, quatro **declarações políticas**, apresentadas respetivamente pelos Grupos Parlamentares do CDS-PP, do CH, do BE e do PPM.

A primeira coube à Sra. [Deputada Catarina Cabeceiras](#) (CDS-PP), tendo usado da palavra sobre a mesma a Sra. Deputada Ana Quental (PSD) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM), José Pacheco (CH) e Paulo Estêvão (PPM).

Sobre a segunda, apresentada pelo Sr. [Deputado Carlos Furtado](#) (CH), usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (PSD), António Lima (BE), Paulo Estêvão (PPM), Vasco Cordeiro (PS), Nuno Barata (IL) e Pedro Pinto (CDS-PP).

Relativamente à terceira, apresentada pelo Sr. [Deputado António Lima](#) (BE), usou da palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*), bem como os Srs. Deputados

Carlos Furtado (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Francisco César (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

Sobre a declaração política apresentada pelo Sr. [Deputado Paulo Estêvão](#) (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*CH*), António Lima (*BE*) e ainda o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*).

Entrando-se na Agenda da Reunião deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Resolução n.º 12/XII – “Isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para o efeito, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*) e os Srs. Deputados Tiago Branco (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi apresentada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*CH*) a justificação para a apresentação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XII – “Recomenda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, requeira ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Resolução para os lesados do BANIF”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, tendo usado posteriormente da palavra os/a Srs./a Deputados/a António Vasco Viveiros (*PSD*), Sandra Faria (*PS*) e Nuno Barata (*IL*), para justificar a posição das suas bancadas parlamentares.

Submetido à votação o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Apresentado o [Projeto de Resolução n.º 13/XII – “Recomenda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, requeira ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Resolução para os](#)

[lesados do BANIF](#)”, pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*CH*), iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Sandra Faria (*PS*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*).

Proferiu um protesto o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) e um contraprotesto o Sr. Deputado Carlos Furtado (*CH*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Seguiu-se a votação da [Proposta de Resolução n.º 20/XI – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2019](#)”, apresentada pela Mesa da ALRAA, a qual foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente e pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pela Sra. Deputada Célia Pereira, foi apresentada a justificação para o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XII – “Medidas de apoio extraordinário aos idosos”](#) o qual foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 9/XII – “Medidas de apoio extraordinário aos idosos”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentada a iniciativa pela Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*), e depois da intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*), iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Maria Isabel Teixeira (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*CH*), Vânia Ferreira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Alexandra Manes (*BE*).

Submetido o Projeto de Resolução foi aprovado por maioria.

Seguiu-se a apresentação da [Petição n.º 53/XI – “Cobertura Fibra - Freguesias de Santo Antão e do Topo”](#), apresentada pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Antão e do Topo, na qualidade de primeiros subscritores.

Após a leitura do relatório pela Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), relatora da Comissão de Política Geral, intervieram de seguida os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), Paulo Silveira (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Ultrapassada a hora regimental para encerramento dos trabalhos a continuação da apreciação da Petição transitou para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 06 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco

Eram 10 horas e 04 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Ana Luís

Deputada Ana Luís (*PS*): Presente.

Secretário: Andreia Costa

Deputada Andreia Costa (*PS*): Presente.

Secretário: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (*PS*): Presente. Bom dia a todos.

Secretário: Berto Messias

Deputado Berto Messias (*PS*): Presente.

Secretário: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (*PS*): Presente.

Secretário: Francisco César

Deputado Francisco César (*PS*): Bom dia. Presente.

Secretário: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Presente.

Secretário: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Bom dia e bom trabalho. Presente.

Secretário: José Contente

Deputado José Contente (PS): Bom dia. Presente.

Secretário: José Eduardo

(Pausa)

Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Bom dia. Presente.

Secretário: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Bom dia. Presente.

Secretário: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito bom dia. Presente.

Secretário: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Presente.

Secretário: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Bom dia. Presente.

Secretário: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Bom dia, Sr. Presidente. Presente.

Secretário: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): Bom dia todos. Presente.

Secretário: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Bom dia. Presente.

Secretário: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Presente.

Secretário: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Bom dia. Presente.

Secretário: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Presente.

Secretário: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Bom dia. Presente.

Secretário: Valdemira Gouveia

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Presente.

Secretário: Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Vílson Ponte Gomes

(Pausa)

Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Presente.

Secretário: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Bruno Belo

(Pausa)

Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bom dia todos. Presente.

Secretário: João Bruto da Costa

(Pausa)

Secretário: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Presente.

Secretário: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Bom dia. Presente.

Secretário: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Bom dia. Presente.

Secretário: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bom dia. Presente.

Secretário: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Bom dia. Presente.

Secretário: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Muito bom dia. Presente.

Secretário: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): Bom dia. Presente.

Secretário: António Lima

Deputado António Lima (BE): Bom dia. Presente.

Secretário: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): Bom dia a todos. Presente.

Secretário: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Bom dia. Presente.

Secretário: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): Presente.

Secretário: Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Bom dia. Presente.

Secretário: Segunda chamada.

José Eduardo

Deputado José Eduardo (PS): Presente.

Secretário: Vílson Ponte Gomes

(Pausa)

Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Presente.

Secretário: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Presente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão.

Dou as boas-vindas ao Sr. Deputado Lubélio Mendonça e em nome do Parlamento desejo-lhe um bom trabalho.

Vamos dar continuidade ao nosso Período de Tratamento de Assuntos Políticos, com declarações políticas.

É agora a vez do CDS-PP fazer a sua declaração política.

Como sabem, conforme definido na Conferência de Líderes, rege esta matéria o artigo 74.º. Para a declaração política do CDS-PP tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como em maio de 2020, reunimo-nos hoje por videoconferência.

Nós, deputados aqui reunidos, somos representantes do povo açoriano. E devemos também ser representantes da união que os açorianos têm demonstrado face a esta situação calamitosa que assola o mundo, o nosso país e a nossa Região.

Esta semana, a agenda da Assembleia Regional dos Açores é maioritariamente dedicada a iniciativas relacionadas com a atual situação pandémica. Faz sentido que assim seja, porque nós, representantes dos Açorianos, a quem o voto dos cidadãos conferiu o poder legislativo e o poder de fiscalizar a ação governativa, podemos e devemos usar esses poderes em prol do bem daqueles

que estão na linha da frente no combate à pandemia, como os profissionais de saúde e agentes de proteção civil, bem como daqueles que, para assegurar serviços e bens essenciais, como os operadores de recolha de resíduos, se mantêm especialmente expostos ao risco de infeção. Podemos e devemos usar estes poderes para proteger os membros mais vulneráveis da nossa comunidade, bem como para apoiar as empresas, as famílias e a comunidade escolar neste contexto inédito.

Este não é o tempo para hesitações. Este é o tempo em que a urgência das respostas eficazes tem de prevalecer sobre as ideologias e as disputas partidárias. Este é o tempo de todos os partidos com assento na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores assumirem uma postura verdadeiramente construtiva para a definição de políticas que apoiem a ação do Governo Regional. Tem sido, aliás, esse o entendimento do CDS-PP/Açores desde o início da pandemia, muito antes de o CDS-PP integrar a nova solução governativa.

Governar com a presença latente de um inimigo invisível acarreta dificuldades incomparáveis. Foi por isso que, na anterior legislatura, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou uma série de propostas com vista a auxiliar o anterior Governo Regional nessa difícil tarefa, propostas essas que foram, na grande maioria, aprovadas pelo parlamento regional.

A pensar nos membros mais vulneráveis da nossa sociedade, o CDS-PP recomendou ao Governo Regional a priorização da realização de testes de despistagem da COVID-19 no universo dos utentes dos lares de idosos existentes na Região, bem como nos casos de novas admissões, nos casos em que os utentes transitam dos cuidados hospitalares, assim como a todos os profissionais em funções naquelas instituições.

O CDS-PP julgou também pertinente aprofundar a capacitação do Serviço Regional de Saúde ao nível da medicina de emergência e suporte avançado de

vida, pelo que recomendou que o Governo Regional promovesse a formação nessas áreas específicas.

Atendendo à situação de crise económica que resultou do estado de emergência decretado em Portugal e das medidas de restrição aplicadas na Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propôs a promoção de mecanismos de apoio extraordinário para os trabalhadores independentes que se encontrassem no primeiro ano de atividade, e que tiveram de a suspender.

Propusemos também alargar os mecanismos de apoio social extraordinário para gerentes e sócios-gerentes de microempresas com sede na Região Autónoma dos Açores, de forma a, além de abranger aos sócios-gerentes de sociedades sem trabalhadores por conta de outrem, pudesse abranger também os que têm reduzido número de trabalhadores por conta de outrem.

Com vista a atenuar os efeitos nefastos do estado de pandemia sobre o sector do turismo, o CDS-PP recomendou ao Governo Regional a suspensão da tarifa de utilização de posto de acostagem para as embarcações marítimo-turísticas. E considerando o inegável valor económico e cultural da tradição taurina, o CDS-PP recomendou a criação de mecanismos excepcionais de apoio aos nossos *ganaderos*, de forma a mitigar os impactos financeiros causados pelo cancelamento dos habituais eventos de Verão.

Por forma a garantir a sustentabilidade das Sociedades Recreativas e Filarmónicas, bem como das Escolas de Música, neste período difícil, o CDS-PP formulou medidas excepcionais e transitórias de apoio à sua atividade.

No âmbito da educação, o CDS-PP recomendou ao Governo Regional que garantisse aos professores, alunos e encarregados de educação os meios necessários ao ensino à distância a partir do 2.º ciclo do ensino básico, inclusive, nomeadamente pela disponibilização de computadores ou tablets para uso educacional, pela concessão de acesso gratuito à banda larga através

de acordos com as operadoras de telecomunicações, e pela criação de uma rede de apoio tecnológico à iliteracia digital de professores e alunos.

Além disto, quando todos acreditávamos poder retomar uma certa normalidade, o CDS-PP respondeu também construtivamente ao apelo do anterior governo socialista, dando os seus contributos para o “Roteiro da Região Autónoma dos Açores” para uma saída segura da pandemia da COVID-19. Nessa altura, o CDS-PP apostou em capacitar e preparar o Sistema Regional de Saúde, considerando fundamental calcular a capacidade instalada a nível hospitalar em internamento e em cuidados intensivos para situações epidemiológicas. Considerámos indispensável reforçar o número de especialistas de Saúde Pública e constituir um grupo de trabalho epidemiológico permanente que reunisse a proteção civil e entidades de diferentes competências de intervenção na saúde pública ao nível da Região – nomeadamente a Direção Regional de Saúde, hospitais, centros de saúde, delegados de saúde e especialistas em saúde pública, virologistas e epidemiologistas – por forma a garantir o acompanhamento dos progressos científicos verificados e desenvolver as adequadas respostas a nível regional. Defendemos a capacidade de testar em massa como ferramenta indispensável para lidar com os riscos futuros da propagação da epidemia e a definição de escalas de risco epidemiológicas a fim de auxiliar a elaboração de novas medidas a desenvolver.

Ontem, nesta sessão plenária, apresentamos a recomendação ao Governo Regional para a aquisição de testes rápidos, porque agora como antes acreditamos que estes são uma ferramenta importante para a deteção do vírus para que de forma mais célere se implementem medidas de controlo da transmissão.

Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Hoje, os Açores têm um parlamento com uma composição diferente. Dessa composição parlamentar emergiu um novo Governo. No entanto, a necessidade de uma postura construtiva para com o Governo Regional é a mesma, porque este grande desafio, que implica a união de todos nós, ainda não foi superado. E só uma ação política feita com grande sentido cívico pode ser a resposta a uma situação de emergência como a que atravessamos. É esse nível de civismo a que o Grupo Parlamentar do CDS-PP apela aos deputados de todos os partidos neste ano de 2021.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para a participação neste debate relativa à declaração política do CDS-PP.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Gostaria de inscrever a Sra. Deputada Ana Quental.

Presidente: Está inscrita, Sr. Deputado. Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições, nesta fase?

Não havendo, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

A todos as minhas cordiais saudações.

Quando menos esperávamos e de um momento para o outro o mundo mudou. De repente vimo-nos a braços com uma pandemia motivada pelo vírus SARS-CoV-2, uma variante até então desconhecida e contra a qual a ciência tem travado uma luta desenfreada para combatê-la, quer pelo tratamento, quer pela prevenção através da criação de uma vacina.

Numa luta sem precedentes fomos aprendendo a viver e a adaptar-nos a todas as medidas que foram surgindo, lavagem das mãos, utilização das máscaras, distanciamentos sociais, confinamentos, etc..

Já em abril de 2020, a bióloga e investigadora Dra. Mariana Sottomayor afirmava que “o vírus é uma estrutura molecular, que tem um tempo de vida muito curto fora das pessoas. O vírus vivo, só vive melhor dentro das pessoas, podendo ser transmitido de umas para as outras, essencialmente pela boca, sendo uma acérrima defensora da utilização da máscara e do distanciamento social.

Não nos podemos isolar do mundo embora o isolamento seja uma das medidas mais eficazes.

Por cá, nas nossas ilhas, embora o mar seja nosso amigo, a Covid-19 tem-se infiltrado bairro a bairro, freguesia a freguesia, ilha a ilha, com a inevitabilidade que caracteriza uma pandemia mundial.

No entanto, as medidas tomadas pelo Governo têm evitado, sem sombra de dúvida, o aumento de surtos e conseqüente estrangulamento dos serviços de saúde, nomeadamente hospitais, como infelizmente se tem visto no continente português.

As cercas sanitárias, com testagem massiva das populações alvo, dão-nos um diagnóstico rápido da situação, atuando de forma cirúrgica e seletiva. Evitam-se assim males maiores com os constrangimentos que daí advêm para a restante população do concelho ou ilha.

É de enaltecer a coragem de fechar as escolas, passar para o ensino à distância, numa altura em que todos estavam contra. É ver agora o que se passa no nosso Portugal Continental, com a agravante de que as escolas estão mesmo encerradas. Isto é grave.

Se por um lado não se tomam medidas que infringem a lei, por outro pede-se à população o sentido de responsabilidade e respeito pelo outro.

Não são tomadas medidas a avulso. São concertadas e eficazes.

A gestão da pandemia por parte do governo e da Comissão de Acompanhamento à Luta Contra a Pandemia nos Açores, tem-se pautado pelo rigor científico e o estudo epidemiológico dos casos. E o sucesso está à vista. A evolução no Índice Rt em Portugal, mostra que os Açores são a única região com o índice mais abaixo, inferior a 1.

A intenção do Governo de, com os rastreios regulares a lares, apoio ao alojamento para quem e de livre vontade não tem condições de confinamento em sua casa e a criação de equipas multidisciplinares para intervenção e acompanhamento das populações nos lugares de maior risco, são sem dúvida uma mais-valia para a vigilância e o controlo de surtos.

Eis que no último dia de 2020 chegou a esperança, a tão desejada vacina.

O Plano desenhado para a sua administração também foi criticado por alguns, mas logo reconhecido, nomeadamente pelo Serviço Nacional de Saúde.

Já o Dr. Pedro Simas, virologista, considerou ser uma boa decisão o facto de se ter dado prioridade aos idosos na vacinação. É uma medida boa para evitar a sobrecarga do Serviço Regional de Saúde, bem como a proteção dos seus profissionais de saúde.

Assim, espera-se que o mais breve possível se consiga devolver à população os cuidados de saúde que muitos perderam e que tanto necessitam.

Mas esta luta que travamos hoje deverá servir para o futuro.

A proteção da nossa economia, com medidas de apoio, algumas já tomadas pelo nosso Governo e que visam também a manutenção do nosso comércio.

Finalmente é com satisfação que relembro a intenção do Sr. Presidente do Governo Regional para a criação de legislação própria para a gestão da pandemia. Alerta-nos para, e citando as suas palavras, “a importância da aprovação de uma lei no Quadro de Emergência Sanitária que clarifique as competências das Autoridades de Saúde Regionais na prevenção e resposta às situações da pandemia.

Termino salientando que a responsabilidade individual e o respeito pelo outro são valores que se querem numa sociedade responsável e mais justa. Com o tempo e formação havemos de lá chegar, pois não podemos esquecer que a minha liberdade termina quando interfere com a liberdade do outro.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Aproveito para pedir aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo (eu, pelo menos na minha imagem, não consegui ver agora a Sra. Deputada Ana Quental e o que me dizem os serviços é que facilmente nós podemos resolver essa situação) para fazer um *refresh* à página. Em 3 ou 4 segundos conseguimos resolver muitos destes problemas. Portanto, alertava os Srs. Deputados para essa situação.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições, senão darei a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para encerrar a declaração política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Inscrição do Deputado do PPM, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer que me revejo na declaração política aqui produzia por parte do CDS-PP. É necessário o sentido de responsabilidade, é necessário também da parte dos vários partidos políticos representados no Parlamento dos Açores que exista unidade na ação, evidentemente com

divergências, com as alterações e com as posições diferentes que cada um tenha...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós não estamos a conseguir perceber a sua intervenção.

Não sei se consegue melhorar as suas condições rapidamente?

O Orador: As condições são as mesmas de ontem. Não está a chegar o som?

Presidente: Está a chegar o som, mas com muitas interferências e nós não o conseguimos perceber.

O Orador: Então interrompo aqui a minha intervenção para solicitar apoio aos serviços da Assembleia no sentido de melhorar as condições. O equipamento é o mesmo, as condições são as mesmas, o local é o mesmo. Portanto, eu vou verificar junto dos serviços como posso melhorar esta situação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Eu peço efetivamente aos serviços que ajudem o Sr. Deputado Paulo Estêvão a solucionar e informem-me se é possível ele continuar a sua intervenção com brevidade.

Pergunto se, entretanto, há mais alguma inscrição para a participação neste debate sobre a declaração política do CDS-PP.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, para inscrever o Sr. Deputado José Pacheco, do CH, por favor.

Presidente: Então, se o Sr. Deputado Paulo Estêvão não se importa, nós vamos passar a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco e depois voltamos ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras falou aí num tema que é sempre para mim muito querido, que é o tema das filarmónicas, da música, das escolas de música.

Aqui queria deixar apenas este alerta – sei que o Governo já foi sensibilizado para isso – a esta Assembleia, porque já dizia o outro “nem só de pão vive o homem”. Nós também precisamos da cultura e a cultura, neste momento da pandemia, como era previsto, simplesmente parou, ou se não parou está a hibernar.

Deixo este alerta, deixo esta sensibilidade ao Governo em duas vertentes, uma, que a cultura tem de se adaptar à pandemia e nós temos de ser muito criativos no sentido de criar ferramentas, estratégias, eventos virtuais, o que quer que seja, que permita que a cultura não morra, não desapareça.

E nas nossas filarmónicas, muitas vezes, isto pode acontecer, porque já vivem momentos bastante difíceis.

Também um alerta para aqueles que vivem da música, e legitimamente vivem da música e porque é esta a sua profissão principal, um forte alerta para aqueles músicos que estão a passar um mau bocado. Quando dizemos um mau bocado, é mesmo passar fome.

Deixar este alerta ao Governo Regional para que não se esqueça a cultura mais uma vez, como eu vi durante décadas a cultura ficar esquecida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para ver se é possível agora ouvirmos a sua intervenção.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, não sei se agora estou a chegar com melhores condições.

Presidente: Está sim senhor.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para referenciar que me revejo na declaração política feita por parte do CDS-PP.

Foi uma declaração política feita com elevado sentido de responsabilidade e com o espírito que anima esta maioria governamental, que é de colaboração de recebermos de forma muito positiva os contributos de todos para combater a pandemia, com uma preocupação social muito grande, com a preocupação de recuperação da economia e sobretudo neste momento, priorizando também as questões sanitárias, protegendo os mais desfavorecidos.

Nesse sentido eu quero aqui, desde já, deixar uma nota muito positiva em relação a esta declaração política e uma nota de apoio à declaração política produzida por parte do CDS-PP, na qual me revejo inteiramente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a participação neste debate?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para encerrar a declaração política.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Queria antes de mais agradecer a participação da Deputada Ana Quental, do Deputado José Pacheco e do Deputado Paulo Estêvão e só para terminar reiterar o sentido da nossa declaração política: tendo existido efetivamente um esforço coletivo de todos nós para ultrapassar os desafios futuros, que certamente não serão fáceis, temos vindo sempre a dizer que sabemos que todas as medidas implementadas nunca serão suficientes para colmatar as dificuldades e minimizar todos os impactos que esta pandemia tem trazido.

Tem de existir sempre, da parte de todos nós, uma grande preocupação social com a saúde e com as nossas empresas, para que consigamos todos juntos levar

os Açores sempre mais além e tentar ultrapassar toda esta situação da melhor forma possível para todos os açorianos.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política. Passamos à próxima.

Para tal tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado, do Chega. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Creio que me estão a ouvir em perfeitas condições, queira confirmar por favor.

Presidente: Estamos sim senhor, faça favor.

Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da ALRAA, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Presidente do Governo Regional dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

O dia 24 de janeiro de 2021, confirmou em todo o país a mudança de ciclo que já havia sido verificada em outubro de 2020, nos Açores pelos resultados das eleições legislativas regionais.

A mensagem transmitida pelo eleitorado é clara e inequívoca, os resultados expressos em urna, mostram uma quebra de confiança nos partidos e nos candidatos apoiados pelos partidos de esquerda, quebra de confiança esta, materializada pela perda de aproximadamente metade dos votos depositados em urna, quando comparados com o ano de 2016.

A ausência de políticas de crescimento verificadas nos últimos anos, a rigidez legislativa, a perseguição ao tecido empresarial e ao empreendedorismo, têm levado o nosso país a não crescimento, que conseqüentemente atiram Portugal para as últimas linhas da lista dos países europeus desenvolvidos.

Portugal e os portugueses precisam urgentemente de políticas de verdade, de pactos sociais duradouros e confiáveis, de decisões políticas motivadores, de empreendedorismo coletivo e individual, de valorização do povo e dos agentes

sociais, jamais um país atrofiado por legislação desestruturada, obsoleta e castradora da iniciativa particular ou coletiva, poderá dar resposta aos urgentes problemas do país.

Jamais, uma nação poderá crescer e solidificar-se sem uma sociedade motivada, formada e informada, saudável do ponto de vista físico e intelectual, jamais ainda uma sociedade poderá seguir os seus objetivos de crescimento sem uma justiça célere e eficaz, estes são os pilares estruturantes para qualquer projeto civilizacional duradouro.

Os portugueses perceberam isso e no passado domingo deram um voto de confiança apreciável a uma candidatura presidencial de direita, uma candidatura que representa um novo paradigma para o país, que centra a sua base no pilar sustentáculo de qualquer economia, a classe média.

A mensagem transmitida a esta importante faixa da população, consiste na premissa de um estado minimalista que recorrendo-se dos impostos arrecadados, promove a redistribuição dos mesmos, numa vertente de justiça social e intergeracional, elementos estes da maior importância à promoção da confiança da sociedade, no estado e nas instituições.

Numa análise mais superficial destes mesmos resultados eleitorais, podemos verificar ainda que os candidatos não oriundos da esquerda, somaram aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos votos contados em urna, mostrando assim a dimensão residual a que ficou reduzida a esquerda e a extrema esquerda em Portugal.

Desta leitura, podemos obviamente concluir que doravante as políticas a levar a efeito, deverão ter uma componente ideológica adequada àquilo que foi manifestado em eleições livres.

Caberá aos decisores políticos agir em conformidade com a mensagem transmitida, para que se faça valer a voz do povo.

Um político justo é aquele que de forma clara e não influenciada pelas suas convicções ideológicas, opera em respeito pelas decisões proferidas em urna, mas é também aquele que na presença desta realidade, orienta a sua ação na

promoção de decisões que favorecem o coletivo em detrimento do individual e o futuro em detrimento do imediato.

Os anais da história não referem decisões cotidianas nem políticos fracos e sem sentido de estado, para memória futura terá este povo e seus representantes de serem homens e mulheres fortes, convictos, empreendedores e com capacidade de resiliência digna de registo.

Essa deverá ser a marca identitária deste povo, o seu DNA, a sua matriz social, os portugueses têm o direito a lideranças fortes e confiáveis, porque como disse Camões “o fraco Rei, faz fraca forte gente”. Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

Presidente: Muito bem, está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever. Muito obrigado.

Presidente: António Lima, está inscrito.

Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, esta intervenção visa sobretudo fazer, digamos, o âmbito do rescaldo que foi efetuado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado no que diz respeito

às eleições presidenciais no passado domingo, de que efetivamente há a obrigatoriedade dos políticos, cada vez mais, estarem junto do povo, estarem junto daqueles que sentem mais na pele a necessidade para dialogar, para nos informar de quais são os verdadeiros desafios que têm de enfrentar para melhorar a sua qualidade de vida.

Nessa matéria os políticos têm a obrigação de sair dos seus gabinetes, de andar junto das pessoas para irem ao encontro dos seus anseios e das suas necessidades e obstáculos.

Nesta medida, no âmbito das eleições presidenciais, cumpre salientar a estrondosa vitória que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa teve e saudar, desde já, daqui, da sede desta Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no que diz respeito à sua eleição e ao desejo formulado de fortes felicidades para cumprir o seu mandato.

Mas o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, na senda daquilo que o Chega disse, através do Sr. Deputado Carlos Furtado, é daqueles políticos que o seu mandato confirmou, tem estado junto do povo, tem estado permanentemente a auscultar os anseios que a população portuguesa lhe dirige e nesta medida granjeou uma votação com níveis absolutamente registáveis de popularidade.

Fica o alerta para a circunstância dos partidos políticos estarem despertos, para os partidos políticos não virarem as costas aos eleitores e seguirem o exemplo do Professor Marcelo Rebelo de Sousa e efetivarem uma verdadeira política de aproximação aos eleitores, reconciliando a política com os eleitores, os eleitos com os eleitores.

Que este sinal que foi dado sirva efetivamente de exemplo para que nós, num ato de humildade democrática, possamos estar juntos daqueles que nos elegeram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Chega traz uma declaração política sobre os resultados eleitorais em que fala numa nova marca identitária para o futuro.

O que eu pergunto ao Sr. Deputado Carlos Furtado é se essa marca identitária que quer, como tem o Chega no seu programa, é extinguir o Ministério da Educação e vender as escolas; acabar com o Serviço Regional de Saúde essencial para salvar vidas e se o que os senhores querem é deixar morrer milhares de portugueses e açorianos sem hospitais públicos?

E pergunto finalmente se o que quer, se essa nova marca identitária que quer para o futuro, é cortar as mãos aos condenados por furto, como defendeu o candidato presencial que apoiou?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição, Sr. Presidente, por parte do PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu devo dizer que considero muito negativo quando se criam conflitos artificiais no âmbito da sociedade portuguesa, ou açoriana, e quando se fomenta a violência através de declarações incendiárias como as que foram agora produzidas pelo Bloco de Esquerda.

O extremismo do Bloco de Esquerda que tem estado patente ao longo destas intervenções mostra bem que têm sempre gasolina para atear um incêndio.

Não há daquela parte, da parte do Bloco de Esquerda, qualquer exercício de tolerância, não há qualquer exercício de uma perceção democrática, de um funcionamento democrático. Há sempre uma perspetiva extremista, populista, fazendo dos pequenos casos generalizações, e é isso que nós temos do ponto de

vista do Bloco de Esquerda: um discurso absolutamente inflamado, um discurso incendiário e um discurso irresponsável.

Da minha parte quero aqui condenar todos os extremismos, desde logo o extremismo da extrema-esquerda, da extrema-esquerda irresponsável, de uma extrema-esquerda que está sempre pronta para dividir os açorianos, que está sempre pronta para criar conflitos artificiais, de uma extrema-esquerda que está sempre pronta para fazer generalizações absurdas e para provocar o conflito entre os açorianos. É essa a postura que eu aqui quero condenar, veementemente por parte do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a participação neste debate?

(Pausa)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, por parte do Partido Socialista gostaria de me inscrever.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, apenas para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e para além daquilo que já foi dito noutras circunstâncias, saudar a eleição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República, e, sobretudo, saudar também todas e todos os candidatos que nestas eleições presidenciais, aqueles que, de entre todos esses concorrentes, fizeram destas eleições presidenciais um pretexto para trazer ao de cima o melhor que tem a democracia, saudá-los pelo seu contributo para o debate democrático respeitador, para o debate democrático que contribuiu para a riqueza destas eleições em circunstâncias particularmente difíceis.

Nem todos assim procederam, é certo, mas eu também julgo que não estou obrigado a saudar aqueles que assim não procederam.

Portanto, em segundo lugar, gostaria de dizer que esta eleição do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa representa a vitória esmagadora da tolerância, do respeito, de uma sociedade que se quer inclusiva, de uma sociedade que se quer, no fundo, participada por todos, sem distinções de credos, de raças ou de proveniências ideológicas ou geográficas.

Conforme é público, o meu partido deu liberdade de voto aos militantes, ou deixou à consideração dos militantes. Não deu uma indicação de voto.

Eu, no meu caso, votei e apoiei publicamente o Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa e, naturalmente, estou satisfeito pela sua eleição. Mas uma eleição não se faz apenas do vencedor, uma eleição faz-se do debate. E é por isso que salientei o contributo de todos os outros candidatos que jogaram as regras do jogo democrático, o contributo, dizia eu, para esta eleição.

Esta eleição não é inócua para os Açores e para as autonomias regionais. É importante que também tenhamos consciência disso. Esta Assembleia deve também ter consciência disso.

Há um conjunto de trabalhos que todos os partidos políticos na anterior legislatura desenvolveram a propósito do reforço da autonomia, - esperamos nós que nesta legislatura esses trabalhos tenham o seu seguimento! -, e certamente que o Presidente da República terá uma palavra a dizer sobre os mesmos, se não antes, pelo menos quando surgir em forma de lei as propostas trabalhadas pelo Parlamento dos Açores para serem promulgadas, aquelas que, naturalmente, suscitem uma intervenção da Assembleia da República.

Mas o que gostaria também era de fazer votos que esta eleição possa confirmar aquilo que em variadíssimas circunstâncias – a última das quais mais notória foi a propósito da promulgação da lei do mar – tem sido um entendimento da parte do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa em relação às autonomias regionais.

Obviamente que quando se apoia um candidato nós não somos clones desse candidato. Naturalmente que há coisas que não concordamos, uma das quais

tem a ver, exatamente, com a questão relativa à declaração de Estado de Emergência, e ao facto do Sr. Presidente da República dela fazer constar o princípio do Estado Unitário e da continuidade territorial. Mas não querendo enveredar pelo maniqueísmo em que as coisas se veem, ou todas boas, ou todas más, porque a vida não é assim, gostaria de saudar e, no fundo, ter a esperança, manifestar a esperança, de que sejam mais os momentos relativos ou semelhantes à promulgação da Lei do Mar do que propriamente os momentos da declaração do Estado de Emergência.

Quanto ao resto...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Bom... É isso mesmo, o resto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, para uma inscrição, Nuno Barata, se faz favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma palavra muito curta e muito rápida apenas para registar o ato contorcionista do Sr. Deputado Vasco Cordeiro reclamando para o Partido Socialista uma vitória pírrica por falta de comparência nestas eleições presidenciais (e é disso que falamos nesta declaração política, de eleições presidenciais), onde na opinião da Iniciativa Liberal, e na minha opinião pessoal, venceram os populismos, os piores populismos que o povo português já alguma vez conheceu em democracia: o populismo do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, como o populismo de Ana Gomes, como o populismo daquele cujo o nome não vou pronunciar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, queria inscrever o Deputado Pedro Pinto.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Por favor confirme-me se estou a chegar em boas condições de som.

Presidente: Ótimas condições. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente há poucos dias atrás o país elegeu um novo Presidente da República e elegeu com uma esmagadora percentagem de votos.

É certo que a pandemia condicionou a ida às urnas, facto que se traduziu na elevada abstenção, mas aqueles que quer através do voto antecipado manifestaram a sua intenção de votar e o fizeram, quer todos os outros cidadãos portugueses, do Minho ao Algarve, da Região da Madeira e de Santa Maria ao Corvo, exerceram o seu livre direito e a sua livre expressão, elegeram com uma esmagadora maioria aquele candidato que, de todos os que se apresentarem, efetivamente era aquele que reunia o maior consenso, aquele que é capaz de unir cá dentro, aquele que lá fora nos pode representar a todos.

Ele representa um partido que, desde o primeiro momento, manifestou o seu apoio incondicional à recandidatura do Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Dos vários candidatos que se apresentaram ele e a candidata Ana Gomes seriam aqueles que, não estando ligados diretamente a um partido no exercício de um cargo político partidário, teriam uma candidatura super-partidária.

Todos os restantes representavam obviamente partidos políticos e apresentaram-se às eleições para reafirmar as ideologias e as agendas políticas desses partidos.

Portanto, na realidade tínhamos dois candidatos e o povo escolheu inequivocamente aquele que melhor nos representa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para o encerramento da declaração política.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Às intervenções que foram aqui efetuadas no seguimento da minha declaração política queria obviamente tecer alguns comentários.

Queria, no mínimo, começar pelo PSD, que no fundo foi aquele que pode embandeirar em arco a vitória do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, porque o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, embora seja dito que seja um candidato que não representa partidos, mas obviamente todos conhecemos o percurso político do Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Portanto, se há um partido que, no fundo, pode reclamar os bons resultados que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa teve no domingo, obviamente que é o PSD. Isso é claro e inequívoco.

Tudo o resto é aproveitamento político. Desde o CDS, que se encostou porque lhe dava jeito, porque é uma forma de esconder os parcos resultados eleitorais que teve nas últimas eleições legislativas a nível nacional, como de resto o Partido Socialista que, como disse o Deputado Nuno Barata, foi uma não comparência em campo.

Portanto, essa não comparência em campo levou-o, no fundo, a encostar-se a um candidato para daí tirar os dividendos, porque na realidade o que podemos analisar relativamente a estas eleições presidenciais é que a candidata outrora socialista, e que é oriunda do Partido Socialista (não podemos esquecer isso), essa senhora teve 13%. Ora, 13% é menos de metade do que teve Sampaio da Nóvoa e Maria de Belém há 5 anos. Essa é a vitória, ou não vitória, do Partido Socialista nestas eleições presidenciais.

Relativamente ao Sr. Deputado Nuno Barata eu bem percebo que não queira pronunciar o nome de André Ventura. É perceptível esse asco ao Dr. André Ventura, porque André Ventura representa um partido que das legislativas de 2019 às presidenciais do passado domingo quase multiplicou por 10 o número de votantes nessa mesma pessoa, enquanto que o partido que o Sr. Deputado Nuno Barata representa nem duplicou a votação.

Portanto, eu bem percebo a preocupação dele, mas isto são apenas preocupações de quem obviamente não conseguiu nesse período de tempo, nesse ano e meio, fazer chegar a mensagem da Iniciativa Liberal a mais pessoas.

Deixando para o fim a intervenção do Sr. Deputado António Lima, olhe, Sr. Deputado, ainda bem que o senhor falou em atrocidades. Eu devo dizer-lhe que se alguém do partido que eu represento falou em cortar mãos a quem rouba, no partido que o senhor representa, a nível nacional quando comparado à dimensão mundial, Sr. Deputado, a situação é bem mais grave. Não é preciso roubar! É preciso apenas discordar para os senhores não cortarem as mãos, simplesmente aniquilarem.

É essa a realidade do partido que o senhor representa, embora disfarçado numa versão mais fofinha, a nível nacional, se calhar pintado com batom vermelho, Sr. Deputado, mas é apenas o batom vermelho, porque as pessoas já perceberam que lavando o batom o que fica por de trás são os lábios negros, os lábios

negros daquilo que tem sido no último século a prestação de um partido comunista a nível mundial, Sr. Deputado.

Não podemos esquecer isso, e o povo não esqueceu isso. Foi por isso que reduziu a votação na sua candidata para 40% ou aproximadamente em 40%, Sr. Deputado.

As pessoas já perceberam que afinal o partido que o senhor representa é aquilo mascarado de outra coisa, ou se calhar com a bandeira de 7 cores às costas, mas na realidade o vosso partido é um partido implacável àqueles que não concordem convosco.

Por isso é que vocês tiveram os resultados que tiveram e de lá não passam, porque as pessoas já perceberam, Sr. Deputado.

Relativamente a uma outra situação que o senhor apontou, Sr. Deputado, a matriz identitária do Chega, pois a matriz identitária do Chega não é aquela que os senhores dizem, não é a de acabar com o Serviço Nacional de Saúde, não é acabar com a escola pública. Não é, Sr. Deputado!

Na realidade, se fosse para acabar... O eleitorado já percebeu isso. Nós crescemos de 1.3 para 11.9%. As pessoas já perceberam que aquela mensagem que vocês transmitem não é real, ninguém acredita já nessa mensagem, Sr. Deputado, porque obviamente num país da dimensão do nosso não é possível implementar a 100% políticas liberalistas. Infelizmente não é! Se calhar trazia outro sucesso e outra dinâmica aos serviços de saúde e à educação.

Teremos de contar obviamente com a escola pública e com o serviço público de saúde. Isso é indesmentível e os senhores perceberam que isso vai ter de deixar de ser a vossa mensagem porque já ninguém acredita, Sr. Deputado.

Era só isso. Acho que já dei por esclarecidas as dúvidas relativamente àquela que foi a minha intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Encerrada esta declaração política, passamos à próxima.

Para tal tem a palavra o Sr. Deputado António Lima por parte do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia da Covid-19 levou a que setores económicos inteiros ficassem com a sua atividade suspensa, alguns sem hora marcada para a retoma.

Esta redução situação não resulta, como na revolução industrial ou na revolução da informação, da evolução tecnológica que substitui meios de produção antigos por outros novos e mais eficientes. Resulta sim de um fenómeno que, todos esperamos, será temporário.

Por isso é fundamental que, no dia seguinte à pandemia, tenhamos capacidade de retomar o que fomos forçados a parar.

Um dos setores mais afetados a nível mundial é o dos transportes aéreos. As enormes limitações às viagens levam a uma gigantesca quebra de procura neste setor.

O transporte aéreo é um sector muito exigente tecnicamente e com enormes custos fixos.

A paragem significa, por isso, o acumular de enormes prejuízos para companhias aéreas em todo o mundo. Seria impensável permitir que todas, ou quase todas, fechassem portas. Os custos sociais e económicos desta decisão, bem como o seu impacto na sociedade seriam demasiado altos para suportar.

A companhia aérea pública regional, a SATA não poderia escapar aos impactos da pandemia. Mas na SATA eles somam-se também a uma situação muito difícil que se foi agravando fruto de opções erradas e de gestão sem rumo ao longo de vários anos.

A somar a tudo isso, temos ainda de lidar com regras europeias que consubstanciam uma agenda de concentração de empresas de aviação, como

aconteceu na banca – veja-se o caso do BANIF que foi entregue ao Santander a mando da Comissão Europeia.

Na aviação, essas regras terão como consequência privatizações ou fusões forçadas pelas dificuldades colocadas aos acionistas públicos em capitalizar as suas empresas.

A SATA foi também vítima destas regras através da investigação da Comissão Europeia aos aumentos de capital realizados pelo Governo Regional.

Resta saber se a Comissão Europeia manterá essa ortodoxia colocando em causa o futuro dos Açores e fazendo letra morta do Estatuto de Região Ultraperiférica, ou se, pelo contrário, prevalecerá o bom senso com vista à recuperação de uma empresa absolutamente fulcral para os Açores.

Mas neste processo de investigação, quem representa os Açores, ou seja, o Governo Regional, tem passado mensagens públicas que não são de quem está empenhado em defender a região e muito menos a SATA.

O Governo Regional sobre este assunto começou mal, dando como certo que a SATA seria obrigada a devolver 73ME à região.

A concretizar-se essa decisão, sem possibilidade de novas ajudas públicas, poderíamos estar perante uma situação limite de consequências incalculáveis para os Açores.

Já este mês o Governo Regional resolveu fazer mais um anúncio: afinal entre dívidas, conhecidas e desconhecidas e novas ajudas no valor de 19ME – a SATA só teria que devolver, menos de 2ME. Uma feliz contabilidade criativa, selada com um acordo de cavalheiros, entre o Governo e a Comissão, mas que afinal uma das partes não confirma.

Se assim for, e partindo do princípio que o Governo fala a verdade, ainda bem que a SATA não terá de devolver 73ME. Isso seria um desastre para os Açores.

Mas se o Governo conhecia essa dívida e se novas ajudas à empresa eram uma hipótese que o Governo tinha em cima da mesa, então porquê anunciar em

dezembro a devolução de 73ME aumentando ainda mais a preocupação em tempos já de si tão negros?

Essa atitude incendiária teve dois propósitos: o ataque ao anterior governo regional e a tentativa de atemorizar os açorianos e açorianas, assim como os trabalhadores da empresa para que melhor aceitem as medidas, que já sabemos, vão doer, mas só para alguns, porque os responsáveis pela situação da empresa passam incólumes.

Como sempre, é aos trabalhadores que irá doer a reestruturação que já se implementa pela calada, como se percebe pelos cortes salariais de 20% que já lhes foram comunicados aos trabalhadores, entre outras medidas, já implementadas, como a pré-reforma.

E por falar em plano de reestruturação, o que espera o Governo para o apresentar publicamente e a este parlamento também?

Não venha o Governo dizer que aguarda pela conclusão da investigação da Comissão Europeia. Porque é o mesmo Governo Regional a afirmar que a decisão está há muito tempo tomada.

Para além disso, era o PSD, o maior partido do Governo, que na oposição, já depois de se conhecer a investigação da CE, exigia a divulgação do Plano de Reestruturação da SATA e acusava o Governo de então de o esconder dos açorianos.

O PSD no Governo esconde o que exigia que se conhecesse na oposição.

O PPM, que faz parte do Governo, na oposição, acusava o Governo do PS de esconder informação sobre a SATA. O PPM, no Governo, esconde o plano de reestruturação dos açorianos e açorianas.

De lá para cá só uma coisa mudou: PSD e PPM passaram da oposição para o Governo!

Faço minhas as palavras proferidas em agosto pelo Deputado António Vasco Viveiros quando então exigia a divulgação do plano de reestruturação: “O que

tem o Governo [Regional] a esconder dos açorianos? É um dever de transparência que se exige numa democracia”.

E faço minhas também as palavras do atual líder parlamentar do PSD, Deputado Pedro do Nascimento Cabral, em setembro: “Há uma nebulosidade autêntica na atuação do Governo Regional. Esconde informação a quem deve prestar contas que são os açorianos.”

No passado concordamos (o Bloco de Esquerda e o PSD) sobre esta matéria, hoje discordamos, mas só e apenas porque o PSD mudou de opinião. O Bloco de Esquerda está sobre esta matéria onde sempre esteve.

O Governo Regional do PSD/CDS/PPM apoiado pelo CHEGA e IL, mantém a opacidade sobre a SATA não colocando as contas a claro nem apresentando os seus planos para a empresa.

A transparência que o PSD tanto alardeou na campanha devia ser ainda mais exigente quando se trata da saúde de uma empresa vital para os Açores. Mas pelo contrário, faz pequena política com as contas e com a ocultação dos planos.

Se o Governo Regional quer transparência sobre a SATA então deve acompanhar o que o Bloco de Esquerda há muito defende e voltará a propor: uma auditoria às contas da SATA por uma entidade isenta e independente: o Tribunal de Contas.

Mas para além da não divulgação do plano de reestruturação, há também um silêncio cada vez mais ensurdecido sobre o pensamento do Governo sobre o futuro da empresa.

Que estratégia tem o Governo para a empresa num futuro pós-Covid-19? Manterá a SATA Internacional? Manterá a SATA como empresa 100% pública? Ou vai hipotecar o futuro dos Açores privatizando a empresa, como há muito tem defendido o PSD?

Quer o Governo, depois de recuperar a SATA com o dinheiro dos açorianos e açorianas e com o sacrifício dos seus trabalhadores, entregá-la limpinha a investidores privados?

Também sobre o futuro da SATA, o Bloco de Esquerda não mudou de opinião com as eleições.

Defendemos uma SATA pública, porque defender uma SATA pública é defender os Açores e defender os Açores é defender a SATA.

Uma SATA ao serviço dos açorianos e açorianas, focada nas rotas inter-ilhas, com o continente e com a diáspora.

Uma SATA que possa ser fator de coesão e instrumento económico de desenvolvimento. Uma empresa devidamente compensada pelos serviços que presta à região.

Uma recuperação da SATA que não tenha os trabalhadores como bode expiatório da incompetência e dos erros do passado. Esses são os nossos princípios. Desconhecemos os do Governo.

É hora do Governo dizer ao que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para a participação no debate, no âmbito da declaração política do Bloco de Esquerda.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Subsecretário.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Em nome do Governo eu queria inscrever o Sr. Subsecretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Presidente: Está inscrito, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Carlos Furtado (CH): Eu queria inscrever-me, Carlos Furtado. Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Nuno Barata, Sr. Presidente.

Presidente: Deputado Carlos Furtado, Deputado Nuno Barata.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na intervenção política feita pelo Sr. Deputado António Lima foram pedidos alguns esclarecimentos que tenho todo o gosto de prestar à Assembleia Regional, muito embora tenha, noutros locais, procurado explicar com a transparência total, e nos momentos em que a informação está disponível, tudo o que diz respeito à SATA, mas é ao Parlamento, e no local certo, que também devo prestar os esclarecimentos circunstanciados e por isso faço com toda a vontade, mesmo enfatizando que é a repetição de informação pública já prestada.

Com o devido respeito ao Parlamento então vou transmitir de novo. Relativamente à questão que iniciou, que na primeira sessão parlamentar trouxe aqui sobre a devolução das ajudas. Foi a primeira informação que obtive juntamente com outras pessoas que assistiram a essa primeira reunião com a União Europeia, com a Direção-Geral 16, a transmissão de que de acordo com os regulamentos não havia volta a dar e que a devolução das ajudas tinha de ser concretizada.

As ajudas relativas aos aumentos de capital de SATA não cumpriam os regulamentos europeus e a sua devolução tinha de perceder a discussão do Plano de Reestruturação.

Percebi, de acordo com a minha experiência, de acordo com a leitura e o estudo dos dossiers que faço desde 2015, que a situação era verdadeira, que os casos

iguais, julgados da mesma maneira, eram idênticos, e houve oportunidade de perceber que a formalização dessa decisão era completamente desfavorável para a SATA e para a Região Autónoma, porque o clima que foi também transmitido e que também já estava presente na comunicação de 18 de agosto, era de tratar a SATA com a consideração e a especificidade correspondente à sua situação de empresa numa região ultraperiférica e de serviço essencial.

E partimos daí. A devolução das ajudas é imperativa, tem de preceder o início da discussão do Plano de Reestruturação.

A seguir veio a construção da solução para a sua devolução e aí o trabalho feito com a SATA. Ela assenta primeiro na identificação das dívidas registadas – e aí o Sr. Deputado António Lima não tem razão absolutamente nenhuma em dizer que é criatividade contabilística. Quem tem experiência empresarial sabe que as faturas emitidas e que estão nos livros não podem ser inventadas. São faturas relativas à prestação de serviços e são emitidas nos cinco dias seguintes à prestação do respetivo serviço.

Quando vamos identificá-las não há contabilidade criativa. Ou estão lá nos livros ou elas não existem.

De facto, se for verificar, como já expliquei ao Tribunal de Contas, na Conta de 2019, publicada agora em dezembro e que todos os Srs. Deputados têm acesso, estão lá registados 24 milhões na dívida e que depois ao longo do ano, dos contratos que já estavam celebrados e das faturas emitidas, existem. Existem as verbas relativas ao ajuste direto do 1.º trimestre que se venceu a 1 de outubro, existe o 2.º trimestre do ajuste direto do transporte inter-ilhas que se venceu a 1 de janeiro, existe o reequilíbrio financeiro 5.º ano, auditado por uma empresa escolhida pelo anterior Governo, existe ainda a dívida e a fatura emitida relativa ao cargueiro e os respetivos juros de mora.

Portanto, a dívida de 52 milhões de euros é uma dívida completamente documentada, não tem qualquer criatividade nem podia ter, porque

relativamente às auditorias todas as contas até 2019 estão auditadas. Essa é uma questão de imperativo legal.

As de 2020 serão auditadas com a sua apresentação, agora em março, quando forem aprovadas.

O reequilíbrio do 5.º ano está auditado e com certeza é possível requerer as auditorias que forem necessárias relativamente a isso, mas o que estamos a falar é de contas devidamente existentes e registadas nos livros da empresa.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: Vou já terminar.

Plano de Reestruturação:

O Plano de Reestruturação, logo que seja finalizada a verificação dos danos Covid, de 18.8 milhões de euros, será feito o pagamento à SATA e a SATA terá os meios suficientes para fazer a devolução da importância de 72,6 milhões de euros à região.

O Governo no momento seguinte aprovará o Plano de Reestruturação na versão que está a ser devidamente acertada, agora também em diálogo social com os sindicatos, e será apresentado no Parlamento, à Comissão de Economia e aos líderes políticos.

Portanto, tudo isto se passa num tempo já definido e respeitador da transparência e da importância do Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Vou centrar a minha intervenção comentando obviamente a mensagem política do Bloco de Esquerda e centrando a minha intervenção naquilo que é a estratégia da SATA.

O Sr. Deputado António Lima manifestou com preocupação a estratégia, ou a falta de estratégia, por parte do novo Governo, relativamente à SATA.

Sim, obviamente que todos nós temos muita preocupação relativamente àquilo que será o destino da nossa companhia aérea.

Obviamente que a história tem nos mostrado que a nossa companhia aérea tem tido problemas atrás de problemas, e temos de ter a certeza de que este novo Governo obviamente vai corrigir a trajetória negativa que a companhia aérea tem tido.

No entanto, não posso deixar de registar que, independentemente daquilo que vier a ser o futuro da SATA, o que é certo é que eu reconheço no CHEGA, mas reconheço também no PSD, que em tempo de campanha eleitoral manifestou uma intenção de, por parte do PSD, caso viesse a ser governo, àquela data, de colocar os transportes aéreos entre ilhas a 60 euros, ida e volta.

Portanto, mostrou alguma preocupação e alguma objetividade relativamente àquilo que seria o destino e a utilidade da companhia aérea regional.

Por parte do Chega nós também apresentamos propostas similares a essas, obviamente com valores diferenciados, porque essa é a nossa filosofia, porque o custo utilizador/pagador de alguma forma tem de ser refletido naquilo que é a utilização daquele meio.

Também não tivemos medo de tornar pública a nossa proposta no sentido de que eventualmente terão de ser eliminadas algumas rotas que dão perca à Região. Ou seja, há partidos que a seu tempo têm vindo a transmitir a sua opinião sobre o que é que acham que será a estratégia da SATA no imediato, mas também a curto e a médio prazo.

Relativamente ao Bloco de Esquerda eu peço desculpa se efetivamente também transmitiu esse tipo de informação, esse tipo de propostas, correndo o risco de não estarem certas, correndo o risco de serem corrigidas, mas pelo menos avançar com propostas daquilo eu será o futuro da SATA, porque para nós, também, devo dizer que é pouco. Só criticar.

Aliás, eu tenho o péssimo costume de normalmente quando critico gosto de apresentar alguma solução, sendo que essa solução pode ficar exposta à crítica, mas temos de partir com uma solução, porque a crítica pela crítica, a crítica baseada numa preocupação que eu nem sei se é preocupação é pouco, Sr. Deputado.

Devo dizer que (e espero que eu esteja errado) espero que o senhor tenha apresentado em tempo certo propostas assertivas para a SATA que mostrem efetivamente que o Bloco de Esquerda tem propostas para a SATA, concretas e objetivas.

Era só isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos nascidos depois de 1947 têm no seu ADN vincadamente marcada a presença da SATA.

A SATA faz parte de todos nós, a SATA é um instrumento fundamental, com eu disse no plenário, na aprovação do Programa do Governo, para o desenvolvimento socioeconómico da Região Autónoma dos Açores.

A SATA foi utilizada como um instrumento eleitoralista, como um instrumento para desviar fundos do seu devido destino para outros que não interessa aqui falar, a SATA foi usada e abusada ao longo dos últimos quase 30 anos.

É tempo desta Casa, desta Assembleia, olhar para a SATA como uma filha desta Região, mesmo que seja privatizar serviços, mesmo que seja concessionar rotas, mesmo que seja ter que a desmantelar, vendê-la e ficar apenas com aquilo que é bom dela para servir o desenvolvimento socioeconómico da Região Autónoma dos Açores, mesmo que esta rotura nos doa no nosso mais íntimo sentimento.

O atual Conselho de Administração da SATA permanece desenvolvendo o mesmo tipo de contacto, o mesmo tipo de negócio, com empresas estrangeiras, com empresas promotoras, com mercados, com prestadores de serviços, com operadores que não nos dão confiança absolutamente alguma.

Este atual Conselho de Administração, que é o Conselho de Administração que vem de trás, que nos era apresentado como um Conselho de Administração altamente profissional e conhecedor do negócio, está ao serviço da SATA para fazer o mesmo que outros Conselhos de Administração anteriormente fizeram.

É por isso importante, é por isso fundamental, que esta Casa fiscalize os contratos que estão a ser feitos por este Conselho de Administração, desde há alguns meses a esta parte. Todos eles!

E é fundamental que esta Casa conheça e avalie permanentemente, digo eu, o Plano de Reestruturação da companhia aérea, porque nós não podemos continuar a acumular prejuízos na companhia aérea para que uns se vão governando, para que o povo dos Açores, no final, o povo português e os cidadãos da União Europeia paguem a fatura final desses desmandos e dessa má gestão e gestão perdulária da companhia aérea regional.

É por isso importante que permaneçamos atentos àquilo que está a ser feito pelo atual Conselho de Administração da SATA.

Presidente: Muito obrigado

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever da parte do Partido Socialista, o Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco César está inscrito. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Eu gostaria de inscrever por parte do Grupo Parlamentar do PSD o Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: O Sr. Deputado António Vasco Viveiros está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu acho que é importante salvaguardar e salientar o seguinte:

Para o Partido Socialista a SATA sempre foi e continuará a ser um instrumento fundamental de coesão dos Açores e isso é algo que nós não abdicamos.

É fundamental manter a SATA numa esfera pública e é fundamental manter a SATA com um serviço que permita servir os açorianos, quer na sua ligação inter-ilhas, quer na sua ligação ao continente, quer na sua ligação à diáspora. Isto é algo que nós não abdicamos.

Em segundo lugar, permitam-me dizer que sobre este assunto a verdade é que nós já falamos sobre ele várias vezes, e ele a meu ver ganhou uma importância exagerada que se deve basicamente à intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças.

E digo isso com todo o respeito, Sr. Secretário, porque tenho respeito por isso e tenho até consideração.

Portanto, permita-me que lhe diga o seguinte:

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário (e permita-me esta crítica que lhe faço, que é feita de uma forma leal) fez duas intervenções, a meu ver, que não deveria ter feito, pelo menos da forma como as fez, porque por duas vezes essas intervenções acabaram por ser desmentidas pela Comissão Europeia: a primeira, quando na apresentação do Programa do Governo fez uma intervenção que mais do que salientar a possibilidade de um problema que a

SATA efetivamente tinha, o que essa intervenção fez foi criar, ou tentar colocar um ónus político no Partido Socialista, e a consequência indireta disso foi criar um problema indireto à companhia aérea, à SATA, porque foi colocada em causa a sua sobrevivência perante todos os seus fornecedores.

A segunda vez que o fez, a meu ver, foi quando na passada semana, julgo eu, anunciou que tinha chegado a acordo com Bruxelas sobre a questão de ajudas de Estado sendo desmentido pela segunda vez em relação a este assunto.

O que eu lhe posso dizer, desde já, é que espero que no final a situação esteja resolvida, mas permita-me também que lhe diga o seguinte: a forma como apresenta os dados para nós levanta-nos muitas dúvidas e não vale dizer que nós não estudamos ou que ler é uma massada.

Sr. Secretário, aquilo que nós tivemos o cuidado de fazer foi verificar as contas que tínhamos, e as contas que tínhamos eram muito simples: o Governo Regional dos Açores, o Governo anterior, tinha no seu orçamento de 2020, cerca de 75 milhões para obrigações de serviço público e devia cerca de 24 milhões em 2019.

Aquilo que nós sabemos foi que no ano de 2020 nós pagámos cerca de 75 milhões de euros e todos os dados que apresentou, nomeadamente em relação ao reequilíbrio, e também ao ajuste direto de obrigações de serviço público, o primeiro, o do reequilíbrio, é matéria que diz respeito a janeiro já deste ano. Portanto, é apurado em janeiro deste ano. Permita-me também que lhe corrija em relação ao ajuste direto, que é um ajuste direto que foi feito entre outubro do ano passado e março deste ano.

Portanto, Sr. Secretário, aquilo que me parece é que na prática esta operação culmina em a SATA dar ao Governo exatamente aquilo que o Governo deu à SATA no passado. Daí, permita-me a observação que fizemos em relação às contas que apresentou.

Resumindo: o que me parece é que aquilo que apresentou a este Parlamento, e a forma como apresentou, não deveria ter feito desta maneira, e só teve uma

consequência: a consequência foi prejudicar a nossa companhia aérea, porque tudo o que fez poderia ter sido feito no recato e no sigilo das reuniões com a Comissão Europeia, onde, fique claro, o Governo não é quem negocia, quem negocia é o Estado Português; o Governo participa nessas reuniões com a REPER, que é quem deve conduzir estas reuniões. O Governo poderia perfeitamente ter trabalhado com a Comissão Europeia no sentido de resolver com a REPER, no sentido de resolver este assunto.

A publicidade que fez, permita-me que lhe diga, só teve um objetivo e esse objetivo foi tentar tirar dividendos políticos. O único dividendo que trouxe ou o único prejuízo que trouxe foi tentar um prejuízo à SATA que a meu ver foi muito danoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos de alguns Deputados do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por responder àquilo que foram as questões levantadas pelo Sr. Deputado António Lima, e é evidente que o que disse e as declarações que citou são verdade, mas também penso que relativamente a muitas delas o Sr. Secretário das Finanças já esclareceu. Já esclareceu relativamente à divulgação da urgência do Plano de Reestruturação logo que seja concluído e aprovado pelo Governo e que seja dado conhecimento à Assembleia e essa é uma exigência que tínhamos como partido da oposição e que mantemos como partido neste momento da coligação.

Esta matéria, compreendo as suas referências, mas também são minhas e penso que estão esclarecidas.

Relativamente àquilo que é a situação da SATA, ela tem matéria que são as regras europeias e isso já se sabia há muito, sobretudo o Partido Socialista sabia disso.

Recordo que em 2015, na Assembleia, no Parlamento, na discussão do Plano de Reestruturação da SATA, o então Secretário dos Transportes Vítor Fraga, disse, respondendo a uma pergunta da Sra. Deputada Zuraída Soares, relativamente à intenção do Governo injetar capital na SATA, ou dessa nessa necessidade, que (e vou citar): “aquilo que está no plano estratégico da companhia prevê o equilíbrio operacional da companhia para depois, como todos nós sabemos a União Europeia permitir uma intervenção ao nível de recapitalização das empresas”.

Ou seja, o Governo do Partido Socialista sabia que a recapitalização dependia da autorização de Bruxelas, e foi declarado pelo próprio Secretário, em nome do Governo, em 2015. Portanto, esta é a circunstância.

Aquilo que agora se vê agora da parte do Partido Socialista é um incómodo porque o Governo anunciou que tinha que devolver.

O Governo sabia que essas verbas eram ilegais e essa era a posição do Governo em 2015.

Portanto, se há aqui alguma incoerência e alguma falta de honestidade política é do Partido Socialista.

Mas a questão central aqui, para além da devolução das verbas do capital injetado na SATA nos últimos 2 anos, a verdade é que para além dessas declarações do Secretário da altura também o Partido Social Democrata em 2017, a Assembleia e por carta do Presidente do Partido, chamou a atenção da necessidade prévia da autorização de Bruxelas para a injeção de capital.

Portanto, se alguém não cumpriu as regras conscientemente foi o Governo e sabemos todos porquê, porque isto implicava a elaboração de um Plano de Reestruturação e o Governo não queria o ónus político ou as consequências políticas eleitorais de um Plano que necessariamente traz custos eleitorais.

Agora a verdade é que nesse Plano de Reestruturação de 2015, o Governo, designadamente o Presidente da altura Vasco Cordeiro, foi obrigado a assinar aquele Plano e é ao abrigo desse Plano de 2015, ainda com algumas alterações que estão em vigor, que a SATA comprou o A-330 que foi um negócio desastroso.

É ao abrigo deste Plano que a SATA, só na legislatura anterior, perdeu 160 milhões de euros, e que enquanto o atual Deputado Vasco Cordeiro foi Presidente do Governo Regional, a SATA perdeu entre 2012 e 2019, 260 milhões de euros. Estamos a falar de 90 mil euros por dia, basicamente.

Além disso, aquilo que são as soluções hoje em dia estão claramente condicionadas pelos erros do passado e não há justificações e nem há narrativas que possam justificar que uma empresa numa região com 250 mil habitantes tenha perdido 260 milhões de euros. Havia anos que era 1 milhão de euros por semana.

Nem tão pouco a narrativa de que parte desses prejuízos contribuíram para o crescimento do turismo na Região, nem isto é verdade, porque ao contrário do que disse na altura o Presidente do Governo, ou então Presidente do Governo, na Comissão de Inquérito ao SPER, em que afirmou que a SATA perdia dinheiro com voos para a Europa apenas nos voos que traziam mercado para os Açores, e que portanto contribuíam para a economia dos Açores, nem isso é verdade (e disse algumas vezes no plenário). Por exemplo, em 2013, e isso é tirado do relatório de inquérito à SATA de 2016, na linha, por exemplo, Lisboa/Salvador a SATA perdeu 919 mil euros; na linha Funchal/Estocolmo perdeu 300 mil euros; na linha Funchal Dublin perdeu 543; na linha Funchal/Paris perdeu 818 mil euros.

Portanto, nos voos para Europa a SATA perdeu dinheiro em voos que não tinham nada a ver com a economia dos Açores e que não trouxeram nada à economia dos Açores.

Nós estamos perante um desafio do atual Governo e dos açorianos que é salvar uma companhia que foi mal gerida com erros de gestão e com erros na sua tutela política. É esta a questão central.

Aquilo que diz o Sr. Deputado Francisco César, que o Secretário das Finanças prejudicou a SATA, uma afirmação dessas, vindas do Partido Socialista, é absolutamente ridículo, numa empresa que perdeu 260 milhões de euros em 8 anos, e 160 na atual legislatura, que não cumpriu regras europeias que sabia que tinham que ser cumpridas. Esta é a verdade dos factos e infelizmente são os açorianos que irão pagar.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que termine.

O Orador: Gostaria de anunciar aqui que relativamente àquilo que é a situação da SATA o Grupo Parlamentar do PSD irá apresentar um Projeto de Resolução na Assembleia tão cedo quanto possível, pedindo, no fundo, que a Assembleia aprove ou recomende ao Tribunal de Contas que realize uma auditoria às Contas da SATA no período de 2012/2020.

Portanto, esta é uma questão essencial, é uma questão de coerência relativamente àquilo que tem sido o nosso discurso de transparência relativamente às contas da SATA.

Por último, quanto às explicações que o Sr. Secretário das Finanças prestou, nós corroboramos essas afirmações, temos toda a garantia de que correspondem à realidade.

O Sr. Secretário não pode intervir novamente nesta fase desta discussão política, mas sabemos que terá oportunidade depois, de responder tecnicamente a questões que foram colocadas, quer pelo Partido Socialista, quer por outro Sr. Deputado, demonstrando que aquilo que disse é efetivamente o que se passou nas últimas semanas relativamente à SATA.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Catarina Cabeceiras, queria inscrever o Deputado Rui Martins.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Na verdade o que eu pretendo aqui dizer da parte do CDS é que o Bloco de Esquerda adota sempre este discurso em que parece que são os únicos preocupados em defender a SATA, mas é um discurso que não colhe, até porque são as vossas opções e as opções que apoiam que, no fundo, acabam por prejudicar os empregos. Veja-se por exemplo o caso da TAP, a nível nacional.

Relativamente àquilo que foi dito acerca do anúncio...

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, nós não estamos a conseguir perceber a sua intervenção.

O Orador: Vou fazer *refresh*, peço só um segundo, Sr. Presidente.

Presidente: Experimente para ver se funciona, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, consegue ouvir-me agora?

Presidente: Consigo, sim senhor. Afinal essa solução que os serviços estão sempre a indicar, temos aqui a prova dos 9 que funciona.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como eu estava a dizer, para o CDS, o Bloco de Esquerda adota sempre este discurso em que são os únicos que estão preocupados em defender verdadeiramente a SATA, mas a realidade é que aquilo que têm defendido,

mesmo a nível nacional (veja-se por exemplo o caso da TAP), é aquilo que acaba por prejudicar os empregos.

Relativamente àquilo que o Sr. Secretário avançou, na altura do discurso pós-tomada de posse, acerca da devolução dos 73 milhões, isso prende-se efetivamente com transparência, porque pesando embora o facto do dossier não estar fechado, os dossiers têm pontos assentes, e era um ponto assente a devolução dos 73 milhões de euros, porque configurava uma ilegalidade numa injeção de capital e isso não foi desmentido, ao contrário do que disse o Deputado Francisco César, pela comunidade europeia. O que foi desmentido, ou foi afirmado pela Comissão Europeia, foi que o dossier não estava fechado, o que é diferente de os pontos que estão assentes serem pontos assentes. E esse era um ponto assente. Esse é que era um facto.

Depois, o Deputado António Lima ainda fala de passarem incólumes as gestões. É verdade! As gestões, que foram escolhas dos Governos anteriores, efetivamente passam incólumes, mas aí estamos consigo.

Depois já não estamos consigo quando diz que ao mesmo tempo que quer fazer uma reestruturação, quer manter tudo na mesma.

O que o Bloco devia fazer, como foi bem explícito pelo Sr. Secretário, era abster-se de criar suspeições infundadas acerca da manipulação financeira ou da eventual contabilidade criativa, porque ficou bem explícito por aquilo que disse o Sr. Secretário, bem como a florado pelo Deputado António Vasco Viveiros.

Na realidade, aquilo que o CDS defende e sempre defendeu é que a SATA deve existir para servir os açorianos, seja na Região seja na diáspora.

O que não pode acontecer é ser uma empresa com um *business plan* que basicamente cria caprichos, como é o caso do célebre Cachalote, o A-330.

Tem de ser uma empresa que efetivamente defenda os interesses da Região e é obrigação do Governo zelar pela boa e sã gestão dessa empresa, por conta tanto dos empregos diretos, como dos indiretos, como do serviço público que presta inter-ilhas e para a diáspora. Era só.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções para este debate?

Não havendo, vamos dar a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerramento desta declaração política.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando naturalmente por agradecer todas as intervenções, começo rapidamente pela intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças.

Começo por dizer que ainda bem que se chega com mais ou menos criatividade a um valor que fica curiosamente mesmo ao pé dos 73 milhões de euros. Ainda bem que isso acontece. Ficamos muito satisfeitos que se tenha conseguido somar e encontrar um prejuízo de 19 milhões de euros relativamente a 2019. Ficamos mesmo muito satisfeitos, porque isso significa que há salvação para a SATA, porque se assim não fosse provavelmente não existia. Ainda bem que chega da forma como quiseram chegar, e não vamos pôr isso em causa, mas que é coincidência é, mas damos isso de barato. O que interessa é que efetivamente se resolva.

Agora o que lamentamos é que com isso se tenha criado um clima de terror, quase, sobre a situação que se estava a viver na SATA, que a SATA estava à beira de ter de devolver 73 milhões de euros, que não tinha, e que não poderia ir buscar, sem garantia pública. Esse é que é o problema e é isso que não podia ter acontecido.

Isso, em nosso entender, foi lamentável e prejudicou a SATA, assustou os açorianos e açorianas e assustou os trabalhadores que agora vão ser sujeitos a cortes salariais como os senhores querem impor.

E sobre o Plano de Reestruturação, eu quando ouvi o Sr. Secretário parecia-me que tinha viajado no tempo, que tinha viajado subitamente para julho ou agosto

de 2020 e estava a ouvir a Sra. Secretária dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha, porque diz exatamente o mesmo. Ou seja, o Plano será apresentado ao Parlamento quando estiver aprovado e voltamos à mesma história que o PSD criticava e que agora no Governo faz exatamente o mesmo: esconde o Plano de Reestruturação e ao mesmo tempo que o esconde está a implementá-lo, porque como já disse, medidas do Plano de Reestruturação como reformas antecipadas ou cortes salariais estão a ser ou implementadas ou negociadas e o Parlamento e os açorianos são os últimos a conhecer.

A transparência, Sr. Deputado Vasco António Vasco Viveiros, não é apenas para o passado. Saudamos a iniciativa que o PSD apresentará e o Bloco de Esquerda também fará certamente a sua.

A transparência exige-se para o passado, para o presente e para o futuro. Daí que o Plano de Reestruturação tenha começado já por ser apresentado.

Relativamente àquilo que disse também o Sr. Deputado Carlos Furtado, critica curiosamente o Bloco por não ter propostas, mas diz que não as conhece, que talvez seja desconhecimento.

Eu sei que há quem diga que ler é massada e isto dará em nada, mas às vezes dá jeito e é preciso.

Sobre o Sr. Deputado Rui Martins, do CDS, diz algo que é falso, que o Bloco de Esquerda apoia o que se está a passar na TAP. De maneira nenhuma! Rejeitamos aquele Plano de Reestruturação, não concordamos com o que está a ser feito. Não sei se é uma nova linha de atuação do CDS, de *fake news*, mas isso não corresponde à verdade.

O que corresponde à verdade é que o CDS está e faz parte de um Governo que vai impor 20% de cortes salariais aos trabalhadores da SATA e essa é a verdade indesmentível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política. Vamos fazer o nosso intervalo da manhã. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Cabe agora ao PPM produzir a sua declaração política. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Este Parlamento herdou, da anterior legislatura, um vasto trabalho realizado na Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA). A comissão parlamentar em causa não chegou a submeter ao plenário do Parlamento dos Açores as propostas previamente consensualizadas.

Importa, agora que se desenha no horizonte político do país a possibilidade real de se concretizar uma revisão constitucional, que o trabalho de aprofundamento das matérias autonómicas esteja concluído, por parte deste Parlamento, o mais depressa possível. Sinalizam-se aqui algumas matérias essenciais, já referenciadas no Programa do Governo, que assumem particular relevância:

- “Revisão Constitucional, contemplando a clarificação e ampliação das competências legislativas regionais, uma adequada repartição de competências entre o Estado e as Regiões Autónomas quanto ao domínio público marítimo, a designação de um juiz para o Tribunal Constitucional por cada Região Autónoma e o fim da proibição da existência de partidos regionais;

- Revisão do Estatuto Político-Administrativo em consequência da revisão constitucional;
- Criação de um círculo eleitoral próprio no âmbito da eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu.
- Alteração da lei que estabelece o regime do estado de sítio e do estado de emergência, atribuindo à Região competência para a sua execução no território regional.
- Aprovação de uma lei, no quadro da emergência sanitária, que clarifique as competências das autoridades de saúde regionais na prevenção e resposta à situação de pandemia.”

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PPM mostra-se desde já disponível para, em conjunto com todas as outras forças políticas representadas neste Parlamento, apresentar uma proposta comum de constituição de uma nova comissão eventual que, de forma célere, conclua o trabalho realizado pela Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia na anterior legislatura.

O aprofundamento do nosso quadro autonómico é um desígnio de todos e não se pode perder mais tempo nesta matéria.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista eu gostaria de me inscrever.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Em nome do Partido Social Democrata inscrevo o Deputado João Bruto da Costa.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, queria inscrever-me, se faz favor, Nuno Barata.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, está inscrito.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, queria inscrever-me, Catarina Cabeceiras.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, queria inscrever-me, Carlos Furtado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, está inscrito.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, queria inscrever-me, mas não perguntei ainda se tenho tempo, por isso faço essa pergunta prévia? Não sei se terei tempo, não tendo obviamente que não me inscrevo.

Presidente: Tem sim senhor. Tem tempo, Sr. Deputado, tem 5 minutos para reagir a esta declaração política.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria apenas, de forma breve, de saudar a declaração política feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular Monárquico quando traz este assunto no início desta legislatura, aqui ao plenário.

Julgo que é uma matéria que não pode deixar de ser abordada e tratada pelos grupos e representações parlamentares nesta legislatura, e quanto mais cedo isso

for feito, naturalmente, que maior é o benefício, julgo eu, para a Assembleia, para a Região, no fundo, para a nossa autonomia.

Em segundo lugar, dizer que há um conjunto de partidos e de representações parlamentares, e inclusive de Deputados, que não estiveram na anterior legislatura.

Há muito trabalho que está feito, é natural, mas julgo ser importante que esses novos grupos e representações parlamentares, e mesmo em relação àqueles que já participaram nesse trabalho, seja nesse âmbito dada a oportunidade de visitar esse trabalho. Uns poderão concordar, outros poderão discordar, outros poderão ter entretanto evoluído ou regredido no seu entendimento, mas de qualquer das formas terem a oportunidade de fazê-lo.

Em terceiro lugar, dizer que parece-me que a sugestão do Sr. Deputado Paulo Estêvão, do Grupo Parlamentar do PPM, é uma proposta válida. Julgo que uma das formas possíveis para se fazer esse trabalho será exatamente através de uma Comissão, e, sem prejuízo, obviamente, de ver os termos concretos em que isso poderá ser feito, ou até se se entender que deve ser uma proposta conjunta de todos os partidos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista mostra-se disponível e pronto para retomar esse trabalho com as precisões, digamos assim, que referi anteriormente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata também saúda vivamente esta declaração política do PPM.

De facto, as questões para a reforma da autonomia são hoje vistas talvez como prementes, ao contrário do que, até num passado recente, foram vistas por parte da sociedade açoriana e de quem opina sobre estas matérias.

De facto, a reforma da autonomia para nós é essencial para clarificar e para de uma vez por todas afastar alguns fantasmas que ainda pairam no contexto nacional sobre aquilo que são os poderes e a forma de os exercer por parte das regiões autónomas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Grupo Parlamentar do PPM salientou alguns aspetos do trabalho que foi feito na anterior Comissão para a Reforma da Autonomia e que nos parecem essenciais, desde logo no campo de uma propostas para revisão constitucional, com a extinção do cargo de Representante da República, mas também com a clarificação dos poderes no que diz respeito às leis do Estado Emergência, o que no último ano se tornou essencial ser revisto e ser olhado como uma forma não de retirar ao Estado as suas competências, mas de dar às pessoas a oportunidade de estar o seu exercício mais próximo da realidade das regiões, e neste caso da realidade dos Açores, para que os órgãos próprios da Autonomia possam efetivamente exercer competências que são essenciais para a proteção e, desde logo, para a clarificação dos poderes nesse exercício dessa proteção das nossas populações.

Mas queria referir também a questão da Lei Eleitoral, aquilo que nós próprios até na Comissão da Reforma da Autonomia da anterior legislatura tínhamos algumas dúvidas quanto à sua operacionalização e concretização em termos de Lei Eleitoral, no que diz respeito ao voto por correspondência, ao voto eletrónico, ao voto antecipado, à necessidade eventualmente de até, e hoje já se fala nisso, as eleições não decorrem num único dia.

Enfim, há uma série de fatores que temos de visitar e que naturalmente estão abertos à discussão e à concretização dos consensos, mas também da criação de um círculo eleitoral para o Parlamento Europeu, concretizando uma medida que até faz parte da nossa Constituição e que diz respeito à representação das regiões na Europa e diz respeito desde logo às regiões autónomas portuguesas no contexto europeu, que não se pode fazer de outra maneira de uma forma

democrática que não seja através da eleição dos seus representantes, através de círculos próprios.

Também, como referiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão, outros pormenores como os partidos políticos com denominação regional, ou com concretização regional, mas também a questão do Tribunal Constitucional e da nomeação de juizes para o Tribunal Constitucional e outras matérias que podemos e devemos trabalhar.

O PSD, no final da legislatura passada, invocou argumentos também relativos à necessidade de não submeter aquelas propostas também a plenário, isto indo ao encontro do que disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque tínhamos para breve esta nova legislatura e a composição parlamentar desta nova legislatura obrigaria a que novos consensos fossem encontrados e novas formas de diálogo com eventuais outras forças políticas, como aliás se veio a verificar.

É nesse contexto do entendimento entre todos e da necessidade de encontrarmos realmente uma posição regional forte, que demonstre que mais de 40 anos passados sobre a criação das regiões autónomas no atual contexto democrático, é escusado haver ainda um centralismo antiquado e retrógrado que leva a desconfianças que são infundadas porque nunca, como hoje, as regiões autónomas serviram tão bem o Estado Português e também lhe dão essa dimensão atlântica e mundial que eleva o nosso Estado e o Estado Português a uma dimensão maior.

É aí nesse contexto de afirmação da nossa autonomia e da nossa posição, enquanto por maioria de razão, oportunidade para reforçar e melhor servir os povos dos Açores e da Madeira, que estamos também (o Grupo Parlamentar do PSD) totalmente abertos e disponíveis para que se concretizem na prática as reformas que todos necessitamos para melhor servir os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal corrobora obviamente a posição do Grupo Parlamentar do Partido Popular Monárquico, saúda, e também está disponível para subscrever uma proposta conjunta de constituição de uma comissão que dê continuidade ao severo trabalho da então denominada CEVERA – com C, severo (com S) trabalho da então denominada CEVERA, Comissão para a Reforma da Autonomia.

Preocupa-nos claramente temas como os partidos regionais, a existência de partidos regionais, os círculos uninominais, o voto por correspondência, o voto eletrónico, todas as medidas que possam ser tomadas no contexto da reforma da Lei Eleitoral, que permitam minimizar os danos da abstenção elevadíssima que temos tido em eleições regionais, nacionais, presidenciais e sobretudo na nossa participação cívica quanto à escolha dos nossos representantes no Parlamento Europeu onde lamentavelmente nos comportamos sempre com pouco civismo, diria eu mesmo.

Portanto, para corroborar essa nossa posição e a intenção de participarmos nesta eventual comissão para a reforma da autonomia de forma apaixonada, dedicada, porque as autonomias constitucionais são herdeiras dos movimentos autonómicos de 1890, e culminaram com o decreto de Hintze Ribeiro de 2 de março de 1895.

As autonomias regionais são, como tenho dito já em vários momentos, fruto dos movimentos liberais. Portanto, não estaria bem com a minha consciência e com a minha ideologia se não apoiasse aqui este projeto.

Entendo também que os açorianos não compreenderiam que desperdiçássemos o trabalho que foi feito na legislatura anterior em prol dessa reforma.

Portanto, a Iniciativa Liberal associar-se-á e subscreverá com gosto, qualquer proposta no sentido de constituir uma Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeiramente saudar a declaração política do Deputado Paulo Estêvão. Como sempre, temos aqui o Deputado Paulo Estêvão atento e em alerta daquilo que devem ser as prioridades para a nossa Região. Apoiamos, sem qualquer dúvida, esta iniciativa que foi aqui apresentada.

É verdade que existe um trabalho já feito da anterior legislatura, que certamente deve ser avaliado e mantido na continuidade deste trabalho desta reforma da autonomia.

Esta iniciativa é fundamental para a reforma do nosso sistema autonómico. É, sem dúvida, um momento oportuno, parece-nos, e queremos reiterar esta nossa posição, porque certamente é este o momento oportuno para voltarmos a estes trabalhos.

O CDS tem sempre defendido e continua a defender que esta reforma é verdadeiramente essencial para a nossa democracia. Temos 40 anos de democracia e a verdade é que até ao momento não conseguimos ultrapassar algumas das nossas fragilidades, algumas das novas fragilidades que temos e como tal esta reforma, este processo e este trabalho são essenciais.

É necessário continuar este trabalho também para aprofundar a democracia representativa em termos de autonomia, termos uma autonomia mais participativa de forma a diminuir a abstenção eleitoral; também o reforço participativo no que concerne à relação entre eleitores e eleitorado e também a revisão no que concerne, como já foi dito anteriormente, quer às leis da Proteção Civil, ou até quer à criação do círculo eleitoral dos Açores no Parlamento Europeu, aos partido regionais, e outras matérias que é necessário aprofundar e continuar a trabalhar.

Como tal, dizer que apoiamos esta iniciativa apresentada pelo PPM com o mesmo sentido que sempre tivemos quanto a esta reforma, uma ação proativa, responsável e de abertura para que todos juntos consigamos levar a bom porto este trabalho que temos de fazer em prol da reforma da nossa autonomia.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega congratula-se com a declaração política do PPM.

Na realidade, é da mais elementar necessidade aprofundar o estatuto autonómico regional no sentido de que sejam criadas melhores condições para o exercício dos poderes políticos e dos poderes do governo próprio.

Temos uma realidade que ficou bem presente nos últimos tempos que é a necessidade de termos um círculo eleitoral próprio relativamente ao Parlamento Europeu.

Atualmente os Açores por um problema de saúde próprio que aconteceu, um problema que nasceu com a morte de um deputado que nos representava, deixamos aqui “órfãos” da participação no Parlamento Europeu.

Portanto, é da maior necessidade que se venha a criar esse círculo eleitoral próprio, para que os Açores, mas também a Madeira tenham a sua representação própria no Parlamento Europeu, alguém que nos defenda, alguém que na impossibilidade de continuar os seus trabalhos tenha alguém que o substitua. Isso é da maior e mais elementar necessidade.

É também uma necessidade que essa alteração daquilo que será o Estatuto Autonómico nos permita a criação de partidos regionais. Há uma necessidade de satisfazer aquilo que são os anseios da população. Um partido regional é um partido que no nosso entender tem tanto direito à presença na decisão das

peças como qualquer partido de origem nacional. Satisfazer essa necessidade do nosso povo é da mais elementar necessidade.

No fundo, o Chega também quer disponibilizar-se para integrar qualquer grupo trabalho que tenha por objetivo a criação desses mecanismos que, no fundo, vão promover essa alteração daquilo que são as condições do nosso estatuto autonómico, e fica aqui realmente o nosso testemunho da nossa disponibilidade para que no início da próxima legislatura já tenhamos uma autonomia mais reforçada, com mais poderes, com mais identidade própria, porque não nos podemos esquecer que o facto de termos mais poderes, mais identidade, em nada desvaloriza a nossa unidade enquanto parte do território pertencente ao território português.

Portanto, o facto de termos mais benefícios, mais autonomia, não vai empobrecer aquilo que é a dimensão do país, até pelo contrário, vai valorizar, porque de resto as regiões autónomas são parte importante daquilo que o território nacional, parte determinante até daquilo que é, no fundo, a dimensão de Portugal perante o mundo.

Era só isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento da declaração política do Sr. Deputado Paulo Estêvão, do Grupo Parlamentar do PPM, que naturalmente saúdo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda gostaria de afirmar a sua disponibilidade para o trabalho na procura de soluções que visem o aprofundamento da democracia na Região Autónoma dos Açores e o aprofundamento e reforço também da autonomia regional, das autonomias regionais, também elas.

Na passada legislatura, é certo, houve trabalho feito nesse sentido. O trabalho teve certamente os seus percalços, nem sempre correu como gostaríamos, mas o que é facto é que houve muito trabalho feito, muitas propostas elaboradas, algumas com bastante profundidade, muitas com as quais concordamos e muitas com as quais no final discordamos. É assim em democracia.

Apesar disso, de concordamos com umas e discordarmos de outras, não nos opusemos, pelo contrário, defendemos que elas deveriam ter tido uma consequência, ou seja, não deveriam ter ficado sem serem votadas e enviadas, eventualmente as que tivessem aprovação, para a Assembleia da República.

Mas o que está nesse processo passado, já passou. Estamos numa nova legislatura e naturalmente que o Bloco de Esquerda, como sempre, está disponível para trabalhar em qualquer processo de aprofundamento da nossa autonomia, em processo que passa obviamente pelo aprofundamento e pelo reforço da nossa democracia, com a facilitação do voto, certamente, com o reforço da paridade na Lei Eleitoral, com a manutenção dos equilíbrios de forças de interdependência de poderes na Região.

Nós estamos obviamente também disponíveis para propostas e para trabalho no sentido de desvalorizar o Parlamento ou de diminuir a representatividade, ou de diminuir o pluralismo do nosso Parlamento.

Uma reforma da autonomia ou o reforço da autonomia tem de passar pelo reforço da democracia. Não podemos andar para trás e esse princípio gostaria de deixar bem claro.

No que diz respeito ao nosso Estatuto, àquilo que diz respeito também na Constituição à Região, e sobre partidos regionais, há muito que o Bloco de Esquerda defende que o anacronismo na proibição de partidos regionais já deveria ter saído da Constituição.

Aliás, em anteriores revisões constitucionais já propusemos isso mesmo e, infelizmente, esse anacronismo ainda subsiste na Constituição.

Aquilo que também é necessário são clarificações e reforço dos nossos poderes relativamente às questões ligadas ao mar, que todos sabemos trazem dificuldades ainda visíveis hoje em dia sobre esta matéria, mas também no que diz respeito aos acordos internacionais que envolvem naturalmente os Açores, seja no âmbito da União Europeia, seja noutros âmbitos.

Termino dizendo que naturalmente o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está disponível, sim, para trabalhar na procura de soluções e de avanços para a democracia nos Açores e para a autonomia no seu todo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há...

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Subsecretário...

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever em nome do Governo.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Subsecretário.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, acompanhando aquilo que é o sentimento que se verifica nestas intervenções na sequência da declaração política do Sr. Deputado Paulo Estêvão, acompanha este sentimento no sentido da necessidade de se proceder à continuação dos trabalhos que já vêm de legislaturas anteriores, de melhoramento, de aprofundamento permanente do nosso sistema autonómico.

Eu lembro que este ano que passou de 2020 foi um teste, também ele, ao relacionamento, por exemplo, da Região Autónoma dos Açores com os órgãos

de soberania e muitas situações devem ser melhoradas no contexto de uma preparação de um diálogo no âmbito da Assembleia Legislativa Regional.

Isto vem no sentido de aprofundarmos a nossa autonomia naquilo que é um princípio que, como sabem, me é muito caro, que é o princípio da subsidiariedade.

Ou seja, melhorarmos precisamente a aproximação da decisão dos cidadãos no âmbito de uma democracia representativa e de uma democracia participativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Subsecretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para o encerramento da declaração política.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero começar por agradecer as intervenções do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, do Sr. Deputado João Bruto da Costa, do Sr. Deputado Nuno Barata, da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, do Sr. Deputado Carlos Furtado, do Sr. Deputado António Lima e do Governo Regional.

Também quero fazer uma referência ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa que já tinha mostrado esta disponibilidade e já tinha também sinalizado esta urgência.

Devo dizer que o conjunto das intervenções realizadas coincidem com aquela que é a nossa visão, que é necessário avançar e avançar depressa para uma reforma da autonomia, evidentemente aprofundando a questão autonómica e também aprofundando e melhorando o nosso sistema democrático, porque pode

sempre objeto de melhorias. Em democracia há uma disponibilidade evidente sempre para melhorar o nosso sistema democrático e é sempre possível fazê-lo.

Eu considero é que neste momento, do ponto de vista muito pragmático, que é como eu coloco a questão, é necessário avançar com uma comissão eventual e, em segundo lugar, é necessário consensualizar um texto que permita a formalização e a criação desta Comissão Eventual, que deverá integrar todos os partidos e cujo texto deve ser consensualizado entre todos, naquilo que for possível consensualizar e de certeza absoluta será possível encontrar um consenso muito alargado.

Portanto, são estes dois parâmetros. O que eu proponho é que já nas próximas semanas que antecedem o próximo plenário, se prepare este texto e se faça esta redação conjunta entre os diversos partidos, uma forma que temos de articular no futuro (os contactos podem começar já), e articular a elaboração do texto da proposta e da iniciativa para que a mesma possa ser apresentada já no plenário de fevereiro.

É esta a proposta muito pragmática que faço e que obviamente terá o contributo de todos e a presença de todos os partidos para que seja possível, de facto, aprofundar esta reforma.

Como foi muito bem dito por diversos intervenientes, é necessário aproveitar o trabalho que está feito, mas também é preciso ter em conta as alterações que os partidos possam ter, o seu posicionamento e, nomeadamente, integrar também aquelas que são as legítimas aspirações e a visão política que têm em relação à autonomia, os três novos partidos que integram o nosso Parlamento.

Nesse sentido, há que continuar o trabalho, mas há muitas outras coisas que podem ser feitas, de acordo com o novo contexto e de acordo com a nova composição do Parlamento dos Açores.

É isto que proponho que seja feita e penso que o temos de fazer com celeridade para que seja possível apresentar este texto, esta redação, esta iniciativa já no plenário de fevereiro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política e não posso deixar de me congratular com o aparente e, creio que entendimento global, sobre esta matéria que acabámos por assistir.

Passamos à próxima declaração política. Tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, eu prescindo.

Presidente: O Sr. Deputado prescinde. Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN, é a sua vez de fazer a sua declaração política. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, muito obrigado. Eu prescindo também.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É só para salvaguardar, Sr. Presidente, a ordem das declarações políticas no próximo plenário, porque quem prescindiu perdeu a vez.

Portanto, na interpretação que eu faço, volta outra vez à ordem que seguimos neste plenário, ou seja, começa outra vez pelo Partido Socialista e depois segue nessa ordem.

Deputado Nuno Barata (IL): Uma interpelação escusada, diria eu!

Presidente: Estão registadas as interpelações.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A experiência mostra-me que não é assim tão desnecessária. Já vi muita coisa.

Deputado Nuno Barata (IL): A experiência mostra-me que se eu quisesse mandar isto para amanhã, pedia um intervalo regimental e mandava isto para amanhã, mas eu não quis fazer isso.

Presidente: Srs. Deputados, não vamos entrar em diálogo. Não havendo oposição à minha proposta, vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 14h30.

Até logo, bom almoço.

Eram 12 horas e 39 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 02 minutos

Ficámos ontem no ponto 9 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 12/XII – “Isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Neste momento a Mesa não tem inscrições para o debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, peço a palavra.

Presidente: Diga, Sr. Subsecretário. Faz favor.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro):** Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria dirigir-me ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados para vos anunciar que a partir deste momento teremos na nossa companhia, nos trabalhos, o Sr. Vice-Presidente do Governo e agradecer a compreensão que a Assembleia Legislativa Regional teve em adiar os pontos que lhe diziam diretamente respeito.

Em segundo lugar, pedir a inscrição do Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, para este debate.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Subsecretário. Seja bem-vindo, Sr. Vice-Presidente, espero que totalmente restabelecido. Desejo-lhe um bom trabalho.

Pergunto se há mais inscrições para o debate?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, muito boa tarde.

Estão a ouvir-me?

Presidente: Sim, estamos a ouvi-lo, sim senhor.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito obrigado.

Muito boa tarde a todos. Muito obrigado.

Presidente: Boa tarde.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo. Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A presente intervenção cinge-se ao Projeto de Resolução sobre isenções de taxas, de tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias, apresentado pelo Partido Socialista e aqui focado ontem.

Cumpre-me informar esta câmara o seguinte:

Foram aprovadas em Conselho do Governo, no passado dia 22, três resoluções que deliberam sobre os temas do projeto apresentado.

A Resolução n.º 11/2021, dedicada a empresas associadas às atividades marítimo-turísticas, dispõe na parte central ou fundamental, o seguinte:

1- Manter para as empresas que exercem a atividade marítimo-turística a isenção do pagamento da tarifa de utilização do posto de acostagem, prevista no artigo 2.º, da Portaria 39/2019;

2. Manter as empresas referidas no número anterior e para as que possuem estabelecimentos comerciais na área da restauração, lazer e comércio a retalho, com exclusão das empresas e escritórios de apoio à atividade portuária, a isenção do pagamento das tarifas de ocupações de terraplenos, de terrenos, edificações e colocação de publicidade e ocupação de espaços nas áreas dos terminais marítimos de passageiros e do empreendimento das Portas do Mar.

3. Isentar as empresas que exercem a atividade marítimo-turística do pagamento da tarifa devida por licenças para o exercício da atividade prevista no artigo 9.º, da Portaria 40.º, de 2019.

A Resolução n.º 12/2021, ligada às taxas nas áreas aeroportuárias dispôs o seguinte:

1 - Manter a suspensão do dever de pagamento, na forma de isenção, das taxas de ocupação das licenças de utilização do domínio público aeroportuário.

2. Manter a isenção do pagamento das taxas de publicidade da Aerogare Civil das Lajes.

3. Determinar, enquanto entidade concedente, que a concessionária e entidade gestora aeroportuária dos aeroportos, aeródromos e aerogares, mantenha a isenção do pagamento das taxas de publicidade.

4 - (...)

5. As isenções de pagamento estabelecidas nos termos dos números anteriores têm efeito no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de maio de 2021.

Por fim, a Resolução do Conselho de Governo n.º 13/2021, associada à atividade marítimo-turística e respetivas licenças, dispõe o seguinte:

1 - Prorrogar, pelo prazo de um ano, as licenças de exploração turística de observação de cetáceos.

2. Suspender a aplicação das taxas das licenças devidas em 2021, previstas no Regime Jurídico da Observação de Cetáceos.

3. Suspender a aplicação das taxas devidas pela emissão e averbamentos das licenças, relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2021.

Posto isto, parecem-nos ultrapassadas as razões para as sugestões do Projeto de Resolução aqui apresentado pelo Partido Socialista, uma vez que as medidas propostas já antes havido aprovadas pelo Governo e publicadas em Jornal Oficial.

Para terminar, em resposta à questão apresentada pela Sra. Deputada Alexandra Manes e pelo Sr. Deputado Nuno Barata, transmitimos que em Portaria ficou determinado que serão devidamente compensadas as entidades onde ficar demonstrada a perda de receita resultante da aplicação dessas medidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Continuam abertas as inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Gostaria, da parte do Partido Socialista, de inscrever o Sr. Deputado Tiago Branco.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Tiago Branco.

Mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Permitam-me que teça alguns comentários relativamente às intervenções que me antecederam sobre esta matéria.

Em primeiro lugar dizer que o Partido Socialista não identifica qualquer aproveitamento político da nossa parte nesta matéria, porque se for para adjetivar dessa forma essa proposta, a existir esse aproveitamento político, poderíamos dizer que ele terá sido feito pela parte do Governo Regional que só efetivamente agiu nesta matéria depois da apresentação desta iniciativa por parte do Partido Socialista neste Parlamento.

Também referir que não percebemos as referências quer por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer por parte do Sr. Deputado Rui Martins, relativamente à extemporaneidade desta proposta, até porque, e recorde que no ponto anterior desta discussão, este Parlamento discutiu, e aprovou por unanimidade, uma proposta do CDS relativamente à aquisição dos 250 mil testes rápidos quando Governo, na manhã de ontem, antes da discussão dessa matéria, já havia anunciado essa medida, pelo que não percebemos por que é que no caso da proposta do CDS ela não foi considerada extemporânea, bem pelo contrário, e agora por ser uma proposta do Partido Socialista já é considerada extemporânea.

Além do mais também referi a centralidade do Parlamento tão apregoada pelos partidos que suportam este Governo não pode ser apenas retórica, ou apenas ser utilizada quando se tratam de propostas desses partidos que suportam a coligação e já não ser quando se tratam de propostas apresentadas pelos outros partidos.

Aquilo que o Partido Socialista fez foi, ao identificar esta situação de caducidade da atribuição de apoios por via da isenção de um conjunto de taxas, tarifas e licenças às empresas que atuam neste setor que, como referiu e bem o Sr. Deputado Nuno Barata, veem a sua atividade praticamente inexistente e que era efetivamente preciso tomar uma decisão imediata para dar uma resposta, por parte do Governo Regional e por parte desta Assembleia, à situação de emergência que essas empresas efetivamente atravessam.

Para concluir, Sr. Presidente, a região enfrenta enormes desafios à sua frente e é responsabilidade de todos nós concentrarmo-nos nas respostas a dar a esses desafios.

Também aconselhava o PSD, e neste caso em particular o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a não percorrer esse caminho olhando sempre para trás sob pena de bater nas paredes que lhe possam surgir à frente.

É para isso que o Partido Socialista está aqui, é para contribuir com propostas concretas para ajudar a região a vencer os desafios que se colocam.

É isso que se tem feito até aqui com a apresentação de medidas concretas para vencer a crise e é aquilo que está a fazer neste momento com esta proposta em concreto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para o debate?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado. Faz favor.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Era para inscrever o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputada Catarina Cabeiras (CDS-PP): Sr. Presidente, queria inscrever o Deputado Rui Martins.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, uma inscrição do PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Rui Martins, está inscrito.

Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para uma inscrição, minha, por parte do PPM.

Presidente: Sim senhor. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, eu não percebi se o Presidente inscreveu o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: O Sr. Deputado António Vasco Viveiros está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Tiago Branco, é evidente que qualquer conselho que me possa dar é sempre bem-vindo. Vendo este que me deu agora, não faz muito sentido...

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa de intervir, mas nós não estamos a conseguir ouvi-lo.

O Orador: ... mas vamos ter a oportunidade de intervir e o Governo, é legítimo. Isso questiona a legitimidade, obviamente, de quem faz afirmações agora, quando no passado recente...

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, nós não estamos a conseguir ouvi-lo nas melhores condições.

O Orador: Sr. Presidente, já me estão a ouvir?

Presidente: Sim, estou a ouvi-lo. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A legitimidade do PSD relativamente àquilo que foi o consenso ... não faz muito sentido.

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, nós não estamos a conseguir ouvi-lo.

Peço aos serviços que ajudem o Sr. Deputado António Vasco Viveiros a resolver este problema técnico. Eu dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, S. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do executivo:

Da parte do CDS o que afirmámos ontem é que efetivamente esta proposta era meritória. Ninguém tira o mérito.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, estamos com problemas de som. Depois volto a tentar daqui a pouco.

Presidente: Sr. Deputado, nós já estamos noutra intervenção. Peço desculpa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Como estava a dizer, se o Sr. Presidente me permite continuar, nós afirmámos que efetivamente a proposta era meritória e não é isso que está em causa.

O que importa verdadeiramente é que o Governo tomou as medidas que se impunham e o que não colhe é a argumentação utilizada também pelo Sr. Deputado Tiago Branco ontem, e secundada pelo Sr. Deputado Rui Anjos, de que se não fosse o Partido Socialista a apresentar esta proposta os empresários cairiam no esquecimento e seriam prejudicados pela ausência de concretização destas medidas. Isso não colhe, porque como ontem foi bem explanado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, as resoluções do Governo que colocaram estas medidas em vigor na anterior legislatura, a segunda resolução, foi tomada três meses após o término da primeira resolução.

Ou seja, não está em causa a retroatividade sequer da medida do Conselho do Governo que foi tomada a 22 de janeiro. A proposta não deixa de ser meritória por isso, mas também não há aqui agora dois pesos e duas medidas da parte dos partidos que suportam este Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Martins.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros para ver se já tem condições técnicas para fazer a sua intervenção.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor de prosseguir, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Tiago Branco. É evidente que é legítimo ao Partido Socialista apresentar este Projeto de Resolução. Não está em causa!

O que já não é legítimo, ou pelo menos politicamente deixa-nos dúvidas, é quando são feitas referências no próprio preâmbulo relativamente, por exemplo, a uma afirmação de que o atual Governo tinha decidido não renovar esses apoios, o que não é verdade, tanto mais que o próprio Partido Socialista nas mesmas matérias deixou passar os prazos de renovação.

Portanto, aquilo que se passou foi um ligeiro atraso. Aquilo que se passou com o Partido Socialista, nomeadamente numa das Portarias foi um atraso de quase 3 meses, ou seja, entre 1 de agosto e 22 de outubro, houve uma resolução que teve efeitos retroativos a 1 de agosto, porque durante esse período não esteve coberto.

Portanto, não é legítimo que se conclua aqui na exposição de motivos que o Governo não tinha intenção de renovar isso, quando o próprio Partido Socialista teve 3 meses para renovar uma isenção e que só o fez no dia 22 de outubro em véspera de eleições.

Quanto ao resto a iniciativa é totalmente legítima, ninguém, questionou essa legitimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que também não percebi as palavras que me foram dirigidas pelo Sr. Deputado Tiago Branco. Eu valorizo esta iniciativa. Esta iniciativa, aliás, como se sabe, resultou do contributo de vários partidos num período anterior da pandemia. Portanto, não foi totalmente concebida por parte do Partido Socialista. Resultou, e muito bem, do conjunto de iniciativas e de ideias de diversas forças políticas e na altura foi aceite e foi aprovado. Portanto, valorizo esta iniciativa, e tanto assim é que o PPM vai votar favoravelmente a iniciativa em causa.

Não vale a pena é encontrar aqui um motivo para uma discussão bizantina, que não faz qualquer tipo de sentido, na medida em que da nossa parte valorizamos a iniciativa, vamos votar favoravelmente e se assim não fosse com certeza que não teríamos este sentido de voto.

Portanto, em relação à intervenção do Partido Socialista nesta matéria eu, sinceramente, não compreendo, porque é alimentar uma não questão. É uma medida em que convergimos, em que temos a mesma perspetiva, consideramos que é válida, que se deve fazer e é isso que está a ser feito.

Portanto, o contributo do Partido Socialista foi importante num período anterior, tal como de outros partidos. Agora volta a ser. Portanto, merecerá a votação favorável do Grupo Parlamentar do PPM.

Não há aqui drama nenhuma, não vale a pena estar aqui a alimentar uma discussão inexistente.

Depois, em relação àquela referência, de que não vale a pena estar a olhar para trás, bem, aí já é mais problemático, porque o Partido Socialista, que esteve 24 anos no poder, ainda estava a olhar para 1996 e a comparar números. Levou as legislaturas todas! Quem esteve nas legislaturas anteriores e quem acompanhou a atividade política ao longo dos últimos anos, sabe que o Partido Socialista ainda fazia isto e eu estou convencido de que se tivesse continuado no poder, 40

anos depois ainda continuaria a olhar para os resultados de 96, comparando o incomparável, tendo em conta obviamente a história que a região teve.

Isso era uma prática anterior e agora é natural que se olhe para números e que se compare números estando tão próximos. Esta coligação começou a governar nem sequer há 3 meses e por isso obviamente referências em relação aos resultados anteriores são absolutamente normais.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições para este debate?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à sua votação.

Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Presidente: Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Boa tarde. Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente voto favoravelmente.

Presidente: Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa para o anúncio do resultado da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 12/XII, “Isenção de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado por unanimidade, com 57 votos de todos os Deputados presente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos para o ponto 10:

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XII – “Recomenda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, requeira ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Resolução para os lesados do BANIF”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

O pedido de urgência que fazemos relativamente a este Projeto de Resolução prende-se com a necessidade de regularizar uma situação má, que mostra a má qualidade do Governo que temos tido nos últimos anos, que ainda não resolveu o problema aos lesados BANIF.

Por isso, apresentamos esta urgência para este Projeto de Resolução para que, a partir desta Assembleia Regional sejam tomadas as devidas providências para que se crie mais celeridade na resolução desse problema a estes mesmos lesados, porque temos de ter a consciência de que a esmagadora maioria dessas pessoas são pequenos depositantes que confiaram numa instituição bancária aquelas que foram as economias de uma vida inteira de trabalho.

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para este debate sobre a urgência?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Era para inscrever o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: António Vasco Viveiros. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para afirmar que o PSD reconhece a urgência desta iniciativa e, portanto, votará favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever a Sra. Deputada Sandra Dias Faria, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Faria.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece, obviamente, a importância deste tema e a atenção que deve ser dada à sua resolução. No entanto, alertamos que esta é uma matéria complexa, que carece da devida discussão e que necessita da clarificação de algumas questões que nos levanta a apreciação do documento, como foi o diploma que foi aqui apresentado pelo Partido Chega.

Antes de mais, e reconhecendo que uma solução adequada para estes depositantes e para o grupo de lesados do BANIF requer também aqui uma apreciação de como está o processo atualmente, um acompanhamento daquilo que tem sido desenvolvido ao nível da República e, por outro lado, gostaria também de colocar a questão ao proponente que tem a ver com a recomendação aqui feita de criação imediata do Fundo de Resolução.

Ora, este é um mecanismo interbancário que não será obviamente a solução para esta situação e, por isso gostaria de ver aqui esclarecida a proposta apresentada.

Para além da questão da discussão que no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nos parece essencial, temos aqui também o entendimento de que é crucial ouvir os interessados e perceber, da parte dos mesmos, quais as suas expetativas e produzir aqui uma resposta que vá ao encontro daquilo que são as expetativas desses interessados e tendo outro cuidado que, creio eu, concordarão, a Assembleia Legislativa Regional não poderá, a partir de uma aprovação sem discussão e sem garantir o devido tratamento desta situação, aprovar uma solução que possa criar aqui um precedente de desresponsabilização do sistema financeiro que, creio, temos que aqui acautelar também.

Portanto, fica aqui a nota da necessidade de discussão na perspetiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da justificação da urgência?

(Pausa)

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, parecia-me que estávamos a discutir o diploma e não a urgência.

Presidente: É só a urgência.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Não obstante da discussão do teor do diploma...

Presidente: Sr. Deputado, quer usar da palavra agora?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Eu estava a fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Eu não percebi que era essa a figura, peço desculpa, Sr. Deputado. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Eu é que peço desculpa se não fui claro.

Mas era para precisamente clarificar essa situação, se estávamos já a discutir o diploma ou se estávamos apenas a discutir a urgência, porque das dúvidas da Sra. Deputada Sandra Faria, parecia-me que estávamos já a discutir o diploma.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estamos só a discutir a urgência. Eu penso que a Sra. Deputada Sandra Faria, com as suas dúvidas, quis expressar a necessidade de uma maior reflexão naturalmente sobre a matéria. Foi assim que a Mesa entendeu a sua intervenção.

Deputada Sandra Faria (PS): Com certeza!

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Peço a palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal entende que não há lesados no processo do BANIF. Portanto, vota favoravelmente a urgência e depois discutimos então o diploma.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação da urgência.

Presidente: Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Andreia Cardoso

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Berto Messias

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Eduardo

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Lubélio Mendonça

(Pausa)

Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Valdemira Gouveia

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Vílson Ponte Gomes

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor, obviamente.

Presidente: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa para o anúncio do resultado da votação.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XII – “Recomenda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, requeira ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Resolução para os lesados do BANIF”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, foi aprovado com 32 votos a favor, e 25 contra: 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal e 1 voto a favor do PAN e 25 votos contra do PS.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, dou a palavra novamente ao Chega, ao Sr. Deputado Carlos Furtado, para apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de começar a minha intervenção queria apenas fazer uma declaração de interesses. Eu até poderia ser, mas não sou um dos lesados do BANIF. Portanto, quero desde já manifestar aqui que não estou a falar em defesa de causa própria. Feita que está esta consideração, passo aos considerandos que no fundo servem de apoio àquele que é este Projeto de Resolução.

Considerando que a esmagadora maioria dos lesados do BANIF residentes nos Açores é constituída por pequenos depositantes que induzidos em erro foram direcionados para aplicações financeiras em investimentos de risco habitualmente levadas a efeito por investidores profissionais;

Considerando que os valores monetários envolvidos individualmente para cada depositante são expressivos ou muito expressivos, atendendo à realidade destes lesados;

Considerando a impossibilidade de acesso aos valores em causa por parte dos lesados que constitui uma privação de acesso a um bem que lhes é legal e moralmente reconhecido;

Considerando que a impossibilidade de acesso a esses montantes revela-se para muitos dos lesados como um incontornável obstáculo à digna sobrevivência dessas pessoas, pondo em causa, muitas delas, o inegável direito de sobrevivência com a dignidade que as mesmas merecem uma vez que no seu percurso de vida muitas dessas pessoas optaram por abdicar de oportunidades de realização pessoal em benefício do envelhecimento mais confortável suportado por economias que foram sendo feitas durante a vida e que no passado recente lhes foram espoliadas;

Considerando que de há muitos anos a esta parte o Estado sempre foi dando nota de ser um garante da segurança bancária no que respeita a pequenos depositantes;

Considerando que sendo os Açores uma Região com índice de pobreza acima da média nacional e que a entrada desses montantes a que se refere o assunto representa um importante contributo para a dinamização da economia dos Açores;

Considerando ainda que cabe ao Estado de Direito garantir aos cidadãos a justiça, a integridade destes e promover a confiança dos agentes económicos,

Deve, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, enquanto legítima representante do povo açoriano, manifestar-se na defesa destes cidadãos da região que foram lesados, requerendo ao Governo da República a criação imediata de Fundo de Resolução que tenha por objetivo ressarcir durante este ano os lesados do BANIF dando assim por concluída de forma inquestionavelmente justa esse processo de restituição dos valores em causa, assim como dar nota pública de que sendo este um Estado de Direito assumir os direitos dos seus cidadãos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, peço a palavra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente...

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Neves está inscrito.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É para inscrever o Deputado Rui Martins.

Presidente: Sr. Deputado Rui está inscrito.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, é para inscrever o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: António Vasco Viveiros está inscrito. Mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para, da parte do Partido Socialista, inscrever a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Presidente: Está inscrita a Sra. Deputada.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, é para uma inscrição, Nuno Barata, Iniciativa Liberal.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever a mim próprio.

Presidente: Sr. Deputado António Lima está inscrito.

Vamos então dar início ao debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, muito obrigada.

Desde já, e antes de começar obviamente a minha intervenção relativamente à iniciativa do Chega, queria também mostrar o meu apoio às palavras do Sr. Deputado Barata relativamente àquilo que é usar-se o voto de urgência para darmos opinião sobre o debate que deveria ser feito pela iniciativa PSD. Isso foi feito ontem. Nós não iremos fazer isso com nenhum partido. Obviamente nós queremos que o debate seja feito na Assembleia e que seja realizado de forma ampla, porque a Assembleia Regional tem de promover o debate entre os partidos e depois quem não estiver a favor que assim vote na concordância de cada partido.

Relativamente à reivindicação do Chega, que supostamente deveria ser de todos os partidos, visto que obviamente o PAN concorda com a ideia apresentada relativamente aos lesados do BANIF, é justa, porque é demais sabido que os contratos que estão na base destes produtos surgiram obviamente por uma via ilícita e os lesados devem ser obviamente ressarcidos.

Como no BES, o modelo aqui aplicado deve ser do Fundo, apenas garantido pelo Estado, ou seja, o Estado negoceia os termos do ressarcimento e garante em tranches esse ressarcimento, o que não desonerará a entidade que está a gerir esses contratos, neste caso, o oposto do que foi dito pela Sra. Deputada Sandra, do PS.

A ideia proposta é justa e o PAN concorda e defende-a, mas há um problema, juridicamente tem pelo menos, ou tinha, mas foi substituído hoje de manhã, dois problemas, que podia dificultar aos partidos acompanhar positivamente este projeto, por mais que meritório e justo que seja este pedido do Partido Chega.

O que está em causa não é um Fundo de Resolução, mas antes um Fundo de Compensação, e há aqui uma diferença. Obviamente que também havia outro problema, mas isso seria o ressarcimento imediato dessas verbas, que já foi substituído, sob pena de se violar a lei travão. Já não é o caso, foi substituído esse ponto.

Para ser aceitável a proposta, devia ser pedida a criação de um Fundo de Compensação e nunca de resolução. Ao ser criado o pretendido e pelo que está estabelecido no Decreto-Lei 298/92, serve mais de instrumento de recapitalização para os bancos e nunca fica garantido que os depositantes sejam ressarcidos durante o processo. Aí está o problema.

Fazendo essas ressalvas, a posição responsável a ter relativamente ao sentido de voto só pode ser a abstenção.

Sim, concordamos totalmente com a pretensão na ajuda dos lesados do BANIF, mas não podemos concordar com as falhas jurídicas existentes na iniciativa do Chega, que poderão ser conseqüentemente graves. Tem a ver com as ferramentas. Não pode ser um Fundo de Resolução, tinha de ser um Fundo de Compensação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do executivo:

A 20 de dezembro de 2015, o Governo da República e o Banco de Portugal anunciaram a resolução do BANIF – Banco Internacional do Funchal, com a venda de parte da atividade bancária ao Santander Totta, por 150 milhões de euros, e a transferência de outros ativos, incluindo os chamados ativos “tóxicos”, para uma nova sociedade “veículo”.

A resolução do BANIF foi acompanhada de um apoio público de 2.255 milhões de euros, a que se somaram duas garantias bancárias do Estado no total de 746 milhões de euros.

Com a crise que se instalou, mais de um milhar de açorianos com contas e depósitos no BANIF (banco em processo de reestruturação desde 2012 e líder de mercado nos Açores e na Madeira), saíram gravemente lesados, nomeadamente muitos pequenos e médios empresários açorianos que ao

investirem todo o seu dinheiro em obrigações subordinadas ficaram sem reserva para poder dar continuidade aos seus negócios e, por consequência, afetaram muitas outras famílias, respetivamente as suas e as dos seus trabalhadores, com todas as consequências que isso acarretou para a economia regional.

Em fevereiro de 2016, o Presidente da Comissão Executiva do Santander Totta, à saída do Palácio de Sant’Ana, afirmou que estava a ser estudada a situação dos clientes do ex-BANIF subscritores de obrigações subordinadas, realçando, porém, que *“o Banco Santander Totta não tem nenhuma obrigação relativamente a essas obrigações subordinadas”*, até porque, *“de acordo com tudo aquilo que ficou estipulado no âmbito da resolução, o Banco Santander Totta não é o titular dessas obrigações e por força de não ser o titular dessas obrigações também não é responsável por elas”*.

A 13 de julho de 2017, esta Assembleia, aprovou uma Proposta do CDS publicada como Resolução n.º 16/2017/A, que recomendava ao Governo Regional da altura o seguinte:

1 — Promova todas as diligências necessárias junto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças do Governo da República no sentido de ser adotada para os açorianos «lesados do BANIF» uma solução com características semelhantes à que foi desenhada para os «lesados do BES».

Esta situação, apesar de imparidades financeiras diferentes, BANIF e BES, as duas constituíram perdas para os seus clientes, sem que estes pudessem ser considerados voluntariamente responsáveis pelo risco dos produtos que adquiriram, ou pelo menos na sua grande maioria.

2 — A solução para a resolução desta situação deve ser apresentada num prazo máximo de 12 meses.

O primeiro ponto gerou discórdia no seio do Governo da altura e do Partido Socialista, por dizer “promova” em vez de “continue a promover”, uma vez que consideravam que já estavam a trabalhar no assunto e seria injusto dizer que só agora é que vão promover uma solução.

O ponto dois, introduzia um limite temporal para a resolução do problema. Lembro também que foi, na altura, por sugestão do Vice-Presidente do Governo, da altura, o agora Deputado Sérgio Ávila.

Ora, a realidade é que volvidos dois anos e meio do limite estabelecido para se delinear uma solução, como recomendava esta resolução, continuamos a deparar-nos com a falta de respostas e soluções concretas, quer das entidades públicas, quer dos responsáveis bancários.

Os “lesados do BANIF” estão agora há 5 anos à espera que lhes seja apresentada uma solução para os milhares de euros que perderam.

Torna-se assim pertinente que esta Assembleia se pronuncie acerca deste assunto e possa este Governo, ao contrário do anterior, arrepiar caminho neste dossier e promover uma solução para os lesados do BANIF.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD concorda com a generalidade dos fundamentos apresentados pela iniciativa do Grupo Parlamentar do Chega.

Acresce que há indícios de que a realidade do BANIF foi ocultada aos interessados, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelos responsáveis do BANIF.

Vários lesados deram conta de que foram convencidos a não vender ações, a manter os depósitos e comprar obrigações com a garantia de que o banco era seguro por ter o Estado como principal acionista.

Muitos dos investidores alegam que foram enganados pelo BANIF, que lhes garantiu que os produtos em que fizeram aplicações eram depósitos a prazos e não valores imobiliários de diversa natureza.

A maioria dos lesados só tomou conhecimento de que eram portadores de valores imobiliários posteriormente à resolução do banco, depois de 19 de dezembro de 2015.

Há cerca de um ano foi tornado público o relatório da comissão de peritos independentes, nomeados pela ordem dos advogados, sendo que este relatório concluiu que foram encontrados fortes indícios de práticas ilícitas na venda de produtos financeiros e validaram 2.330 pedidos de lesados do BANIF com valor de investimento em causa de 230 milhões de euros.

Estima-se que desse montante cerca de 130 milhões de euros correspondem a cerca de 400 lesados dos Açores.

O Grupo Parlamentar do CDS, como já disse o Sr. Deputado Rui Martins, na anterior legislatura, apresentou um Projeto de Resolução que teve o voto favorável do PSD e de todos os partidos da oposição e estranhamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na altura absteve-se, em que resolveu, e tomou a iniciativa junto do Primeiro-Ministro, relativamente à procura de uma solução para os lesados do BANIF.

Desconhecemos, após aquela pronúncia, que iniciativas e diligências tomou nesta matéria o então Governo Regional do Partido Socialista.

A verdade é que continuam sem surgir soluções justas e adequadas para os lesados do BANIF.

A presente iniciativa afigura-se assim uma boa oportunidade para que este Parlamento, como legítimo representante da vontade dos açorianos, através de pronúncia, contribuir para a procura de uma solução, quer junto do Governo da República, quer junto do Sr. Presidente da República.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD mais uma vez estará ao lado dos lesados do BANIF votando favoravelmente.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais uma palavra ao Sr. Presidente da Mesa, agradecendo a concordância em ter compreendido que a minha intervenção era a justificar o voto contra a urgência e não a discussão da substância que farei neste momento. É sabido que este é um assunto que diz respeito obviamente a um grupo considerável de açorianos e que urge a sua resolução.

No entanto, nós entanto nós entendemos, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que merece, até por respeito a estes mesmos lesados, que esta iniciativa seja devidamente preparada, ponderada e que sejam encontradas soluções capazes de resolver e não apenas hastear bandeiras de que estaremos a resolver, não indicando aqui uma solução exequível, porque o que aqui é apresentado é um pedido de criação imediata de um Fundo de Resolução que não se aplica a esta situação.

Devo dizer que é nosso entendimento que esta matéria deva ser discutida e então apresentar-se uma proposta robusta de recomendação ao Governo da República, e para isso fazer um trabalho de acompanhamento do que tem sido desenvolvido até porque neste momento já foi criado um Fundo de Recuperação de Créditos, junto da CMVM, e havendo já essa orientação o ponto de negociação já está noutra estado.

Portanto, continua a ser nosso entendimento que esta matéria carece de devida preparação e por isso mesmo anunciamos que iremos preparar uma proposta para apresentar à Assembleia Regional relativamente a este tema.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este é um debate que provavelmente levar-nos-ia a fazer 5 dias de plenário e que nos levaria aos primórdios dos sistemas bancários, aos recônditos do pensamento liberal, à profundidade da agiotagem, a uma série de coisas que não importa aqui discutir.

Começa, desde logo, pelo erro crasso de classificar investidores, investidores que perderam o seu investimento, como lesados, quando não passaram de agiotas que investiram alguma da sua poupança em produtos tóxicos. Alguns não sabiam que o estavam a fazer, admito-o por ignorância, como outros fizeram noutros setores, como outros fizeram os seus investimentos das suas poupanças criando emprego, abrindo negócios, criando riqueza para o país e que ficaram absolutamente sem nada.

Aliás, pior! O tal Fundo de Recuperação de Créditos que a Sra. Deputada Sandra Faria acabou de fazer referência, vai buscar o património destes que investiram na construção civil, na agricultura, na pecuária, nas pescas, no pequeno comércio e que perderam tudo o que tinham.

Atenção! Perderam tudo o que tinham, deram em pagamento património aos bancos e o Estado ainda cobrou-lhes mais-valias sobre a alienação desse património. Aí é que nós devíamos estar preocupados, aí é que nós devíamos ter a nossa atenção permanente, àqueles que ficaram com absolutamente nada, vítimas da agiotagem, vítimas da especulação imobiliária, vítimas da especulação financeira.

Choca-me, choca-me profundamente ver socialistas do PSD, socialistas do Partido Socialista, comunistas, a defenderem agiotas e especuladores financeiros que andaram a brincar com o dinheiro e as poupanças de todos os todos portugueses (de todos os portugueses!).

Este processo é quase paralelo ao processo do BES. Os ditos lesados, burlados, do BES, alguns já receberam as suas devidas indemnizações que não lhes eram devidas, mas dois males não fazem um bem. O facto de ser ter cometido um

erro com o processo do BES não quer dizer que se volte a comer um erro com o processo do BANIF.

Refiro bem isto, e que fique bem claro, os Srs. Deputados que tenham isso bem presente: todas as pessoas que foram apanhadas de surpresa com a crise SUPRIME e a crise de 2008 a 2011, 2012, 2014 que nos assolou, algumas recuperaram, outras não recuperaram e algumas recuperaram de forma tão débil que agora com esta nova crise vão acabar perdendo tudo o que tinham e perdendo tudo o que tinham ainda ficam a dever ao Estado porque o Estado lhes cobra mais-valias.

Eu podia contar aqui uma história pessoal, eu podia contar aqui centenas de histórias que conheço por esse país fora e não me cabe, na minha cabeça, que se defenda aqui nesta Casa ou em qualquer casa da Democracia os agiotas que andaram brincando à bolsa, brincando ao investimento em produtos tóxicos, porque foi isso que se passou, foi agiotagem, foi investimento. Portanto, perderam! Porque se o tivessem ganho, se o Lehman Brothers não tivesse falido e se tivessem ganho milhares de euros em juros e em obrigações subordinadas provavelmente não estariam aqui a dividi-las com os restantes contribuintes de Portugal e com os contribuintes dos Açores, porque nem mesmo impostos essa gente queria pagar, ou já estamos todos esquecidos das mais-valias bolsitas que ninguém queria que se cobrassem, e bem, porque nós não temos de cobrar mais-valias sobre esses negócios. Nós também não temos é que cobrir quando os negócios lhes correm mal.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que a Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para esta matéria.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Todos nós nos recordamos da proposta de resolução do BANIF, aprovado na Assembleia da República, pelo Partido Socialista com a abstenção do PSD, que teve como objetivo reforçar a concentração da banca europeia imposta pela Comissão Europeia.

A falência do BANIF, no processo anterior, deixou para trás, para além de uma pesada fatura para o erário público, centenas de clientes lesados, principalmente nos Açores e na Madeira.

Estes clientes foram, em alguns casos, vítimas de venda fraudulenta ou abusiva de produtos financeiros.

Ficou claro, a partir dessas experiências, que a legislação atual deve ser aprofundada de forma a criar novas e melhores regras que protejam os investidores não qualificados, muitas vezes sem níveis de literacia financeira que permitam avaliar os produtos financeiros em causa.

O Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, apresentou já por diversas vezes iniciativas legislativas com o objetivo de dar respostas a estas falhas, como a separação no espaço de comercialização de produtos financeiros, para que nos balcões dos bancos passassem apenas a ser comercializados produtos abrangidos pela proteção do Fundo de Garantia de depósitos.

Os restantes produtos passariam a ser comercializados em balcões específicos ou *online*.

Importa, nesta fase, dar respostas que minorizem efetivamente as perdas dos lesados das más práticas de venda de produtos comerciais, sobretudo aqueles que enfrentam situações pessoais mais dramáticas, mas essas respostas são complexas, entre outras coisas, devido à enorme diversidade de situações em questão.

O Bloco de Esquerda defende que o setor financeiro, em particular os bancos compradores dos ativos mais valiosos do BANIF, no caso o SANTANDER, deve ser chamado a assumir responsabilidades no financiamento dos mecanismos de compensação aos lesados.

Por proposta do Bloco de Esquerda foi aprovada na Assembleia da República a Resolução n.º 13/2018, de 16 de janeiro, que recomendou ao Governo República que procurasse encontrar respostas junto das instituições financeiras que protegendo o erário público minorizem as perdas dos lesados não qualificados do BANIF e do BES e que criasse um regime de isenção ou reembolso de custas judiciais.

Neste momento, o Governo da República sobre esta resolução e o seu cumprimento, afirmou, em resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda, que para a criação de um mecanismo de recuperação de créditos dos lesados do BANIF que está pendente de uma avaliação do Banco de Portugal, quanto à expectativa de recuperação dos créditos em questão, uma vez que no único Fundo de Recuperação de Créditos criado no país, neste caso, na situação do BES, que foi criado, recorde, com garantia pública, ainda não foi possível recuperar quaisquer créditos, ou seja (traduzindo), muito provável e novamente serão os contribuintes a pagar os desmandos do setor financeiro.

Indo agora finalmente à proposta que o Grupo Parlamentar do Chega apresenta. Vemos que ela, no fundo, quer que seja criado aquilo que chama de Fundo de Resolução com garantia pública. Pressupõe-se, ou subentende-se, ou talvez não, mas o Grupo Parlamentar do Chega poderá esclarecer que o que quer dizer é a criação de um Fundo de Recuperação de créditos. É isso que fará sentido, um Fundo de Resolução não tem esse objetivo, mas estamos sempre a aprender.

Isso difere muito daquilo que o Bloco de Esquerda tem vindo a defender, nomeadamente na Assembleia da República sobre esta matéria.

Minorizar as perdas dos lesados não qualificados sim, mas protegendo o erário público.

A proposta do Chega faz o contrário: coloca os contribuintes a pagar as perdas dos investidores.

Para o Chega então devem ser os portugueses a pagar as práticas fraudulentas, ilícitas, que ocorreram no BANIF.

O que o Chega quer, portanto, é colocar o país inteiro a pagar os desmandos no setor financeiro. Isto nós não podemos naturalmente aceitar.

Temos proposto soluções para os lesados do BANIF, nomeadamente para os investidores não qualificados, mas essas soluções não podem passar por colocar os mesmos de sempre a pagar os desmandos dos mesmos de sempre, neste caso do setor financeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições. Pergunto se há inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, uma inscrição da parte do PPM, Paulo Estêvão.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, uma inscrição por parte do Chega, Deputado José Pacheco.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco está inscrito.

Mais inscrições?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista eu gostaria de me inscrever.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro está inscrito.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, gostaria de me inscrever.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A grande tragédia deste país nos últimos anos tem sido de facto o funcionamento do sistema financeiro e as reposições que foram feitas por parte do Estado que causaram uma verdadeira calamidade nas nossas contas públicas. É esse o grande desequilíbrio e é essa a origem de muita da dívida do Estado atualmente, é devido ao sistema financeiro.

A questão que se coloca aqui, que é uma questão como já foi abordada, que é, qual é a responsabilidade do Estado no âmbito do funcionamento das instituições bancárias privadas?

Eu considero que há uma responsabilidade por parte do Estado que tem a ver com o facto do Estado ser o garante regulador. Isso é fundamental, isso é uma tarefa fundamental. O Estado deve ser o regulador no âmbito do sistema financeiro e tem esses instrumentos, que foram instrumentos criados no quadro legal.

O que é que aconteceu em Portugal?

Em Portugal, esses instrumentos criados por parte do Estado e por quem tinha a função de exercer essas funções de regulador, nomeadamente o Banco de Portugal, falharam clamorosamente.

Portanto, há aqui uma responsabilidade do Estado, tendo em conta que esses instrumentos de regulamentação não funcionaram e que o Banco de Portugal não funcionou do ponto de vista daquelas que são as suas competências nesta matéria. Há uma responsabilidade objetiva.

Como aqui já foi referenciado foram detetadas práticas fraudulentas. Estas práticas fraudulentas só sucederam ao longo de muitos anos porque estes instrumentos de regulamentação não funcionaram, porque a fiscalização do Estado não funcionou, porque o Banco de Portugal não funcionou no âmbito das suas competências.

Portanto, há uma responsabilidade objetiva. A responsabilidade daqueles que são, e eu chamo-lhes, criminosos, que foram responsáveis pelo mau funcionamento do sistema bancário, porque aqueles que introduziram uma série

de práticas fraudulentas, essa deve ser uma responsabilidade que lhes deve ser imputada, está a ser imputada, mas de forma muito lenta. Há processos a prescrever e há uma justiça em Portugal que não funciona, mas esse é um outro problema.

Deve ser-lhes imputadas essas responsabilidades, tem-lhes vindo a ser, mas a verdade é que o nosso sistema judicial não tem sido eficaz e uma parte muito significativa dos responsáveis pela situação que se criou não tem sido objetivamente responsabilizada, inclusivamente os processos eternizam-se nos tribunais,

Outra coisa é a responsabilidade do Estado em relação àqueles que eram os pequenos investidores.

Os pequenos investidores tinham a garantia, pelo menos teórica, pelo menos legal, de que o Estado estava a fiscalizar estas atividades e estava a fiscalizar estas práticas. A verdade é que não o fez e aí há uma responsabilidade objetiva que permite que, na minha perspetiva leva a que o Estado também tenha de assumir a sua responsabilidade e não possa deixar os pequenos investidores, os pequenos depositantes com uma situação de absoluto abandono.

A responsabilidade, afinal, não é de ninguém. A responsabilidade também não é do Estado, portanto o Estado lava as suas mãos.

Eu considero que não! O Estado não tem de lavar as suas mãos, o Estado tem de assumir as suas responsabilidades e a proposta que é aqui feita pelo Chega vai nesse sentido, ou seja, o Estado assumir essa responsabilidade e reembolsar os pequenos investidores, porque a confiança no sistema bancário é fundamental. As pessoas têm de acreditar que os bancos são instituições que estão a ser fiscalizadas e estão a ser fiscalizadas de forma permanente.

Portanto, estas questões também são fundamentais para acautelar o futuro, para que não volte a suceder, para que as pessoas acreditem nas instituições financeiras.

As instituições financeiras são fundamentais para o funcionamento de um sistema económico moderno, para um sistema de um funcionamento económico que possa evidentemente ter quotas de investimento, que possa ter um funcionamento pujante do ponto de vista económico, sem instituições bancárias pujantes, fortes, como se viu depois do 25 de abril e do PREC. Isto não funciona.

Esta é a ideia arqueológica do Bloco de Esquerda, que persegue as instituições financeiras, mas nós consideramos que estas instituições são fundamentais, assim como é fundamental que o Estado faça aquilo que não fez no caso do BANIF. Por isso que assuma as suas responsabilidades, obviamente, e que permita que estes pequenos investidores possam ser reembolsados desses prejuízos que tiveram, restaurando a confiança num sistema financeiro e restaurando a confiança tendo a certeza absoluta de que o Estado quando não cumpre as suas obrigações enquanto regulador, pois é penalizado por isso e os responsáveis, nomeadamente aqueles que estavam no Banco de Portugal e que tinham essa funções e não o fizeram também devem ser pessoalmente responsabilizados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu só tenho uma palavra para todo esse processo: vergonha!... Vergonha!... Não há outra palavra para descrever tudo o que se passou.

Tudo o que eu ouvi aqui, algumas opiniões que eu ouvi aqui, também são de verdadeira vergonha.

Eu conheço pessoas, eu tenho vizinhos que não foram lesados, foram roubados. Houve vigaristas! E como dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e muito bem, o Estado tem o papel regulador, fiscalizador. Onde está esse papel? Ele não assume o seu papel.

O Estado era dono do banco. Onde está esse dono do banco? Onde está esse papel?

Isto foi uma das maiores vigarices, e eu não percebo como continuamos nós, os contribuintes, a pagar o BES e o caso do BANIF é varrido para debaixo do tapete e foi dito aqui hoje que é um processo que já veio à Assembleia Regional dos Açores e continuamos sem perceber como continuamos a varrer este lixo tóxico para debaixo do tapete.

Haja vergonha e vamos resolver isto para bem destas pessoas, que não são os tais agiotas, mas pessoas muito humildes que perderam as poupanças de toda uma vida (de toda uma vida!).

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que antes de entrar neste tema dirija uma saudação ao Sr. Vice-Presidente do Governo e transmita, em nome do Partido Socialista, os votos de uma completa e total recuperação, como acredito que já está recuperado e pronto para, não só neste debate da Assembleia, mas para continuar a desempenhar as suas funções. Votos de muitos saúde para si e para os seus.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação a esta matéria que aqui estamos a analisar, em primeiro lugar, eu gostava de dizer que, da nossa parte, reconhecemos inteiramente a importância do assunto, mas também reconhecemos e salientamos que este é assunto complexo, delicado e dramático para muitas famílias.

Provavelmente em parte, e apenas em parte, o Sr. Deputado Nuno Barata terá razão. Eu não o acompanho em toda a sua apreciação sobre esta matéria, uma vez que, pelo conhecimento que tenho desta situação, há pessoas que perderam

poupanças de uma vida e que pelas suas características pessoais, de formação, de literacia, de conhecimento, de forma nenhuma posso considerá-las como agiotas, e de forma nenhuma posso considerá-las como autores de qualquer tipo de falcatrua, mas sim vítimas de uma situação em relação à qual elas não tinham, nem consciência, nem tinham condições para ter consciência, que é outra coisa, daquilo que estava em causa.

Em segundo lugar, dizer que muito já foi dito quanto às intenções de resolução deste assunto, mas o facto é que o que nós temos não é uma intenção geral de resolução deste assunto. O que nós temos é uma proposta concreta, de termos concretos, para se seguir um determinado caminho recomendando ao Governo da República, e não ao Governo Regional como me pareceu referir o Sr. Deputado Rui Martins, (mas ao Governo da República!) o tratamento desta questão.

Eu devo salientar que todas as nuances que esse assunto tem só reforçam o entendimento do Partido Socialista de que este assunto deveria ser debatido e aprofundado na Comissão respetiva; debatido e aprofundado no sentido de poder encontrar o ponto de equilíbrio entre os termos talvez demasiados gerais e em alguns casos pouco precisos com que a proposta de resolução se pretende abordar este assunto, com aquilo que é a necessidade de mantermos no fundo a atenção e a pressão do ponto de vista das entidades regionais e nomeadamente dos órgãos de Governo próprio sobre esta matéria.

Eu acho que é isso que está, na minha opinião, a falhar aqui. É que o Parlamento prepara-se para votar, porque a urgência foi aprovada, sobre uma matéria que, naquilo que tem a ver com as pinceladas gerais do dramatismo da situação, da importância de ser resolvido, daquilo que ele coloca em relação a muitas famílias açorianas, isso está (pelo menos para o PS está!) absolutamente claro e nós concordamos, mas a resolução não se limita a isso.

A Resolução, pelos termos gerais em que está formulada, vai mais além. Portanto, é nesse ponto de vista, que conforme foi referido anteriormente, nós

entendemos que uma Resolução formulada nesses termos faz aquilo que eu acho que devemos evitar fazer que é, no fundo, jogar com as expetativas das pessoas.

Eu pedia cautela neste aspeto. Acho que devíamos ouvir a associação de lesados do BANIF sobre esta concreta formulação, se isso corresponde àquilo que entendem ou não entendem, devíamos ter oportunidade de ajuizar sobre se aquilo que a associação de lesados entende é aquilo que nós queremos que seja entendido como a posição da Assembleia Legislativa da Região.

Portanto, o que eu reitero é que, como está, esta proposta de resolução, se é certo que a nível político trata de um assunto que a todos diz muito e para o qual nós estamos despertos, naquilo que tem a ver com os seus comandos já não pode ser acompanhada porque me parece que há ainda muita coisa a esclarecer sobre isso.

É este o sentido da nossa posição quanto à necessidade de aprofundar o estudo desta matéria.

Julgo que se assim fosse ganhava a Assembleia, porque teria uma posição melhor fundamentada, ganhava a Região porque tinha um órgão de Governo próprio a pronunciar-se junto do Governo da República com maior fundamentação, mas sobretudo ganhavam os lesados do BANIF que tinham uma posição coerente, consistente e fundamentada da parte do Parlamento do Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que esta resolução apresentada pelo Chega nos permite de uma vez por todas é evitar aquilo que o Partido Socialista tem feito ao longo dos últimos anos.

Desde 2015 que o Partido Socialista tem empurrado com a barriga para a frente uma resolução para o problema dos lesados BANIF. Efetivamente já desde 2015 que, através de solução atrás de solução, o Partido Socialista promete efetivamente através do seu Presidente Carlos César, não só como Presidente do Grupo Parlamentar, na altura, do Partido Socialista da Assembleia da República e como também como Presidente do Partido Socialista, uma solução que com o decorrer dos anos nunca chegou a concretizar-se.

Nesta medida, o que esta solução também impõe é que o Governo da República tenha o especial cuidado que sempre prometeu ter no que diz respeito aos lesados do BANIF.

Esta situação é uma situação absolutamente dramática, que é transversal a todo o país, não se cinge só aos Açores, mas temos cá na nossa Região Autónoma imensas pessoas que foram efetivamente lesadas por processos e critérios de duvidosa seriedade na banca.

A prova disso, de colocar em causa a seriedade da atuação do BANIF ficou muito recentemente comprovada por um relatório efetuado pela ordem dos advogados que conclui pela existência de fortes indícios de práticas ilícitas.

Nesta medida, o que nós temos de fazer não é mais uma vez olhar para o lado, mas sim assumir uma responsabilidade que é tão só de recomendar ao Governo da República que aja, que atue, que de uma vez por todas ponha cobro a uma situação de flagrante injustiça e de casos dramáticos de pessoas que perderam quase tudo o que tinham e muitas delas tudo mesmo que conseguiram amealhar ao longo de uma vida inteira.

Não se trata aqui, e nós nesta situação não acompanhamos de todo as declarações do Deputado da Iniciativa Liberal nesta matéria, porque de facto não reflete, não pode refletir, por desconhecimento de causa, com toda a certeza, da realidade de muitos, muitos, muitos lesados do BANIF.

Nesta medida, fazendo jus à violação grave do princípio da confiança, que é o princípio que deve nortear todos aqueles que recorrem a um sistema legal bancário que é reconhecido pelo Estado Português, que tem um elemento de supervisão que falhou redondamente, todos nós, todos os cidadãos que efetivamente se sentiram lesados pela falha dessa supervisão, têm o direito de ser ressarcidos com base na violação desse princípio da confiança impondo um princípio da responsabilidade civil ao Estado.

Nesta medida, o Partido Social Democrata dos Açores acompanha esta resolução que recomenda ao Governo da República (talvez se fosse de outra cor política não teríamos a mesma posição que o Partido Socialista dos Açores agora apresenta nesta Assembleia Regional, mas o Governo da República é da mesma cor do Partido Socialista) que exerça um poder de, de uma vez por todas, apresentar uma solução que seja justa, que seja equilibrada e que efetivamente ponha cobro à injustiça que ela mantém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, queria inscrever-me, António Lima.

Presidente: O Sr. Deputado António Lima está a pedir a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Para uma inscrição, Sr. Presidente.

Presidente: Sim senhor, está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, eu também queria inscrever-me, Carlos Furtado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que nesta fase do debate faz falta aqui um ponto de situação. Eu acho, em primeiro lugar, curioso que defensores das entidades reguladoras independentes, previstas na lei, com independência regulatória do Governo, venham agora dizer que quando as coisas correm mal e que as entidades reguladoras poderão falhar, o Estado e os contribuintes têm de vir a correr pagar aquilo que é a fralde no setor financeiro e que aquilo que correu mal, correu mal muitas vezes porque houve quem agisse mal. É um pouco como dizer que se alguém cometeu um crime, porque a polícia porventura não estava no local, é o Estado que é que tem de ser responsabilizado. Ora, isso não faz qualquer sentido.

São sempre os contribuintes chamados a pagar sempre que o financeiro queira ganhar dinheiro à custa do trabalho de outros.

Há aqui um equívoco, julgo eu, sobre o debate desta proposta. É que esta proposta não diz que deve ser criado um Fundo de Recuperação e o Estado deva ressarcir os pequenos investidores, que muitos deles foram enganados, como já foi aqui citado no relatório da Ordem dos Advogados por diversas Sras. e Srs. Deputados.

O que esta proposta diz é que todos os investidores, todos os lesados, devem ser ressarcidos. Os não qualificados, ou seja, aqueles que porventura não sabiam e foram alguns certamente enganados por parte do banco, mas também aqueles que sabiam o que é que estavam a fazer. Ora, estamos a tratar por igual aquilo que é diferente. Isto não pode ser.

Esta proposta cria aqui uma injustiça enorme, porque há pessoas que foram enganadas, certamente, há situações pouco claras no processo, certamente. Esse caso tem de ter um tratamento.

Os outros casos de quem legitimamente investiu o seu dinheiro num produto financeiro que tinha risco, não podem ter o mesmo tratamento e não podem ser os contribuintes, numa altura de absoluta crise, em que há empresas sem rendimento nenhum, sem faturação, trabalhadores a viver com apoios de miséria,...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente.

... gente a viver na miséria e quer o Partido Chega, o PSD e o PPM que seja o Estado a avançar (com quantos milhões não sabemos, porque era importante também já agora perceber se o Grupo Parlamentar do Chega sabe quantos milhões é que estão aqui em causa) e a pagar estes milhões a toda a gente, indiscriminadamente, sem saber se são investidores não qualificados, ou seja, que não têm a literacia financeira para saber o que estavam a comprar, ou se são investidores que efetivamente estavam a fazer a sua vida e a investir o dinheiro que teriam para investir.

Ora, não podemos tratar este assunto desta forma e esta proposta é profundamente injusta e cria aqui um problema insanável que não podemos de forma alguma acompanhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome dos lesados do BANIF, aqueles lesados que todos nós conhecemos na nossa rua, vizinhos, conhecidos, que são mesmo lesados, em nome destes, eu agradeço as palavras de apoio e a boa vontade dos Srs. Deputados que percebendo a realidade de que se trata, principalmente dos ditos investidores

açorianos, percebendo a boa vontade dos Srs. Deputados que saíram em defesa dessas pessoas, agradeço.

Há, no meio desse assunto, duas questões que eu concordo com o Sr. Deputado António Lima, relativamente a uma proposta que ele disse que em tempos o BE fez para que fisicamente fosse separada a venda de produtos financeiros dos normais depósitos, porque infelizmente a iliteracia da maioria dos ditos investidores do BANIF levou a que nas mesmas instalações, com os mesmos funcionários, e até com mais pressão, essas pessoas fossem ouvidas.

É na defesa dessas pessoas que temos de estar todos os unidos.

Reconhece também, na afirmação do Sr. Deputado António Lima que escrutinar quais são os investidores puros e quais são os depositantes que foram levados à condição de investidores, não é tarefa fácil, mas seguramente cinco anos daria para perceber quais foram os investidores e quais não foram os investidores e quais não foram os investidores.

Portanto, não podemos é internamente empurrar esse assunto para a frente até saber quantos é são os investidores e quantos não foram, porque até há um facto desagradável no meio de toda essa história. Há pessoas que já morreram e não receberam o seu dinheiro. Nem que seja na defesa dessas pessoas temos de estar todos unidos, porque dizermos que somos legítimos representantes do povo, Sras. e Srs. Deputados, de nada serve se nessas alturas não viermos aqui defender aquilo que são os interesses dessas pessoas.

Podia ser qualquer um de nós, podia ser um familiar nosso, Srs. Deputados. Temos de acautelar os interesses dessas pessoas.

No seguimento disso eu propunha uma coisa aos Srs. Deputados: se existe boa-fé nesta câmara, que eu creio que existe, nós todos fizemos um juramento ao povo açoriano, eu iria pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que se fizesse um intervalo regimental, no sentido de consensualizarmos a redação desse Projeto de Resolução, de forma que a alteração dessa redação pudesse ser um documento consensual e que no fundo espelhasse aquilo que julgo que será a

preocupação de todos os Srs. Deputados, que é fazer justiça para com essas pessoas, aqueles que foram enganados; aqueles que foram enganados deliberadamente e que já estão há cinco anos à espera que o poder político, que o poder judicial, que o poder da banca, que todos esses poderes, no fundo, façam a sua parte, incluindo o da entidade reguladora que andou dormindo durante estes anos todos, mas que é paga (essa entidade reguladora) também com os nossos impostos, os dos nossos contribuintes.

Essas pessoas que também pagaram à entidade reguladora não podem ficar expostas agora à má prática que foi a regulação bancária nos últimos anos.

Portanto, no seguimento, Sr. Presidente, eu pedia então, se assim os Srs. Deputados entenderem, que se faça um intervalo regimental para consensualizarmos a matéria deste Projeto de Resolução do Chega.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O nosso regime de funcionamento excecional das reuniões plenárias por meios telemáticos prevê, no seu ponto 3, a possibilidade de conceder a cada grupo parlamentar ou representação parlamentar um intervalo de 15 minutos por cada reunião, apenas para consensualização de matérias e/ou propostas de alteração.

Portanto, uma vez que o Grupo Parlamentar do Chega solicita esse intervalo, ele será concedido. Regressamos daqui a 15 minutos.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado.

Eram 16 horas e 10 minutos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, não sei se posso, por esta via... Nós temos hora prevista para retomar os nossos trabalhos?

Eram 16 horas e 38 minutos.

Presidente: Sr. Deputado, eu tenho a informação do Sr. Deputado Carlos Furtado, que acabou de dar entrada nos serviços uma proposta de substituição integral do diploma.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas essa já tinha dado entrada, ou existe mais uma?

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ele já tinha dado entrada de uma proposta de substituição. Isso é outra?

Presidente: Eu penso que sim, que é outra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Carlos Furtado (CH): É sim, Sr. Presidente, é uma correção da redação da proposta que havia sido entregue ontem à noite.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, uma interpelação, por favor.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, acabou de dar entrada uma proposta de substituição do Chega sobre esta matéria.

O Sr. Deputado António Lima pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, uma interpelação porque ainda não recebemos a proposta e obviamente gostaríamos de a ler antes de retomarmos o trabalho. Não me parece muito correto discutirmos uma proposta que nós não conhecemos.

Presidente: Tem toda a razão, Sr. Deputado. Eu não vejo outra figura regimental que me possa socorrer senão conceder o intervalo da tarde de mais 15 minutos, para que os senhores possam analisar essa proposta. Alerto que há grupos parlamentares que já não têm tempo para discutir a matéria.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, queira por favor conceder-me a palavra para uma interpelação à Mesa apenas para dar alguma informação

relativamente às alterações que foram introduzidas na redação, a fim de permitir uma mais fácil consulta dos Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção, Sr. Deputado. Eu não tenho outra figura para lhe dar a palavra. Tenho de descontar essa intervenção no seu tempo.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu gostaria de ver a proposta, peço desculpa.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não interrompa o Sr. Presidente.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado António Lima, já é a segunda vez, durante os trabalhos, que o senhor me interrompe quando estou no uso da palavra. Eu não faço isso com ninguém, agradeço que o senhor também não faça isso comigo.

Eu dou-lhe sempre a palavra quando o senhor solicita.

Dou-lhe razão na sua argumentação. Por isso vou conceder um intervalo de 15 minutos para que os senhores possam ver a proposta e não vale a pena estar com esse ar de revoltado, porque as coisas resolvem-se dialogando.

Está concedido um intervalo de 15 minutos para que os Srs. Deputados possam analisar a proposta que acabou de dar entrada.

Regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 56 minutos.

Pergunto ao Sr. Deputado Carlos Furtado se quer usar da palavra como anteriormente tinha referido?

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A alteração que agora introduzimos ao Projeto de Resolução consiste basicamente em clarificar, no fundo, aquelas que são as pessoas que podem beneficiar do ressarcimento desses valores que tinham sido efetuados em depósito, ou seja, clarificar que deverão ser ressarcidas apenas as pessoas e as empresas que de forma comprovada manifestarem que aqueles valores eram depósitos e que foram, no fundo, induzidos em erro e que o ónus da prova para aqueles que são investidores profissionais no fundo provarem que estão na mesma condição, porque obviamente como o Deputado Nuno Barata disse, tratar da mesma forma pessoas que são investidores e comparando com pessoas que foram apenas meros depositantes que foram induzidos em erro, também não será um exercício justo e o Chega, como qualquer outro partido que eu acredito que aqui esteja representado na Assembleia Regional, tem como objetivo promover a justiça.

Portanto, promover a justiça neste caso, é criar uma diferenciação relativamente ao tipo de situações que estão em causa.

Eu julgo que com a proposta de alteração que fizemos agora, essa situação fica clara. Também alteramos a forma: em vez de ser Fundo de Resolução, ser Fundo de Compensação, como indicou, e bem, o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN.

Julgo que em função disse temos condições para que seja aprovado esse Projeto de Resolução, mas como bem sabem será posto à votação e ficará ao critério de cada um dos Srs. Deputados.

Como disse no início da minha intervenção há bocado, isso não é uma defesa de causa própria. Isso é uma defesa daqueles que são os interesses dos lesados, dos comprovadamente lesados desse processo do BANIF.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista eu gostaria de me inscrever.

Presidente: Está inscrito Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que isto que nós estamos a assistir neste momento é exatamente aquilo que não deve ser feito. Aquilo que não deve ser feito tendo em conta a dignidade e aquilo que se quer que seja uma posição fundamentada desta Assembleia, mas sobretudo aquilo que não deve ser feito tendo em conta a sensibilidade e as expetativas das pessoas que estão nesta situação.

Eu acho isso profundamente negativo; profundamente negativo porque aquilo que nós estamos a fazer aqui é a tratar um assunto seriíssimo em cima do joelho. Isso não pode ter a concordância do Partido Socialista.

Eu passo a exemplificar aquilo que esta proposta de alteração que agora se traz no fundo não resolve absolutamente nada, na minha opinião, obviamente, e na opinião do PS. Não resolve nada, porque a questão é que formalmente todas essas pessoas são investidores, não são depositantes. Formalmente as pessoas são investidores. O problema não é esse. O problema tem a ver com todo o contexto que levou essas pessoas a fazerem esse tipo de investimento.

Portanto, nós não podemos aprovar uma coisa em que separamos aquilo que, do ponto de vista legal, não pode ser separado.

Em segundo lugar, o que é induzir em erro?

O que é induzir em erro?

Eu acho que nós não temos condições, muito francamente, eu acho que a bem, quer da qualidade da pronúncia desta Assembleia, quer em termos da sensibilidade e da importância do assunto que temos entre mãos, nós não podemos, não devemos, ressalvado o devido respeito aos Srs. Deputados do Chega, promotores desta iniciativa, e reconhecendo a validade e o mérito daquilo que está aqui em causa, mas exatamente por isso, eu acho que é um insulto, a começar a Assembleia Legislativa Regional e àquilo que é a importância da matéria que está em causa, nós pretendermos agora resolver esse assunto em cima do joelho. Eu acho isso profundamente negativo.

Isso não tem a ver com opiniões, se achamos que devem ser compensados, se achamos que não devem ser compensados. Isso tem a ver com a qualidade do trabalho desta Assembleia. Eu acho que essa qualidade não está garantida tratando a coisa desta forma.

Eu peço desculpa do tom. Não estou zangado com ninguém, peço que me perdoem, mas é esse o meu entendimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, então eu inscrevo-me.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aprecio realmente o tom de indignação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Eu percebo que ele enquanto profissional de longa data na política lhe cause algum incómodo ou espécie o facto de estarmos a aprovar e, segundo os termos que ele aplicou, em cima do joelho, um Projeto de Resolução dessa ordem e com essa complexidade.

Eu registo que realmente a si lhe possa incomodar, mas devo dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro que ao que consta, e já foi falado aqui hoje nesta reunião de plenário, que já foram identificados pelo menos, ao que parece, boa parte, ou todos os depositantes, que foram induzidos em erro e passando à qualidade de investidores.

Eu acho que esse trabalho já foi feito por quem de direito.

Mas, Sr. Deputado, embora percebendo que a si lhe incomode o tom em cima do joelho, utilizando novamente o seu termo, com que esta proposta é apresentada, às pessoas que estão lá em casa, Sr. Deputado, aos verdadeiros lesados do BANIF, mais incomodará, Sr. Deputado, que essas pessoas hoje que veem aqui provavelmente uma possibilidade de ver aprovado um mecanismo que venha a criar justiça a essas pessoas, seja agora posto em causa.

Repare que está a ser posto em causa cinco anos depois desse problema ter sido levantado. Portanto, são esses cinco anos, Sr. Deputado, que não podem ser esquecidos.

Eu percebo o seu profissionalismo da política, mas esse mesmo profissionalismo da política, do seu grupo parlamentar, do seu Governo, já devia ter entrado em ação há mais tempo Sr. Deputado, porque cinco anos é tempo demais. As pessoas lá em casa não compreendem, nem podem compreender que a política muitas vezes se faça de coisas pequenas e se esqueça coisas grandes, Sr. Deputado. Isso é grave demais para deixar ou para prolongar isso no tempo, por mais tempo, Sr. Deputado. Tenha em atenção isso. As senhoras e os senhores lesados do BANIF não podem perdoar nem a si, nem a mim, nem a ninguém que andemos a brincar com coisas sérias como essas, Sr. Deputados.

Por isso deixo aqui o apelo a todos os Srs. Deputados que em consciência da realidade que é esse assunto que ajam em conformidade com aquilo que é a nossa obrigação enquanto representantes do povo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra, por favor, para um protesto.

Presidente: Um protesto a, Sr. Deputado?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Às declarações do Sr. Deputado Carlos Furtado.

Presidente: Pode ser mais específico, se faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A insinuação que o Sr. Deputado Carlos Furtado faz, de que a minha anterior intervenção não tem em conta o interesse das pessoas, considero profundamente ofensivo em relação à minha posição já expressa na Assembleia, já expressa neste plenário, e entendo que devo ter a oportunidade de pelo menos expressar a minha posição da forma como quero.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, o senhor é um profissional da política, e passou a ser um profissional da política a partir do momento em que recebe dinheiro para estar aí sentado.

Em segundo lugar, se alguém tem de se lamentar deste assunto não ficar resolvido hoje é o senhor. Só!... Só o senhor é que é o culpado deste assunto não ficar resolvido hoje, porque se o senhor e o Grupo Parlamentar do Chega tivessem o cuidado de preparar as coisas como deve ser, tivesse o cuidado de preparar as coisas com competência e com cuidado, nós poderíamos já estar a

votar outros pontos da nossa da ordem de trabalhos e este já estaria ultrapassado.

Agora, o que o senhor não pode querer é que esta Assembleia, a começar pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, feche os olhos a erros crassos do ponto de vista jurídico, do ponto de vista político, apenas para lhe fazer um favor.

Não!... Isso não é uma questão de ser... Isso é exatamente ter pouco cuidado em relação àquilo que deve ser feito e eu não posso deixar de expressar o meu protesto, pela simples razão do seguinte: o senhor quer a sua proposta de iniciativa aprovada. É legítimo!

O assunto justificaria? Justifica claramente!

É importante? É importante!

Agora o que o senhor não pode é exigir que esta Assembleia seja toda arrastada para uma situação risível nos termos em que isso está fundamentado.

Do ponto de vista jurídico, inclusive, isto está mal formulado, Sr. Deputado Carlos Furtado.

Não há Fundo de Compensação nenhum. Há um Fundo de Recuperação de Crédito previsto na Lei 69/2017.

O problema não é o Fundo de Recuperação de Crédito. O problema é a garantia soberana que se lhe pede.

O problema é saber se essa garantia soberana abrange todos os créditos que estão incluídos, ou se não abrange todos os créditos que podem estar incluídos.

O problema é saber se os contribuintes, aí sim, e é a esse assunto que nós nos reconduzimos, devem ou não devem pagar tudo. Esta proposta foi mal elaborada, está mal formulada, não é digna da forma como esta Assembleia se deve pronunciar num assunto desta importância.

Eu já disse e repito novamente: é insultuoso o senhor querer argumentar que nós não estamos a dar a devida atenção a este assunto, quando o senhor comete

erros crassos em termos de classificar que o problema não é de investidores, mas é de depositantes.

Todas essas pessoas são investidores. O problema não é este e já o referi.

Além disso, se o problema são os depositantes, os depositantes já estão protegidos pela decisão do Banco de Portugal. Portanto, a proposta está mal formulada, a proposta não tinha, nem tem em atenção, mesmo para uma pronúncia de uma decisão política.

Que o senhor entenda que o assunto devia de avançar já, eu concordo consigo. Então o senhor tinha a obrigação de o fazer de forma competente e capaz. Isso não fez, e por isso não pode exigir que os outros vão atrás de si.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Francisco César)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para um contraproposto. Tem 2 minutos para o efeito.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aprecio realmente o tom técnico com que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fala sobre o assunto. Obviamente que como ele disse e muito bem, a partir do momento que eu recebo por ser político tenho de ser considerado político profissional. O que eu não percebo é por que é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com todo esse tom técnico, com toda essa informação técnica, anda há cinco anos a preparar um diploma semelhante e ele ainda não apareceu. É isso que as pessoas lá fora não percebem. É que o senhor já recebeu muitos ordenados de político profissional, o senhor e o seu grupo, que agora são 25,

mas já foram 29, e ainda não teve tempo de preparar isso. As pessoas lá fora não percebem isso.

São capazes de mais facilmente perceberem a minha falta de rigor na elaboração desse Projeto de Resolução. Agora, o que nunca vão perceber é a vossa inércia.

Tenho dito.

(Aplausos do Deputado José Pacheco)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para este debate, da iniciativa?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, era para me inscrever, por favor.

Presidente: O Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral está inscrito. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, apenas e tão só para reforçar aquilo que há pouco foi o objeto da minha intervenção. Nós não podemos esconder a nossa inércia atrás de uma questão meramente formal do ponto de vista jurídico. O que importa aqui é a intenção da recomendação. O que esta Assembleia pede é que o Governo da República resolva este problema, de uma vez por todas avance com a resolução deste problema.

A forma jurídica, a forma técnica, a forma mais adequada que o Governo da República entendeu que deve assumir para resolver este problema pois ficará sobre a alçada do Governo da República. Agora o que não pode de maneira nenhuma deixar ficar para trás é esta Assembleia deixar de se pronunciar numa matéria destas tão importante, através de uma simples recomendação.

Nesta medida, sendo esta uma simples recomendação, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores não vê entrave nenhum, não encontra entrave nenhum para que esta recomendação seja levada ao conhecimento do Governo da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O senhor está a chegar em más condições, pelo menos aqui. Portanto, peço que tentem resolver essa situação.

Pergunto se há mais pedidos de intervenção para este debate?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à sua votação.

Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, nos termos em que está formulado o meu voto é contra e gostava de comunicar que o Grupo Parlamentar do PS apresentará uma declaração de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Sim senhor.

Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Andreia Cardoso

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Berto Messias

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (PS): O meu voto é contra, Sr. Presidente.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é naturalmente contra.

Presidente: José Eduardo

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): O meu voto é contra, Sr. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): O meu voto é contra, Sr. Presidente.

Presidente: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Valdemira Gouveia

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Vílson Ponte Gomes

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, nos termos em que está formulado, eu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu também voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, eu voto convictamente a favor.

Presidente: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor, obviamente.

Presidente: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é contra e informo a Mesa que iremos apresentar uma declaração de voto por escrito. Muito obrigado.

Presidente: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): O meu voto é contra, Sr. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, o meu voto é contra e vou apresentar também uma declaração de voto.

Presidente: Sim senhor, está registado.

Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa para o anúncio para o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 13/XII que “recomenda ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Compensação para os lesados do BANIF”, foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do PAN, 25 votos contra do PS, 2 votos contra do BE e 1 voto contra da Iniciativa Liberal. Resumo da votação, 29 votos a favor e 28 votos contra. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos nossos trabalhos, ponto n.º 12: **Proposta de Resolução n.º 20/XI – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2019**, apresentada pela Mesa da ALRAA.

A Conta foi elaborada pelos serviços, como é habitual nos termos da nossa Orgânica, seguindo-se a tramitação legalmente prevista.

O relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi distribuído por todos, está aprovado.

Pergunto se há inscrições para esta iniciativa?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à sua votação.

Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, a favor.

Presidente: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio do resultado da votação. Faz favor, Sr. Deputado.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta de Resolução n.º 20/XI – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2019, apresentada pela Mesa da ALRAA, foi aprovada por unanimidade, com 57 votos a favor dos Deputados presentes. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar nos nossos trabalhos para o ponto 13: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XII – “Medidas de apoio extraordinário aos idosos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para a justificação da urgência pergunto ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro quem vai fazer, por parte do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, inscrevo a Sra. Deputada Célia Pereira.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra então para a justificação da urgência desta iniciativa a Sra. Deputada Célia Pereira.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende como crucial apresentar, a esta Câmara, o presente *Projeto de Resolução com Medidas de Apoio Extraordinário a Idosos*, com pedido de declaração de urgência e dispensa de exame em Comissão dos Assuntos Sociais.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais defende que, e passo a citar, “Todas as pessoas têm direito a serviços de cuidados de longa duração de qualidade e a preços comportáveis, em especial serviços de cuidados ao domicílio e serviços de proximidade.” E que, continuo a citar, “Todas as pessoas na velhice têm direito a recursos que lhes garantam uma vida digna”.

Estes princípios têm pautado as políticas sociais preconizadas pelo Partido Socialista dos Açores, na promoção da coesão social, em particular na prossecução de iniciativas que visam esbater as desigualdades sociais entre os cidadãos, em especial daqueles que pela sua condição socioeconómica, idade, género ou necessidades especiais se encontram mais vulneráveis e em risco de pobreza.

No combate à pobreza, os idosos e as pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais encontram-se entre os públicos prioritários e são dos que, de forma mais gravosa, sentem e sofrem as consequências e efeitos das crises, encontrando-se também entre os de maior risco no quadro da atual crise pandémica COVID-19.

Assim sendo, tal como é essencial e urgente a conjugação de esforços e de vontades político-partidárias para prevenção e combate à pandemia que enfrentamos, é, igualmente essencial e urgente, que a mesma se estenda à implementação de medidas que possibilitem proteger e salvaguardar os cidadãos, com mais de 65 anos, dos efeitos desta crise pandémica, a qual tem vindo a agudizar os problemas sociais que mais os afetam como o baixo rendimento, o isolamento e solidão, e a saúde.

Simultaneamente, e com a mesma urgência, impõe-se assegurar respostas e medidas que reforcem as redes de proximidade, confiança e bem-estar daqueles idosos que, pelas mais diversas razões, somam, às problemáticas sociais já referidas, problemas como a mobilidade reduzida, consequência da idade e de problemas de saúde, a solidão e o isolamento social.

Por fim, e tendo presente que o combate à grave crise pandémica que enfrentamos e que a Todos afeta sem exceção, afirma-se como prioridade da agenda de todas as forças políticas desta Câmara, contamos, por isso, *em defesa da* saúde e do bem-estar de todos os cidadãos açorianos com mais de 65 anos, com voto favorável ao nosso pedido de declaração de urgência e dispensa de exame em Comissão da presente iniciativa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para participação do debate da urgência desta iniciativa.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever para o debate desta iniciativa o Sr. Vice-Presidente, Artur Lima.

Presidente: Sr. Subsecretário, lembro que estamos no âmbito do debate da urgência, não da iniciativa em si,

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Peço desculpa, tem toda a razão.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados se querem usar da palavra?

(*Pausa*)

Não havendo manifestações de inscrição, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Andreia Cardoso

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

(Pausa)

Sra. Deputada Bárbara Chaves

Berto Messias

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, na altura eu não consegui fazer a minha manifestação de voto.

Presidente: Sra. Deputada Bárbara Chaves, faça favor.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada, Sr. Presidente. O meu voto é a favor.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio do resultado da votação, faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XII, “Medidas de apoio extraordinário aos idosos”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado por unanimidade, obtendo 57 votos de todos os Deputados presentes. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência vamos passar ao debate sobre a iniciativa. Lembro que o Partido Socialista promoveu uma substituição integral deste diploma. É sobre ela que deve incidir o nosso debate e a nossa votação.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A 2 de março de 2020 confirmava-se, em território nacional o primeiro caso positivo de SARS-CoV-2. Dez dias depois, a 12 de março, na Região Autónoma dos Açores sinalizava-se o primeiro caso positivo. Desde então a evolução pandémica, apesar do acompanhamento especializado a par e passo, tem obrigado à elaboração e revisão de planos de contingência e, ao longo dos períodos de confinamento e de desconfinamento, várias foram as medidas de

emergência e de apoio à retoma da atividade social envidadas pelo Governo dos Açores, destinadas às famílias açorianas e aos setores social, cultural, educativo e da saúde.

Cerca de 10 meses depois, os dados oficiais deixam claro que o momento é crítico a nível nacional e merecedor de muita atenção a nível regional.

São dados que a todos, sem exceção, preocupam e unem na missão e vontade de impedir que esta pandemia se propague e alastre pelas nossas nove ilhas e, nomeadamente, impedir que atinja aqueles que pela sua idade, condição de saúde ou vulnerabilidade se encontram em maior risco quer de contágio, quer de letalidade face aos efeitos colaterais do COVID-19.

Presidente: Sra. Deputada Célia Pereira, peço desculpa, mas está a chegar em péssimas condições.

A Oradora: Entre os públicos de maior risco encontram-se os cidadãos com mais de 65 anos. E, é justamente, a urgente preocupação de minimizar os efeitos e consequências da crise pandémica COVID-19, neste grupo geracional, que está na base da presente proposta de *Projeto de Resolução – Medidas de Apoio Extraordinário aos Idosos*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os *PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS PESSOAS IDOSAS*, tal como os, mais recentes, princípios que compõem *O Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, evocado na minha primeira intervenção de hoje perante esta Câmara, têm inspirado muitas das políticas sociais defendidas na área dos idosos. De facto, a construção de uns Açores mais resilientes, coesos e sustentáveis passa por priorizar medidas que atendam e protejam os públicos mais vulneráveis, nomeadamente os idosos.

É inegável que o aumento significativo da população com mais de 65 anos coloca desafios críticos aos indivíduos, famílias, comunidades e à definição de políticas públicas que contribuam para a sua autonomia e participação ativa na

vida pública, mediante soluções inovadoras, integradas, personalizadas e sustentáveis que otimizem a eficiência de recursos públicos e privados

Refira-se, como exemplo, as políticas promovidas nas últimas duas legislaturas no âmbito do envelhecimento ativo com o desenvolvimento de respostas sociais de proximidade, como a reestruturação do Serviço de Apoio Domiciliário, que assegura o alargamento quer da diversidade, quer da frequência dos serviços prestados, promovendo, desta forma, a permanência do idoso na sua comunidade e, por conseguinte, junto dos seus familiares e redes de vizinhança. Refira-se, também, o investimento realizado quer na construção de Centros de Dia, quer na construção de Unidades de Cuidados Continuados, com o intuito de fazer face às situações clínicas de grande dependência. Ou, ainda, a manutenção de medidas como o COMPAMID, o Complemento Regional de Pensão e a promoção do Sénior Ativo.

Refira-se o crescimento de cerca de 53% dos Centros de Dia, entre 2012 e 2019, acompanhando também o aumento da sua frequência em 22%. As Estruturas Residenciais para Idosos: que obtiveram um aumento de 3% no número de respostas em quarto, assim como de 10% no número de utentes, verificando-se em 2019 uma taxa efetiva de cobertura das Estruturas Residenciais Para Idosos com uma cobertura próxima do valor da taxa mínima desejável de 4%. Por fim, refira-se também que, na área das Pessoas Idosas, foi investido com os Contratos de Cooperação - Valor Cliente no ano de 2012, cerca de 12 milhões e 142 mil Euros, sendo que, no ano de 2019, o montante investido foi de superior a 16 milhões e meio de Euros, correspondendo a uma taxa de crescimento na ordem dos 31,8%.

Cerca de 11 meses após o primeiro caso de COVID-19 nos Açores, continuar a responder a esta crise pandémica exige o desenvolvimento de mais esforços com vista à melhoria da eficiência e da capacidade dos cuidados de saúde imediatos e paliativos, bem como fazer face aos desafios colocados pelo

envelhecimento da população, considerando as fragilidades inerentes a este grupo geracional em particular.

É necessário rever e (re)adequar as várias medidas de apoio aos idosos, promovidas pelo Governo Regional, de forma a minorar os efeitos negativos da pandemia COVID-19, cujos números se intensificaram nas últimas semanas e que ainda perdurará por algum tempo, pelo que se impõe a prorrogação e/ou implementação de novas medidas para proteção dos mais idosos, nomeadamente dos que pela sua condição socioeconómica, necessidades especiais e/ou doença se encontram mais vulneráveis.

E, por isso, propomos com carácter de urgência a implementação de 5 *Medidas de Apoio Extraordinário aos Idosos, designadamente e de forma sintética:*

- 1. Renovar, até 30 de junho de 2021, a campanha de monitorização do bem-estar dos idosos Açorianos com 65 ou mais anos no sentido de garantir que lhes é assegurado o apoio necessário a nível de saúde, social ou outro;**
- 2. Constituir duas equipas de profissionais, nomeadamente da área de enfermagem e de apoio ao idoso, que ficarão em estado de prontidão para apoiar as IPSS e Misericórdias em caso de surto em estrutura residencial para idosos ou na rede regional de cuidados continuados;**
- 3. Criar um novo instrumento financeiro direcionado às IPSS e Misericórdias que assegure o financiamento excecional para compensar os sobrecustos resultantes da Pandemia por Covid-19;**
- 4. Reforçar o apoio às IPSS e Misericórdias gestoras de respostas sociais, através da constituição de equipas mistas da Saúde e da Solidariedade Social para verificação de condições específicas de funcionamento destas estruturas com vista à prevenção e controlo da infeção por COVID-19;**
- 5. Reativar a linha de apoio psicológico assegurada por profissionais especializados em atendimento de emergência, à semelhança do que aconteceu na primeira vaga da pandemia.**

A terminar, importa deixar bem claro que se pretende com estas cinco Medidas contribuir para atender às necessidades urgentes e mais imediatas dos mais idosos e das estruturas sociais que os suportam e apoiam. E, por esta via, se reconhece também o desígnio capital das redes públicas de apoio e proteção social enquanto pilares do equilíbrio social. A intervenção em rede, com a participação de todos os parceiros, públicos e privados, em particular com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, numa lógica de coresponsabilização e de proximidade constitui, sem sombra de dúvidas, uma das armas mais poderosas na proteção e apoio aos mais vulneráveis.

É tempo de estarmos unidos, lado a lado, neste combate desigual contra a pandemia COVID-19 que continua a surpreender e cujas variantes trazem consigo mais e novos desafios que a todos colocam em risco, nomeadamente aos mais idosos.

Pelos Açores, por Todos os Açorianos!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para a participação neste debate.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro já inscreveu a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, agora, sim, gostava de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo, Dr. Artur Lima, se faz favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Era para me inscrever a mim, Catarina Cabeceiras, se faz favor.

Presidente: Está inscrita.

Deputado Carlos Furtado (*CH*): Sr. Presidente, era para me inscrever a mim, Carlos Furtado.

Presidente: Carlos Furtado, está inscrito.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Era para inscrever a Sra. Deputada Vânia Ferreira.

Presidente: Vânia Ferreira, está inscrita.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também me inscrevo, Sr. Presidente, Paulo Estêvão.

Presidente: Paulo Estêvão.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, posso?

Presidente: Faz favor, Sr. Vice-Presidente.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Era só para confirmar se ouviu o meu pedido.

Presidente: Ouvi, sim senhor. Está inscrito o Sr. Vice-Presidente. Já lhe dou a palavra.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, uma inscrição, Nuno Barata.

Presidente: Nuno Barata, está inscrito.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, queria inscrever a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Presidente: A Sra. Deputada Alexandra Manes também está inscrita.

Vamos iniciar o debate. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faz favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estão a ouvir a ver-me?

Presidente: Estou a ouvi-lo. A ver não.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Ainda não estamos a vê-lo, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Saúdo todos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, em primeiro lugar, se me permitem, uma palavra de agradecimento sensibilizado ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelos desejos de melhoras que me manifestou e à minha família. Muito obrigado!

Também comunicar-vos com alegria que ultrapassei esta fase. Estou bem. Hoje tive alta clínica, embora de uma maneira não totalmente recuperado. Recuperado da doença, sim, mas fisicamente a seu tempo. Portanto, agradeço sensibilizado ao Sr. Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar, Dr. Vasco Cordeiro.

Sras. e Srs. Deputados, queria dizer-vos o seguinte:

Ontem, tal como hoje, resiliência e tenacidade são marcas da nossa identidade enquanto povo. Unidos em torno de objetivos comuns fomos e somos capazes de enfrentar todas as contingências por mais duras que elas sejam.

A pandemia da Covid-19 é uma dessas contingências que tem de ser enfrentada com a perseverança que nos caracteriza, cuidando de quem mais precisa e atendendo a todos.

A prioridade do Governo dos Açores **foi** – e sublinho, foi! – e reafirmo **é** a de responder com sentido de responsabilidade aos açorianos que anseiam por respostas, fortalecendo a coesão, reforçando a proteção social e satisfazendo necessidades emergentes como é o caso dos nossos idosos.

É bom lembrar que quando foi delineado o plano de vacinação na nossa região a decisão que tomámos foi a mais certa, foi a mais correta, foi proteger os mais necessitados; a nossa decisão foi proteger os nossos mais frágeis, os nossos idosos.

Nos Açores, ao contrário do todo nacional, decidimos que este seria o grupo prioritário e seguindo também os nossos profissionais de saúde.

Fizemo-lo por dever de consciência, mas sobretudo porque temos a obrigação de proteger aqueles que cuidaram de nós e permitam-me nessa introdução citar uma máxima do nosso Papa Francisco quando disse, e passo a citar: “um povo que não guarda os avós e não os trata bem, é um povo que não tem futuro. E por que não tem futuro? Porque perde a memória e se separa das próprias raízes”.

Posto isto, queria agradecer à Sra. Deputada e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista a proposta que trazem aqui, a Sra. Deputada Célia Pereira, ao Grupo Parlamentar, e dizer-vos o seguinte:

Estou neste momento no Governo. Estive na oposição durante anos. É testemunha privilegiada disso o ex-Presidente do Governo e atual Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar Dr. Vasco Cordeiro, que sempre contou com a minha colaboração enquanto Deputado, enquanto cidadão, enquanto açoriano.

O meu espírito, enquanto Vice-Presidente do Governo, é contar com todos. Não contem com o Vice-Presidente do Governo, nem com o Governo dos Açores, para, numa situação destas fazer guerrilha política. Por isso agradeço a postura construtiva da Sra. Deputada Célia Pereira. Conte também comigo nessa matéria.

Vou passar, se me permitem, rapidamente, a analisar a questão.

Sra. Deputada, também lhe devo referir que relativamente à pandemia permitam-me ainda que diga o seguinte:

Nós não estamos descansados, ninguém está descansado com isto.

Devo dizer-lhe também que estamos melhores nos Açores que no continente português e estamos melhores que na Madeira, mas estamos atentos e estamos

vigilantes, tomando sempre as medidas que forem necessárias com a colaboração de todos e contando com o apoio de todos.

É com esta humildade que me apresento aqui e contarão comigo com frontalidade, com humildade, com um único objetivo: a defesa dos açorianos e sobretudo dos nossos mais frágeis.

Algumas destas medidas, Sra. Deputada, como sabe, já são do Governo do Partido Socialista anterior. Portanto, o caráter de urgência já vem desde algum tempo.

Se me permite, relativamente ao ponto 1, os cidadãos com mais de 65 anos, devo dizer-lhe que há uma diferença agora. Não teremos nenhum problema em implementar essa medida, mas também tenho, como a senhora naturalmente tem, ou como ainda tem quem estava no Governo, essa memória e esse feedback, que essa campanha que foi bem desenvolvida e bem implementada. Foi numa situação de confinamento total em que as pessoas não podiam sair à rua e era uma situação completamente diferente.

Hoje em dia as pessoas podem sair à rua, têm alguma liberdade de circulação (mas a partir dos 65 anos, sim senhor), mas devo também dizer que alguns dos idosos, chamemos-lhe assim, que ainda estão felizmente em idade bastante ativa e bastante ativos, ficaram incomodados por se fazer a segunda e a terceira chamada.

Devo também lembrar que neste momento existe, e foi bem-criada na altura, a linha Covid Não Médica e que foi reforçada já com outros profissionais de saúde, nomeadamente assistentes sociais e psicólogos, e que poderá também dar algum contributo e algum apoio nessa matéria, isso relativamente ao ponto 1.

Relativamente ao ponto 2, esta medida, como as Sras. e os Srs. Deputados sabem, constava de uma Resolução do Conselho de Governo, n.º 245, de 23 de setembro de 2020, portanto, do Governo do Partido Socialista. Apenas faltava concretizá-la. Foi isso que nós fizemos. Concretizámos essa resolução.

Ela não teve concretização. Ela foi aprovada em setembro e tem agora concretização.

Portanto, duas equipas de profissionais, nomeadamente área de enfermagem, de apoio ao idoso, ficaram em estado de prontidão de forma a suprir de imediato uma eventual carência de recursos humanos decorrente de um cenário de surto que se venha a verificar em estruturas residenciais. Uma das equipas estará sediada na Terceira e a outra em São Miguel. Era este o ponto resolutivo da Resolução do Conselho do Governo.

Na vigência do atual Governo, foram negociados já dois acordos de parceria entre a Vice-Presidência do Governo e a Secretaria Regional da Saúde e Desporto, e com as instituições que desenvolvem as respostas nas ilhas da Terceira e São Miguel.

Devo-vos dizer que esta medida foi desenhada para estas duas ilhas, com o critério de que são as ilhas com maior densidade populacional e com maior número de resposta deste tipo de utentes, bem como as ilhas onde há transmissão comunitária do novo vírus SARS-CoV-2 e onde um surto desta natureza pode ter um conjunto de impactos de pressão muito negativa sobre um sistema de saúde.

O objeto destes acordos é a implementação das equipas de prontidão nas ilhas Terceira e São Miguel, as quais se destinam a atuar numa situação crítica, de carência de recursos humanos que possa ocorrer nas ERPI, nos Lares Residenciais ou outras respostas sociais. Assim, asseguramos a prestação dos serviços na respetiva valência.

As equipas de prontidão são constituídas por pessoal médico, de enfermagem, da psicologia, no total de 10 elementos para a ilha de São Miguel e sete para a ilha Terceira, assegurados pelas IPSS e Misericórdias aderentes ao acordo.

Devo também dizer que este acordo tem a duração de seis meses, encontrando-se prevista a possibilidade de ser avaliada e sua necessidade de ser revalidada a sua prorrogação ou estender-se eventualmente a outras ilhas e essas equipas

também têm capacidade, em caso de necessidade, de se deslocarem a uma outra ilha.

No entanto, atendendo ao esforço desenvolvido por este Governo no âmbito do Plano Regional de Vacinação estamos confiantes que não vão ser necessárias utilizar, mas mais vale prevenir do que remediar.

Devo também dizer que os protocolos já foram **todos** assinados – e eu sublinho todos! – com as instituições e o Governo nas ilhas de São Miguel e Terceira. Ficaram prontos hoje de manhã todos os protocolos, todos assinados, das instituições aderentes. Portanto, é com satisfação que posso anunciar também isto aqui no plenário.

Isto também será orçamentado em cerca de 130.900 euros, as duas equipas de prontidão; de 53.900 para a ilha Terceira e 77.000 para a ilha de São Miguel.

O ponto 3, “criar um novo instrumento financeiro direcionado às IPSS e Misericórdias”, eu devo dizer que neste momento e como é sabido, a Direção Regional da Solidariedade Social já tinha, e tem, já possui mecanismos e programas de apoio, para suportar despesas relacionadas com a pandemia. Ademais o financiamento de alguns contratos valor/cliente não foi sequer alterado.

A Direção Regional da Solidariedade Social tinha uma Resolução do Conselho do Governo, a 158/2020, que estabelece o enquadramento legal para esses pagamentos, como sabem, para proteção individual, os EPIs, limpeza e desinfeção, devido à Covid-19, mas que terminou em julho.

Eu devo dizer que está a ser elaborado, e anuncio também, uma nova Resolução do Conselho do Governo, onde vem enquadrar essa nova medida, para vigorar até aprovação do Orçamento Regional, para apoio às IPSS e Misericórdias no combate a esta pandemia e relativa à aquisição de Equipamento de Proteção Individual, materiais e outros produtos de higiene, limpeza e desinfeção, que se pretende adequar os apoios às necessidades atuais.

Por outro lado, estamos a ponderar também, e sempre de uma maneira proativa, a criação de uma rubrica no Plano de Investimentos para 2021, para despesas relativamente à Covid-19, que, no nosso entender também, terá a cobertura no âmbito dos fundos europeus, nomeadamente ser cofinanciada por fundos comunitários.

O ponto 4, que é “reforçar o apoio às IPSS e Misericórdias” e “constituição de equipas mistas da Saúde e da Solidariedade Social”, eu devo dizer que além do trabalho que já tinha sido feito, como sabem, temos também reforçado o apoio nesta matéria.

Ainda bem que também vem este ponto aqui, assumindo que uma área de trabalho de especial relevo é reconhecida, a área de controlo de infeção. Só apenas os serviços de saúde, as unidades de saúde, delegações de saúde estão dotadas de recursos humanos e técnicos para fazer face a isso, mas acresce que os serviços da Segurança Social não têm esta área de trabalho nas suas atribuições nem estão dotados com recursos habilitados.

Nesse sentido – julgo que também foi um reforço e uma inovação nesta matéria, com a criação da Comissão Especial de Acompanhamento de Luta Contra a Pandemia – está a ser realizado um trabalho muito intenso e muito profícuo nesta área, prioritariamente dirigido às Estruturas Residenciais para Idosos. Como sabem e é público, o Dr. Helder Rodrigues, faz parte dessa Comissão onde foi assumido – no âmbito da avaliação dos Planos de Contingência que já deu grandes contributos na reavaliação desses planos – que a questão do controlo da infeção assume uma especial relevância. Temos isso como um alerta permanente e um cuidado permanente, que é absolutamente essencial que aconteça.

Acresce também dizer que em caso de serem identificadas questões necessárias de serem articuladas, da competência da área da solidariedade e segurança social, estas situações são acauteladas.

Posso ainda referir que esta medida em questão também constava da dita Resolução 245, de 25 de setembro, e que agora tem a sua concretização que não teve no mandato anterior.

Falta-me o ponto 5 – “Reativar a linha de apoio psicológico assegurada por profissionais especializados”.

O anterior Governo, de facto, e bem, criou essa linha e depois suspendeu a partir do dia 15 de junho. Ao longo de dois meses de funcionamento esta linha apoiou cerca de duas centenas de pessoas, dando-lhe o apoio a primeiros socorros, psicológicos, etc., e fazendo algum acompanhamento psicológico regular.

A decisão da suspensão resultou da progressiva retoma dos serviços de apoio psicológico, bem como da situação epidemiológica da Covid-19 nos Açores. Isso prova que nunca estamos seguros relativamente à Covid-19.

O ISSA, nesse sentido, já está a tratar do procedimento de reativação da referida linha nos mesmos moldes da primeira fase. Portanto estamos atentos a ver e estamos naturalmente a ponderar caso necessite ativar este recurso que tão bom resultado deu.

Queria terminar fazendo um apelo a todos os açorianos:

Protejam-se! Cumpram as medidas de etiqueta respiratória! Cumpram as medidas de distanciamento social!

Protejam-se a si! Protejam-se aos outros!

Nesta pandemia estamos melhores que os outros, mas temos de estar sempre atentos e a saúde, a proteção da saúde, depende de cada um de nós.

É um apelo que deixo a todos. Protejam a sua dos outros protegendo a sua própria saúde.

Fico à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados para algum esclarecimento e o Governo Regional naturalmente saúda este contributo que o Partido Socialista dá, com certeza em união. Como dizia a Sra. Deputada Célia Pereira, isto são

tempos de união, de apoio às famílias, são tempos de algum cuidado, mas também de esperança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, informo que o Governo esgotou o seu tempo para o debate desta iniciativa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Peço desculpa, Sr. Presidente.

Presidente: E informo, Sr. Vice-Presidente, com a grande tolerância do Sr. Secretário.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O Sr. Secretário é bom rapaz. Muito obrigado.

(Risos)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Pouco tenho a acrescentar neste Projeto de Resolução, visto a minha colega de bancada já ter exposto o mesmo Projeto de forma minuciosa.

Quero aproveitar aqui para cumprimentar o Sr. Vice-Presidente do Governo, e satisfaz-me verificar que o mesmo já está recuperado e está na nossa companhia.

Só quero deixar aqui um ponto, de que estamos todos bem cientes do envelhecimento da população açoriana, daí todos termos a obrigação de estarmos a alerta para os mesmos, com medidas legislativas, medidas de bem-estar social e de bem-estar económico.

Apraz-me ver que o Sr. Vice-Presidente está de acordo com as nossas propostas e que está de acordo com tudo aquilo que nós também pensamos e com aquilo que expusemos neste Projeto de Resolução.

Os nossos idosos foram e são os nossos mestres. Não os devemos considerar passado. Temos todos muito ainda a aprender com eles e sorte vamos ter nós se conseguirmos lá chegar um dia.

Disse, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Agora tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Antes de mais também congratular-me pelo facto de o Sr. Vice-Presidente já estar aqui a acompanhar os nossos trabalhos, estar a recuperar. É com agrado que vimos que já está aqui entre nós, na nossa sessão plenária.

Relativamente a esta iniciativa, o nosso Grupo Parlamentar queria começar por dizer que realmente é uma iniciativa legítima, meritória, numa preocupação comum, quer ao Grupo Parlamentar do CDS, quer também ao Governo e àquilo que tem sido a ação também deste Governo.

Existem efetivamente medidas que têm sido necessárias rever, reajustar, outras renovar, e o Governo Regional, no nosso entender, achamos que tem feito esse trabalho, como é natural.

É importante manter o que estava a ser bem-feito e a dar a resposta adequada; é necessário melhorar aquilo que é necessário melhorar, suspender aquilo que não estava a dar a resposta que se pretendia, tendo sempre como prioridade e sempre em primeiro lugar e em primeiro plano o apoio aos nossos idosos, às pessoas que são dependentes, sempre a pensar no bem-estar e na melhoria do apoio a estes.

O Sr. Vice-Presidente já fez aqui uma análise minuciosa também à iniciativa, mas queria, quanto às partes resolutivas, dizer que quanto ao ponto n.º 1, no nosso entender, foi positiva esta alteração e esta substituição integral apresentada pelo Partido Socialista, fazendo a alteração para os 65 anos, uma vez que a verdade é que as pessoas com 60 anos, a sua maioria, continua a trabalhar e como tal, sendo a idade da reforma os 66, parece-nos que foi mais ajustada esta alteração.

Como o Sr. Vice-Presidente também já referiu, manteve-se sempre a linha e foi reforçada esta linha do Covid Não Médica, que também dá uma resposta e um apoio nesta medida, e também ter em atenção o facto de que apenas a ilha de São Miguel fica obrigada a maior confinamento.

Também dizer em relação às equipas de prontidão que foi com agrado que vimos hoje a concretização destas equipas.

A verdade, como já foi dito, é que elas já estavam previstas numa resolução do anterior Governo. Entretanto foram hoje concretizadas. Parece-nos que estas equipas são importantes para que numa situação crítica possam intervir auxiliando as estruturas residenciais e outras respostas sociais.

Também sabemos que isto é feito com muito esforço. Para estas equipas são necessários recursos humanos.

Sabemos que em algumas áreas estes recursos humanos são escassos. É o caso, por exemplo, dos enfermeiros, que não é novidade, mas já em agosto o próprio Governo dos Açores admitia a existência de falta de enfermeiros nos lares de idosos. Como tal, sabemos a dificuldade e muitas vezes o esforço que é necessário fazer para a criação destas equipas, mas estamos certos de que será certamente uma mais-valia e queremos felicitar o Sr. Vice-Presidente e o Governo Regional por terem concretizado esta medida.

Relativamente também aos apoios, consideramos que existem, uma vez que o Sr. Vice-Presidente anunciou e fez referência que as medidas que já anteriormente existiam mantêm-se na Direção Regional da Solidariedade Social

e que é possível as IPSS terem este mecanismo de apoio quanto às despesas relacionadas com a pandemia. A verdade é que isto também tem sido a ação do Governo.

Já a 15 de dezembro, o Sr. Vice-Presidente anunciava que as várias IPSS da Região iam receber os apoios para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual.

Portanto, vemos aqui também o que tem sido a ação deste Governo, o que nos parece que é o caminho e a linha que se deve continuar.

Também dizer, para terminar, quanto à questão da formação de equipas e à cooperação das IPSS e as Misericórdias, que parece-nos importante esta melhoria que foi realizada por este Governo no sentido de uma parceria mais próxima e de um trabalho de maior proximidade de cooperação entre a saúde, a solidariedade social e estas instituições, desde a criação da Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia.

Consideramos que realmente foi uma melhoria feita e que nos parece que será, neste registo de trabalho continuo e de proximidade, uma mais-valia também para as IPSS e também para estas se sentirem apoiadas, num trabalho que muitas vezes é difícil.

Para finalizar, dizer que em relação à linha de apoio psicológico, acho que é necessário avaliar. Realmente o contexto, quando esta foi implementada, era outro, como tal, parece-me, de uma forma generalizada, que esta iniciativa apresentada aqui pelo Partido Socialista é um importante contributo naquilo que tem sido a linha da ação deste Governo e é assim que nos parece que devemos combater esta pandemia, que devemos tentar garantir que todos aqueles que estão mais fragilizados e estão mais vulneráveis tenham uma ação mais presente.

Tem sido também esse o entendimento deste Governo passando até pela prioridade dos idosos no plano de vacinação e parece que todos juntos, em

relação a esta matéria e mais concretamente aos idosos e àqueles que são dependentes, que o caminho é certamente este.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Congratula-me o facto de ver esta Assembleia toda junta, numa mensagem única aos nossos idosos, tendo como objetivo valorizar o percurso de vida daquelas pessoas que, no fundo, ajudaram-nos a chegar aqui hoje, pessoas que muitas vezes sacrificando o seu percurso de vida, sacrificando os seus próprios egos, constituíram família, criaram-nos a nós, deram-nos o seu testemunho de vida e a sua sabedoria para que hoje nós, aqui, nesta Casa, possamos também agora retribuir esse gesto aos nossos idosos.

Portanto, nunca será de mais as medidas que possamos aqui aprovar para melhorar a qualidade de vida daqueles que são os nossos pais e os nossos avós.

No fundo, era mesmo isso. Era congratular-me com aquilo que se está a passar na aprovação deste ponto e podem com o Chega na aprovação deste ponto da Agenda de trabalhos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma realidade de expressão mundial, com consequências individuais, familiares, sociais, institucionais, políticas, económicas e financeiras muito graves e imprevisíveis, que marcarão profundamente a vida humana, a sociedade, os países, e as regiões.

Face à atual crise pandémica e ao longo destes vários meses que sucederam a primeira vaga, muito tem sido feito em prol da saúde e do bem-estar dos açorianos.

Este Governo assumiu o maior dos desafios de todos os tempos, mas também, assume com toda a responsabilidade e respeito os contributos de todos os partidos, quando estes de forma construtiva partilham a implementação de medidas.

Este é verdadeiramente o momento em que as bancadas que apoiam o Governo, se unem e valorizam as medidas apresentadas.

Independentemente de qual o partido que as apresenta, este é o momento em que todos temos de colocar a saúde das pessoas à frente das questões políticas, e como tal, o PSD votará favoravelmente esta proposta.

O aumento exponencial de casos na região, leva a um reajuste quase que diário de medidas que protejam a população, priorizando medidas que atendam e protejam os públicos mais vulneráveis como é o caso dos idosos.

Relativamente à monitorização do bem-estar dos idosos, esta foi uma medida bem recebida pela população aquando da primeira vaga da pandemia.

No entanto há que ver que, em várias localidades esta foi duplicada quando caricatadamente existiam técnicos do ISSA a contactarem a população de uma certa localidade, e juntas de freguesia dessa mesma localidade a fazerem-no em simultâneo, e com a mesma finalidade. Um desperdício de recursos, parece-nos. Isto prova que, quando uma estratégia de cooperação, for concertada com as entidades que convivem diariamente com a população, e que conhecem tão bem as suas realidades e especificidades, libertam-se assim recursos técnicos para maior e melhor operacionalização das necessidades.

Esta sim seria uma medida sustentada numa base de otimização e eficiência de recursos.

Relativamente aos pontos 2 e 4 que fazem parte do documento apresentado, cumpre-nos dizer que são pontos propostos pelo anterior Governo Regional que

constam da resolução do Governo nº 245, de 25 de setembro de 2020, e que nunca foram postos em prática.

Desta forma o atual Governo Regional, através da Vice-Presidência do Governo, procedeu à implementação de equipas de prontidão para apoiar as IPSS e Misericórdias.

Estas equipas serão compostas por pessoal médico, enfermeiros, psicólogos e trabalhadores auxiliares de apoio a idosos, e estarão preparadas para atuar e suprir qualquer eventual carência de recursos humanos.

Estas equipas estarão sediadas, uma na ilha Terceira e outra em São Miguel, tendo em conta os níveis de transmissão comunitária nestas ilhas.

Referindo os técnicos de saúde, estes são bem menos dos que quanto se estimaria para uma favorável operacionalização dos serviços, no entanto com tão pouco tem se conseguido fazer muito, o que é de louvar.

É também importante referenciar a valorização que este Governo fez às instituições de apoio a idosos quando as priorizou na abrangência do plano de vacinação que já se encontra a decorrer.

Quanto à criação de um novo instrumento financeiro direcionado às IPSS e Misericórdias de forma a compensar os sobrecustos resultantes desta pandemia, partilhamos que será uma medida essencial, pois a reestruturação a que as instituições se submeteram de forma a cumprir planos de contingência trouxe-lhes avultados custos, deixando-as completamente estranguladas. Bem sabemos como muitas delas vivem na total dependência de transferências da Região.

Essa consideração pelas IPSS demonstrou-senão só aquando da campanha eleitoral, bem como em muitas intervenções feitas pelo atual Presidente do Governo Regional, e passo a citar *“Estas instituições estão, injustamente, em situação financeira muito difícil, porque se substituem à Região em muitas funções sociais e depois não têm a devida compensação financeira. É preciso fazer justiça às IPSS em futuros acordos de cooperação com estas*

Instituições.”, referiu José Manuel Bolieiro após uma reunião com o Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Quanto à importância de reativar a linha de apoio psicológico, essa é sem dúvida uma necessidade imperativa pois com o prolongar da pandemia, muitas são as situações que se encontram no limite, e que se podem evitar com este tipo de apoio.

No entanto primeiramente é preciso conhecer a realidade, perceber a necessidade e deste modo, questiono vossas excelências, mediante a avaliação feita para elaboração desta proposta, se nos podem transmitir o número de técnicos necessários para essa melhor operacionalização.

Disse.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por felicitar o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional por estar aqui devidamente recuperado, como é visível, e foi visível através do seu discurso. Quero dizer-lhe que eu ainda continuo confinado, em Ponta Delgada, por sua causa. Obviamente, tal como muitos açorianos, V. Exa. e a sua família passaram por uma provação e tiveram que enfrentar esta terrível doença.

A nossa preocupação é que sejam cada vez menos aqueles que têm de enfrentar estas enormes dificuldades, têm de enfrentar a doença, a Covid, e que seja possível implementar um conjunto de medidas que permitam de facto superar esta situação e que permitam proteger fundamentalmente os mais desfavorecidos e aqueles que estão mais vulneráveis, fundamentalmente neste caso são os idosos que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade.

O conjunto de medidas que são agora propostas pelo Partido Socialista são basicamente as medidas que já tinham sido implementadas anteriormente pelo anterior Governo do Partido Socialista, algumas implementadas, outras apenas anunciadas e como o Sr. Vice-Presidente do Governo demonstrou agora executadas, e o que é importante é que o Sr. Vice-Presidente do Governo teve oportunidade de demonstrar que além das propostas que o Partido Socialista agora apresenta e que já estão a ser implementadas, há um conjunto de outras iniciativas que estão a ser desenvolvidas pelo Governo para responder a esta situação.

Por isso, da nossa parte, a nossa postura continua a ser a mesma, em relação a esta matéria, quer antes quando tínhamos um Governo do Partido Socialista, apoiado numa maioria parlamentar do Partido Socialista, como agora com o novo Governo. Ou seja, é um apoio, um cerrar de fileiras, manter-nos juntos e tentar encontrar um conjunto de convergências que permitam juntar os esforços de todos, de todos os agentes políticos e de toda a comunidade açoriana.

É isso que estamos empenhados em fazer também no âmbito da ação do atual Governo, tal como fizemos com o anterior Governo nesta matéria.

Eu quero crer que a conjugação de esforços que foi possível fazer, quer com o Governo anterior, quer com o atual Governo é também uma das explicações para se poder realmente avaliar aquilo que está a ser o nosso relativo sucesso.

Como foi dito ao longo destes dias, é sempre um sucesso relativo, pode alterar-se a qualquer momento. É sempre um equilíbrio muito instável. Temos consciência disso, por isso é que não podemos falhar nas medidas que estão a ser implementadas e temos de reforçar constantemente estas medidas.

Mas o essencial desta mensagem é esta: da parte do Grupo Parlamentar do PPM total apoio à iniciativa.

Temos consciência de que elas já estão em execução, mas isso não invalida que consideremos que continuem a ser muito válidas e que este contributo do Partido Socialista é muito válido neste momento, porque significa este esforço

de conjugação de ideias, de projetos, para que possam ser implementados os melhores projetos no âmbito da crise que estamos a enfrentar, nomeadamente nesta questão dos apoios aos idosos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria também aproveitar esta oportunidade para saudar o Sr. Vice-Presidente e manifestar o meu apreço por ter regressado são e salvo à nossa convivência. Como diz o povo, sabiamente, “vaso rui não quebra”.

Muitas vezes fazemos pouco por aqueles que nos são mais próximos e que mais precisam. Fazemos pouco pelas crianças, fazemos pouco pelos idosos, fazemos muito pouco pelos mais pobres e pelos mais fracos.

O Estado, o Estado tal como nós conhecemos, o Estado Moderno, Vestefaliano, como tecnicamente é bom de dizer, existe. Mesmo uma para um ultraliberal, o Estado existe para isso.

O Estado existe precisamente para proteger os mais fracos dos apetites dos mais fortes, existe para proteger os mais fracos por não terem a capacidade de se defender, existe para defender os mais fracos da forma mais consequente dos proteger dos perigos da vida em sociedade.

É por isso que a Iniciativa Liberal se associa com gosto, a esta medida, e não se associa a outras que protegem os mais fortes, que protegem aqueles que mais têm, que protegem aqueles que brincam com os recursos dos mais fracos, com os recursos daqueles que de facto precisam.

Por isso, é com gosto, como disse há pouco, que a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente esta medida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais saúdo a presença do Sr. Vice-Presidente que agora se junta a nós e folgo em vê-lo bem e de saúde.

Também registo com satisfação as novidades que o Sr. Vice-Presidente nos fez chegar, pois esta é uma temática, que vez alguma pode ser descuidada.

De acordo com a última edição do estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, “Retrato dos Açores, na sua análise à demografia açoriana, fica evidente que os Açores ao longo das últimas décadas tem vindo a perder população jovem, aumentando significativamente o número de população idosa.

As razões para tal facto são de todas e todos nós conhecidas e passam por questões como a falta de medidas políticas que aliciem a fixação de jovens.

Importa referir que para cada 100 jovens, existem 95 idosos nos Açores.

A situação pandémica que se vive colocou o mundo em alerta, levando a que governos, emanassem um conjunto de normas e restrições a cumprir, de forma a proteger a população.

Idosos, nas suas casas, em casas de familiares ou, ainda, em lares, assistiram a alterações profundas nas suas rotinas, de um momento para o outro, obrigando-os ao isolamento.

Muitos dos idosos, confinados aos seus lares, tiveram e têm como única companhia a televisão que poderá suscitar dúvidas e incertezas a esta camada populacional, devido à inquietação do momento.

Contudo, não podemos esquecer que este cenário agrava-se pelo facto de grande parte dos idosos usufruírem de pensões muito baixas, tendo, muitas vezes, de optar entre uma refeição nutritiva ou os seus medicamentos. A esta situação junta-se a difícil e dispendiosa aquisição de álcool gel, luvas e máscaras.

É deveras importante que se faça uma vigilância apertada, através de uma monitorização do bem-estar dos idosos, da nossa região, garantindo-lhes todo o apoio necessário tanto na saúde, como ao nível sócio económico.

As IPSS, seja nos seus órgãos, nos profissionais de saúde, nos auxiliares de lar (classe muitas vezes esquecida nesta luta), merecem o nosso respeito pela forma rápida com que se adequaram à nova realidade, aumentando todos os cuidados de proteção. No entanto, a realidade obrigou a um enorme esforço financeiro, para o qual muitas das nossas IPSS não estavam preparadas, tendo feito todo o sentido as medidas criadas pelo anterior Governo.

É importante realçar que todos e todas nós, independente da faixa etária, somos seres biopsicossociais e, como tal, a nossa saúde mental é muito importante, ainda mais quando nos vemos afetados por uma realidade tão atípica, à qual tivemos de nos adaptar, mesmo quando a fase de assimilação não fosse feita da melhor forma, levando a alterações emocionais profundas.

É por isso que o acompanhamento psicológico é deveras importante, pois para podermos atuar é necessário que haja saúde mental, na qual os profissionais têm um papel importantíssimo, como o que é pretendido pela linha de apoio psicológico profissional especializada em atendimento por emergência.

Finalizando, o Grupo Parlamentar do BE, mais uma vez, salienta a importância de todos e todas envolvidos nesta luta e na proteção de todos e todas nós.

Gostaria de realçar aqui a importância que estão a ter todos os técnicos da Segurança Social, que embora trabalhando no mesmo edifício não ganham o mesmo que os seus colegas ganham; queremos salientar o papel importante que as pessoas ao abrigo de programas ocupacionais que, embora não recebendo como os seus colegas que desempenham as mesmas funções, também dão o seu melhor.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para este debate?

Deputada Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever a Sra. Deputada Célia Pereira.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Está inscrita a Sra. Deputada Célia Pereira.

(Pausa)

Tem então a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Muito brevemente, felicitar o Sr. Vice-Presidente por já estar de saúde e connosco a acompanhar os trabalhos, nomeadamente a apresentação deste Projeto de Resolução que mereceu a melhor atenção de todos os grupos parlamentares desta câmara.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito obrigado!

A Oradora: A todos os colegas deputados agradecer também as palavras de convergência com a proposta do Partido Socialista e com as medidas que apresentamos.

Agradecer também ao Sr. Vice-Presidente pela atenção que deu às medidas que foram apresentadas no Conselho de Governo de setembro passado, às quais deu continuidade e deu continuidade de forma célere, com as adequações que naturalmente entendeu necessárias, mas reconhecendo o mérito das mesmas e também a pertinência que no atual quadro de combate à pandemia elas devem ter.

Portanto, estamos também por isso muito satisfeitos com o Sr. Vice-Presidente e a sua atuação na área da solidariedade social.

Relativamente às questões que a Deputada Vânia Ferreira colocou, nomeadamente a linha de apoio psicológico, pois, os recursos a afetar por esta

medida devem ser ponderados pelas entidades competentes e devem ser ajustados àquilo que serão as necessidades atuais.

Portanto, a Ordem dos Psicólogos terá naturalmente aqui uma palavra a dizer, assim como o Governo Regional competente nesta matéria, quer ao nível da Vice-Presidência, quer eventualmente numa articulação com a Secretaria Regional da Saúde.

É uma medida que consideramos extremamente pertinente e esse reconhecimento é também recentemente partilhado pelo próprio município da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que pretende também desenvolver uma medida neste sentido.

É natural que somos uma Região com recursos limitados e é muito importante conhecer o que é que cada um dos agentes públicos e privados está a fazer e agir em rede, agir em articulação para otimizar recursos e para aumentar a eficácia e eficiência das medidas que estão a ser implementadas pelos diferentes agentes públicos e privados que devem trabalhar em rede no combate à pandemia.

Dar também nota à Sra. Deputada Vânia Ferreira que é verdade que as organizações do terceiro setor, nomeadamente as IPSS e as Misericórdias se debatem com problemas financeiros, mas também nesse âmbito o anterior Governo desenvolveu medidas de reforço financeiro, nomeadamente para as apoiar com os sobrecustos resultantes do combate à pandemia, nomeadamente através de um apoio extraordinário que foi definido, com o aumento de 3% a todas as IPSS, e um reforço de 2% às organizações que trabalham na área do apoio aos idosos e ainda com uma medida de apoio eventual para outros custos e sobrecustos que não fossem assumidos por este reforço financeiro.

Espero assim ter esclarecido estas duas questões que foram colocadas e mais uma vez reforçar em meu nome, também porque venho desta área de trabalho, e em nome do Partido Socialista, um apreço muito especial a todos os partidos

desta câmara pela manifestação de apoio a este Projeto de Resolução do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para a participação neste debate?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação desta iniciativa: Projeto de Resolução n.º 9/XII – “Medidas de apoio extraordinário aos idosos”.

Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio do resultado da votação. Faz favor, Sr. Deputado.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 9/XII – “Medidas de apoio extraordinário aos idosos”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado por unanimidade, com 57 votos a favor de todos os deputados presentes à votação. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos nos nossos trabalhos para o ponto 15: **Petição n.º 53/XI – “Cobertura Fibra - Freguesias de Santo Antão e Topo”**, apresentada pelos **Presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Antão e do Topo, na qualidade de primeiros subscritores.**

Rege esta matéria o artigo do nosso Regimento 192.º. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e atribuídos 6 minutos a cada grupo e representação parlamentar para intervir.

Para apresentação do relatório desta petição tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Política Geral, Sra. Deputada Elisa Sousa. Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO N.º 53/XI -
“COBERTURA FIBRA - FREGUESIAS DE SANTO ANTÃO E TOPO”.**

Santa Maria, 18 de janeiro de 2021

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 18 de janeiro de 2021, presencial e por videoconferência, para apreciação e relato sobre a **Petição n.º 53/XI – “Cobertura Fibra - Freguesias de Santo Antão e Topo”**.

A Petição, reunindo mais de quinhentas assinaturas e tendo como subscritores a Senhora Paula Cristina Brasil Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão e o Senhor Lisandro Manuel da Silveira Bettencourt, Presidente da Junta de Freguesia do Topo, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 3 de agosto de 2020, tendo transitado para a Comissão Especializada Permanente de Política Geral da XII Legislatura e cumpre as formalidades regimentais exigidas.

Em reunião da Comissão de Política Geral, realizada a 3 de setembro de 2020, foi aprovada, por unanimidade, a sua admissibilidade.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, a matéria em apreço é competência da Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise, tem como primeiros peticionários os Presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Antão e Topo, Senhora Paula Borges e o Senhor Lisandro Bettencourt e surge com o intuito de alertar para a ausência de cobertura de Fibra Ótica nas freguesias supracitadas. Os peticionários referem que o acesso à internet permite “*encurtar distâncias*”, razão pela qual não compreendem que estas duas freguesias sejam as únicas a não ser contempladas pelo reforço da fibra no Concelho da Calheta.

Os peticionários reclamam a igualdade de tratamento no reforço de fibra no concelho da Calheta, tal como está previsto até final de 2021 no concelho de Velas, pela empresa “Fibroglobal”, mostrando o seu desagrado pelas razões apontadas pela operadora de que a “*antena de serviço se encontra no limite da sua capacidade*”. Dizem, ainda, que os habitantes daquelas freguesias já demonstraram o seu desagrado pelo serviço prestado à operadora que

disponibiliza os serviços, e que, as reclamações “*são sobretudo relativas a dois pontos, às quebras recorrentes do serviço e à velocidade do mesmo*”.

Em nota final referem que “*um cliente em Santo Antão ou no Topo, não pode ser menos do que um cliente nas Velas, ou na Ribeira Seca*”. Os petiçãoários não podem aceitar que, “*numa altura em que os serviços de Telemedicina aumentam, o Teletrabalho é cada vez mais aceite pelas empresas, que as compras online disparam, os serviços de streaming idem, que nos seja privado o presente por falta de infraestruturas*”; não podem aceitar que existam “*clientes de primeira e clientes de segunda*” e perguntam “*Se os valores das faturas não variam em função da freguesia, porque devem variar os serviços?*” e se “*Merece a população desta ponta da ilha mais um motivo de insularidade?*”

CAPÍTULO III

DILIGÊNCIAS

A Comissão deliberou ouvir presencialmente, por videoconferência e ou outros meios telemáticos os subscritores da petição, a Senhora Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações e o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Calheta de S. Jorge e ainda solicitar pareceres escritos à ANACOM e à MEO/ALTICE.

Os pareceres rececionados são juntos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.

AUDIÇÃO CONJUNTA DOS SUBSCRITORES DA PETIÇÃO

A audição, realizada no dia 07 de janeiro, iniciou-se com uma apreciação genérica da iniciativa por parte dos primeiros subscritores.

A Deputada Catarina Cabeceiras fez referência a um requerimento realizado pelo CDS-PP ao anterior Governo Regional, tendo sido transmitido pelo

anterior executivo que havia a obrigação de cobertura de 50%, sendo que, com os trabalhos que seriam realizados seria atingida uma cobertura de 75%. Questionou, primeiramente, se houve outras entidades a tentar resolver esta situação, para além das Juntas Freguesia, e se houve algum contacto com a empresa prestadora do serviço. Indagou, também, se a Senhora e o Senhor Presidente tinham conhecimento se teria aumentado o número de pessoas que estão em Teletrabalho e, portanto, que necessitariam de um serviço de qualidade no que diz respeito à internet.

O Presidente Lisandro Bettencourt referiu que as instituições recorrem às Juntas de Freguesia para expor os seus anseios. Relativamente ao Teletrabalho, respondeu afirmativamente, considerando que há cada vez mais procura pelo acesso à internet. A Presidente Paula Borges referiu que estabeleceram contacto com a “FibroGlobal” não tendo obtido qualquer resposta por parte da entidade.

O deputado Paulo Silveira aludiu à importância de se criarem condições tecnológicas com o intuito de se combater o despovoamento. Nesse sentido, e não tendo havido qualquer resposta por parte da “FibroGlobal” questionou se os Presidentes de Junta tiveram algum tipo de abordagem por parte da “FibroGlobal” ou da própria “Altice”, para encontrar uma solução alternativa, nomeadamente para reforço de Wi-Fi e rede móvel.

A Presidente Paula Borges referiu que, como não obtiveram qualquer resposta da “FibroGlobal” ao primeiro ofício, não voltaram a entrar em contacto com a entidade. O Presidente Lisandro Bettencourt mencionou que encontrar uma alternativa é remediar um problema, considerando que a solução é, efetivamente, a colocação da fibra ótica.

O Deputado Carlos Furtado questionou se contactaram a “ANACOM” enquanto entidade reguladora das comunicações.

A Presidente Paula Borges referiu que, não estabeleceram esse contacto, mas que iriam desenvolver as diligências necessárias para que fosse enviado um ofício à entidade mencionada.

A Deputada Maria Isabel Teixeira referiu que o Município das Velas pressionou para que a cobertura de fibra chegasse a mais freguesias. Afirmou que, quantas mais entidades reivindicassem uma solução, melhor.

O Presidente Lisandro Bettencourt informou que poderiam levar o assunto à Assembleia Municipal, mas consideravam que a Assembleia Regional poderia ter um papel preponderante na resolução daquele problema.

AUDIÇÃO DA SENHORA SECRETÁRIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

A audição, realizada no dia 18 de janeiro, iniciou-se com uma breve apreciação da petição por parte da Senhora Secretária Ana Carvalho, tendo referido, que a concessionária cumpria na íntegra o que estava previsto no Contrato de Concessão imposto pela “ANACOM” entidade sobre a qual o Governo Regional não tem qualquer jurisdição. Contudo, mencionou que o Governo estava a interceder junto da “ANACOM” com o intuito de a sensibilizar para a problemática existente. Informou que a “EDA” pretende, em 2025, levar uma nova linha que poderá albergar a fibra, resolvendo esta situação. Referiu, também, que o atual quadro comunitário não atribui apoios para as telecomunicações.

A Deputada Catarina Cabeceiras referiu a importância do acesso à informação e às novas tecnologias. Questionou se existia algum trabalho que pudesse ser feito para minimizar os constrangimentos nestas duas zonas.

A Senhora Secretária Ana Carvalho respondeu que, infelizmente, não está na posse do Governo a solução para estes constrangimentos. Espera que, no próximo quadro comunitário possam ser disponibilizadas verbas para este fim.

O Deputado Paulo Silveira questionou se, há intenção do Governo Regional, em investir na colocação de “hotspots” e “wi-fi” nestas zonas da ilha.

A Senhora Secretária Ana Carvalho respondeu afirmativamente, dizendo que o

Governo Regional tenciona colocar vários “hotspots” com vista a melhorar a receção nas Fajãs.

O Deputado João Vasco Costa questionou qual a posição da “ANACOM” relativamente à sensibilização efetuada pelo Governo Regional.

A Senhora Secretária Ana Carvalho referiu que a “ANACOM” apresenta-se sempre sensível com as questões relacionadas com a insularidade, contudo, é preciso colocar em prática estas sensibilidades, o que nem sempre acontece. Referiu que, a “FibroGlobal” tem a obrigação de cobrir 50%, sendo que, por iniciativa própria poderão chegar aos 70%.

O Deputado Berto Messias pediu para serem remetidos à Comissão a documentação relativa a sensibilização efetuada pelo Governo Regional à “ANACOM”, bem como, a resposta da entidade.

A Senhora Secretária Ana Carvalho referiu que os contactos foram verbais, não havendo, por isso, documentos escritos que possam ser remetidos à Comissão. Informou, também, que assim que tenha documentos escritos, fará com que cheguem à Comissão.

A Deputada Alexandra Manes questionou se, no diálogo com a “ANACOM”, foram abordados apenas os temas relativos a São Jorge ou a todas ilhas?

A Senhora Secretária Ana Carvalho informou que os contactos foram estabelecidos com vista à colocação da fibra em todas as ilhas.

O Deputado Carlos Furtado não elaborou qualquer questão, mas referiu que este é um problema do passado e que o anterior Governo Regional, quando fez a concessão onde constava a cobertura de 50% já sabia que a concessionária iria abranger as zonas com mais população. Considera que este é um problema de cariz financeiro.

AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA CALHETA DE S. JORGE

A audição, realizada no dia 18 de janeiro iniciou-se com uma breve apreciação da petição por parte do Presidente da Câmara Municipal da Calheta Décio Pereira. Começou por referir a legitimidade desta petição. Considera que não faz sentido que estas freguesias não sejam abrangidas pela cobertura da fibra ótica.

A Deputada Catarina Cabeceiras questionou se, da parte do Município, foram estabelecidos contactos junto de alguma entidade a demonstrar esta preocupação/ reivindicação.

O Presidente Décio Pereira referiu que as freguesias de Santo Antão e Topo já são, muitas vezes “marginalizadas” relativamente a diferentes situações, pelo que se torna imperativo a resolução deste problema. Mencionou, também, que a autarquia estaria disponível para investir, caso houve algum quadro comunitário que apoiasse a construção destas infraestruturas.

O Deputado Paulo Silveira questionou se houve, da parte do Município, algum contacto com a “ANACOM” ou “ALTICE” relativamente a este assunto.

O Presidente Décio Pereira informou que tiveram uma reunião com a “FibroGlobal” e adiantou que, a autarquia teria de assegurar cerca de 400 mil euros para levar a fibra ótica a estas localidades.

A Deputada Alexandra Manes questionou se este assunto já tinha sido levado à Assembleia Municipal e se, da parte do Governo Regional, houve algum contacto com o Município com o intuito de se resolver o problema existente.

O Presidente Décio Pereira referiu que o assunto foi tratado de forma informal, não tendo sido objeto de apreciação em Assembleia Municipal. Informou, também, que não tiveram qualquer contacto formal ou informal com qualquer entidade governamental ou qualquer outra entidade direcionada para este assunto.

O Deputado Carlos Furtado reiterou as questões realizadas pela Deputada Alexandra Manes, considerando ter ficado esclarecido com as respostas dadas pelo Senhor Presidente da Câmara da Calheta.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º **53/XI- “Cobertura Fibra - Freguesias de Santo Antão e Topo”**, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1–Considerando que a presente petição foi subscrita por mais de 500 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;

2–As pretensões dos peticionários têm origem, na necessidade de fazer chegar às freguesias do Topo e Santo Antão a fibra ótica, como forma de minimizar o impacto causado pelo isolamento.

3–Do presente relatório deve ser dado conhecimento aos primeiros subscritores, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados revelaram-se sensíveis às pretensões dos Peticionários, reconhecendo que são justas as suas reivindicações quanto à necessidade de se cobrir com a Fibra Ótica as freguesias de Santo Antão e do Topo.

Santa Maria, 19 de janeiro de 2021

A Relatora, Elisa Sousa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Bruno Belo

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Apresentado o relatório estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Catarina Cabeceiras, era para me inscrever, se faz favor.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, está inscrita.

Agradeço mais inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, para, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, inscrever a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

Presidente: Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira está inscrita. Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, é para inscrever o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Presidente: Paulo Silveira, está inscrito.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Presidente: Sra. Deputada Alexandra Manes está inscrita.

Vamos iniciar. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Saudar os peticionários pela apresentação desta petição, relativa à cobertura de fibra ótica nas freguesias de Santo Antão e do Topo, nomeadamente os primeiros subscritores, **os presidentes das respetivas Juntas de Freguesia a Sra. Paula Borges e o Sr. Lisandro Bettencourt**, pois sem dúvida que iniciativas como esta são um importante contributo para uma **sociedade dinâmica, ativa** e mais próxima dos representantes eleitos, que neste caso em concreto constitui também um **importante contributo para trazer este assunto à agenda política para que exista uma união de esforços para se ultrapassar este constrangimento.**

Os peticionários apelam para que as freguesias de Santo Antão e Topo possam ter acesso à fibra ótica já que são as únicas freguesias da ilha que não ficarão abrangidas.

O Grupo Parlamentar do CDS reconhece esta necessidade, quem conhece a ilha de São Jorge, sabe que estas duas freguesias já pela geografia da ilha encontram-se mais isoladas, e sem dúvida que melhores comunicações serão certamente o garante de melhores oportunidades para os cidadãos e empresas das ilhas, concelhos e freguesias, colocando-as sempre em patamares de informação de forma mais rápida e em melhores condições, e se tudo isto já era assim, a verdade é que pandemia que nos assola potencia ainda mais a necessidade de um serviço que dê a adequada resposta. Temos cada vez mais um elevado número de pessoas em teletrabalho, para além dos serviços existentes nas referidas freguesias, como por exemplo a escola até ao 3.º ciclo, o posto da RIAC, ou até o posto médico na Casa do Povo (em que foi relatado pelos peticionários que muitas vezes os médicos não conseguem entrar nos sistemas que necessitam) ou até mesmos as indústrias que lá existem, como, a Finisterra e a Azores Meat que necessitam de uma resposta adequada nos dias que correm.

Este descontentamento dos peticionários e da população em geral surge aquando da divulgação pela Fibroglobal do reforço de fibra na ilha inclusive no

concelho da Calheta, ficando estas duas freguesias de fora, acrescido também do facto do serviço atual já ser mau pela antena de serviço se encontrar no limite da sua capacidade.

Em junho do ano passado, o CDS apresentou um requerimento para perceber qual o ponto de situação. Na altura, com a resposta do Governo Regional, aferiu-se que efetivamente essas freguesias ficavam de fora, e onde nos informaram que com os trabalhos que decorriam na ilha de São Jorge a cobertura passaria para os 75%. É certo que estão assim cumpridas as obrigações de cobertura no âmbito das Redes de Nova Geração dos 50%, ficando assim a concessionária a cumprir na íntegra o que está previsto no Contrato de Concessão.

Mas a verdade é que apesar de ser assim, não significa que nós nos devemos acomodar, e foi com agrado que verificamos, nos trabalhos de comissão, a posição do Governo Regional na tentativa de sensibilizar a ANACON para esta problemática, pelo que apelamos que se continue a fazer esse trabalho de sensibilização para a situação, para que os residentes das referidas freguesias tenham acesso o mais rápido possível a fibra ótica.

Nos trabalhos em comissão foi perceptível a disponibilidade para a conjugação de esforços para resolver esta questão, quer por parte do Governo Regional dizendo que irá avaliar a possibilidade de integrar esta situação caso seja possível no âmbito do novo quadro comunitário, assim como o Município da Calheta que também manifestou essa disponibilidade.

Para concluir, no entender do Grupo Parlamentar do CDS o importante é manter este assunto na agenda política, e que se efetive esta conjugação de esforços para que os jorgenses de Santo Antão e do Topo, tenham acesso o quanto antes à fibra ótica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Antes de iniciar a minha intervenção quero cumprimentar os peticionários desta iniciativa, e enaltecer os mesmos e todos que se juntaram a esta petição, pelo facto de terem feito chegar a esta Assembleia Regional um assunto tão importante e pertinente para estas duas freguesias da ilha de S. Jorge.

Relativamente à petição entrada nesta Assembleia Regional, a qual baixou à Comissão de Política Geral, onde foram ouvidos os peticionários, a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Santo Antão e o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Topo, o senhor Presidente da Câmara da Calheta e a senhora Secretária das Obras Públicas e Comunicações, é de especial relevância que esta Assembleia Regional sensibilize a empresa Fibroglobal, para o facto de estarmos a falar de duas freguesias, Santo Antão e Topo, que se localizam numa das pontas da ilha onde se fazem notar as assimetrias face à sua localização geográfica, ficando a cerca de 25 km da freguesia mais próxima, numa era de transição digital, onde se depende em muito de uma rede fiável e sólida no seu funcionamento, tendo instalados nas freguesias serviços que cada dia que passa mais dificuldades sentem no seu funcionamento, por falta de uma rede fiável e segura, tal como a Escola Básica e Integrada do Topo, os Bombeiros, as Juntas de Freguesia, o posto da RIAC, as Casas do Povo, o posto de abastecimento de combustíveis, o teletrabalho, a Telemedicina, a indústria de lacticínios Finisterra, entre outros serviços existentes em ambas as freguesias.

Esta freguesias sentem que a sua pretensão é possível, tendo como exemplo o concelho das Velas, que inicialmente a cobertura da rede de fibra ótica seria só de 50%, no entanto está praticamente concluída a cobertura de rede a 100%.

É uma pretensão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está do lado dos peticionários, que a empresa deve estar sensibilizada para ocorrer a pedidos

como este. Sendo assim, é nosso entender, que esta Assembleia Regional em conjunto com a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações diligencie esforços e sensibilize tanto a empresa Fibroglobal como a Anacom, nem que para o efeito de concretização do mesmo tenham de renegociar o acordo de concessão, não esquecendo que estamos na era da transição digital e nenhum açoriano deve ser preterido.

Disse.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As minha primeiras palavras, também como não poderiam deixar de ser, são para enaltecer esta iniciativa cívica liderada pelas Juntas de Freguesia de Santo Antão pela Presidente Paula Borges e Topo pelo Presidente Lisandro Bettencourt pela apresentação desta petição.

Esta não é uma questão que não depende diretamente de orientações ou imposições do Governo Regional dos Açores.

Fazendo o enquadramento sobre a cobertura de fibra ótica nos Açores, recorde que foi no consulado do Governo da República do Partido Socialista, que em 2009 que foram lançados concursos públicos tendo em vista a instalação, a gestão, a exploração e a manutenção das redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade, nos quais estavam incluídos 12 concelhos dos Açores, entre os quais o da Calheta.

Nos Açores a construção e exploração desta rede de alta velocidade foi adjudicada à empresa Fibroglobal.

Nos termos do contrato celebrado com o estado Português, a empresa apenas ficou obrigada a assegurar uma cobertura de 50% da população nos 12 concelhos da Região servidos por esta rede.

Este foi o pecado original, do então Governo da República do Partido Socialista: não garantiu a cobertura integral da população destes 12 concelhos.

O facto é que atualmente a empresa Fibroglobal cumpre com o estabelecido no contrato e até excede os 50% de cobertura, devido aos investimentos que por sua iniciativa tem efetuado nos últimos anos.

Após conclusão dos trabalhos em curso, a rede da Fibroglobal abrangerá cerca de 75% da população da ilha.

No entanto, as Freguesias de Santo Antão e Topo, continuam excluídas do acesso a esta rede, sendo as únicas da ilha de São Jorge sem cobertura de fibra ótica.

Consultada a entidade reguladora ANACOM sobre esta matéria a mesma refere e passo a citar: “...nada impede a Fibroglobal de futuro e fora do âmbito do programa que presidiu ao lançamento dos referidos concursos, vir a expandir as outras zonas geográficas a respetiva rede, alargando ou consolidando a cobertura nas freguesias do concelho da Calheta (e de outros concelhos dos Açores). O mesmo poderá acontecer com outros operadores de Rede”, fim de citação.

Ou seja, a empresa Fibroglobal não está obrigada a cobrir 100% da população, como ficou definido no contrato feito em 2009, esta opção errada do então Governo da República do Partido Socialista, deixou a zona de Santo Antão e Topo mais distante e isolada.

Esta situação prejudica as famílias, empresas e inúmeras instituições existentes nestas duas freguesias.

Entidades como a Escola do Topo, o Centro Paroquial e Social de Santo Antão, Casas do Povo, Corporação de Bombeiros, Postos médicos, posto da RIAC, Juntas de Freguesia, ou a Fábrica da Finisterra, são servidas, em termos de telecomunicações em condições do século passado.

Em sede da Comissão de Política Geral, foi reconhecido o fundamento desta petição, com base na necessidade de fazer chegar às Freguesias de Santo Antão e Topo a fibra ótica.

Ouvida na Comissão a Sra. Secretária das Obras Públicas e Comunicações, a mesma demonstrou a disponibilidade do Governo Regional em colaborar na resolução desta situação, a bem da população de Santo Antão e Topo.

Registe-se, no entanto, que esta matéria não depende, como já referi, diretamente de orientações ou imposições do Governo Regional dos Açores.

Aliás, não fosse a opção errada do Governo da República do Partido Socialista em 2009, nem sequer estaríamos aqui a falar deste assunto.

Apesar deste problema criado no passado às freguesias de Santo Antão e Topo, o novo Governo Regional, já pôs mãos à obra, no sentido de inverter a atual situação.

Nesse sentido, o PSD quer aqui destacar o trabalho que está a ser desenvolvido pela Sra. Secretária das Obras Públicas e Comunicações, que já estabeleceu contactos com a ANACOM, Altice Portugal e Fibroglobal, e está a analisar o eventual enquadramento financeiro deste investimento com recurso a fundos comunitários.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda saúda todas as pessoas que assinaram a presente petição pelo seu ato de cidadania, de participação cívica, pelo seu espírito crítico, construtivo e por nos fazerem chegar o seu desagrado.

A Petição – “Cobertura de fibra, freguesias de Santo Antão e Topo”, como o próprio título indica, reivindica a cobertura de fibra ótica nas duas freguesias mencionadas.

Todas e todos nós sabemos da importância do papel fulcral que a internet tem no nosso quotidiano, seja na vertente lúdica, seja na vertente académica ou laboral.

Quando a quarta geração dos direitos humanos ditou os direitos coletivos da humanidade, dos quais constam os direitos tecnológicos, é inaceitável que persista o erro de deixar de fora as localidades mais remotas, colocando de lado toda a pregoada continuidade e coesão territorial.

A situação pandémica que nos encontramos a atravessar acentuou ainda mais a necessidade de ter um serviço de internet funcional, pois as restrições impostas fizeram com que estudantes, serviços e outros realizassem as suas tarefas a partir de casa.

A tudo isto junta-se os avanços na medicina com a telemedicina, as compras *online* até à visualização de um filme, coisa que com um serviço de net com qualidade se tornou num hábito recorrente.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda é inconcebível que se tente resolver a situação com *hotspots*, reforçar a rede do hi-fi. A isso chama-se remediar e não resolver.

É igualmente estranho que um Governo que se arroga da proximidade às autarquias, sabendo desta situação e de que esta petição estaria em audição, não tenha feito um único contacto com a autarquia da Calheta na tentativa de se definirem estratégias para a resolução deste problema, muito pelo contrário, preferiu o atual Governo refugiar-se na desculpa de 1,9 milhões de euros para resolver esta situação.

Não pode continuar a haver pessoas de primeira e pessoas de segunda. Não pode continuar a haver a desculpa de “o Governo anterior não fez”.

Não se pode falar de transição digital quando algumas localidades continuam com um serviço péssimo de internet.

Exige-se o fim das desculpas e reivindica-se a ação para a solução.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição, Sr. Presidente.

Deputado Nuno Barata (IL): Uma inscrição, Sr. Presidente, Nuno Barata.

Presidente: Paulo Estêvão, Nuno Barata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que sou inteiramente solidário com os peticionários, sei bem o que é esta situação. Quando cheguei ao Parlamento dos Açores tínhamos precisamente uma situação idêntica nas ilhas do Corvo e das Flores e é evidente que, de facto, não existir este equipamento tornava o acesso à internet um autêntico inferno e isso significava uma enorme desvantagem para aquelas populações.

Foi um trabalho que foi feito, quer por parte da Representação Parlamentar do PPM, quer, diga-se em abono de toda a justiça, por todos os partidos representados no Parlamento na altura. Foi um trabalho que foi feito no sentido de permitir e pressionar as entidades competentes para que aquelas populações das Flores e do Corvo passassem a ter acesso à cobertura de fibra ótica.

Isso fez toda a diferença.

Eu sei o que era o antes e sei o que é que era o depois. Sei aquilo que nós passámos a aceder, as vantagens que passámos a ter, tudo isso usufruto de todas essas condições.

Por isso é absolutamente inaceitável que estas populações estejam submetidas a esta situação.

Mas falar como o Bloco de Esquerda falou de “acabaram-se as desculpas” para um Governo que está há dois meses em funções é mais uma vez um populismo atroz, da parte do Bloco de Esquerda e é mais uma vez tentar levar para aquela que é uma matéria que já se viu que é uma matéria em que todos convergimos e que vamos fazer todos os esforços para resolver, é mais uma vez levar o ódio, levar o conflito para a questão da resolução dos problemas que as pessoas estão a enfrentar. Portanto, é sempre a pior abordagem possível, é sempre despejar ódio em cima dos problemas.

A verdade é que da parte do Governo Regional há toda a determinação em conseguir que esta situação seja resolvida, e eu tenho a certeza de que a vamos resolver, porque é evidente que nenhuma freguesia dos Açores, nestas condições... Isto significa uma desigualdade tremenda, do ponto de vista do sistema educativo. É verdade! Eu fui Presidente de uma escola que não tinha acesso à fibra ótica e sei bem o que é que a internet significa e sei bem a desvantagem tremenda que isso significa para os nossos alunos e para os nossos professores. Sei bem e tenho essa experiência.

Por isso também percebo como é para os agentes económicos, percebo perfeitamente como é para a população em geral.

Portanto, isso é algo que tem de ser alterado e tem de ser superado. Portanto, da parte do Governo tem de existir um empenho para que esta questão se resolva e vai resolver-se. Tenho a certeza absoluta que se vai resolver, porque nós temos (nós, como estou convencido que grande parte das forças políticas aqui representadas também têm) essa preocupação de conseguir que todos os açorianos tenham iguais condições, por mais periférico que seja o seu território. E eu que sou um Deputado eleito no Corvo e o Sr. Deputado Gustavo que é eleito na ilha das Flores temos bem a consciência do que significa ter uma localização ultraperiférica e não ter acesso a muita coisa.

Portanto, isto para o PPM, e estou absolutamente convencido que para o Governo Regional, constitui uma prioridade e nós vamos resolver esta questão,

mas um Governo que tem dois meses e tal de exercício de funções não pode ser confrontado com afirmações de carácter populista a dizer “já chega de desculpas, o que é preciso é resolver”.

Vamos resolver, mas esse tipo de acusação eu não aceito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para realçar uma coisa que já disse há dias na Comissão de Assuntos Sociais e que também disse no plenário de aprovação do Programa do Governo: a educação, a par da saúde, a par da cultura, são um importantíssimo elevador social. Hoje é impossível, em pleno século XXI, ter os mesmos acessos à educação com dignidade, com eficácia e eficiência, quando se tem fibra ótica ou quando não se tem fibra ótica.

Esta periferia lamentável condena as pessoas que vivem nestas localidades.

Lembro aos Srs. Deputados, e recorro a alguns daqueles que estão ainda neste hemiciclo que em 1997 quando entrei nesta Casa pela primeira vez eu era o único deputado que usava o computador portátil na sala do plenário. Hoje não há um Deputado que não use o computador portátil na sala do plenário.

Naquele tempo não havia hi-fi. Era uma linha dedicada e que foi o cabo dos trabalhos para conseguir que me a montassem, mas hoje para um aluno do ensino básico, secundário, universitário, um computador portátil ou um simples computador *desktop* é tão importante, ou tão imprescindível, como era uma tábua de ardósia, na minha primeira classe, no ensino básico, na escola onde frequentei.

Portanto não é aceitável de forma alguma que no século XXI, depois de algumas localidades de veraneio, localidades onde não vive uma única alma durante o ano todo terem fibra ótica, e localidades onde há comércio, indústria,

escolas e pessoas a viver permanentemente todo o ano não tenham ainda esse tipo de infraestrutura montada.

Em relação à localidade do Topo, essa primorosa localidade da ilha de São Jorge ainda é mais grave. Ainda há pouco tempo gastou-se lá milhões a fazer um porto que tenho muitas dúvidas que venha a servir para alguma coisa, mas esqueceram-se que no século XXI não tinham uma rede de fibra ótica.

Bem-haja quem fez a petição e bem-haja quem vá cumprir esse desígnio de pôr nessas duas localidades de Santo Antão e Topo a fibra ótica para todos tenham acesso àquilo que existe por este mundo fora.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10h00.

Relembro que temos uma reunião da Comissão Permanente por causa da renovação do Estado de Emergência marcada para amanhã às 9h00 da manhã, e relembro também aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares que logo a seguir ao encerramento dos nossos trabalhos temos uma reunião da Conferência de Líderes para falarmos sobre a organização dos nossos trabalhos.

A todos desejo uma boa noite e um bom jantar.

Até amanhã.

Aos líderes, até já.

Eram 19 horas e 06 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Declaração de Voto

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores, ao abrigo do disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 e 3, do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta a seguinte Declaração de Voto ao Projeto de Resolução n.º 13/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, o qual recomenda ao Governo da República, a criação imediata do "Fundo de Compensação para os lesados do BANIF.

Do Sentido de Voto

1. O GPPS/A votou contra o projeto atrás referido porque, entre outros vícios, o mesmo está elaborado de forma técnica e juridicamente errada e em termos que comprometem a sua eficácia; foi apresentado sem sequer dar a oportunidade que contribuíssem para o seu teor várias entidades, entre as quais, a associação representativa do lesados do BANIF, ALBOA; e, finalmente, porque ao Invés de permitir dar um impulso a este assunto, limita-se, apenas, a servir os propósitos político-partidários de quem o apresentou.

2. Não está em causa, como nunca esteve, o mérito do assunto e, sobretudo, a importância do mesmo para muitas famílias açorianas, as quais se viram privadas das poupanças de uma vida através de uma utilização que,

a ajuizar pelos numerosos relatos de que temos conhecimento, se traduziu num abuso de confiança dos depositantes, alguns dos quais não possuíam literacia financeira bastante, ou sequer suficiente, para, conscientemente, poderem comprometer-se a esse nível.

3. O GPPS/A apoia esta luta, sem tibiezas nem dúvidas.

4. Mas, na nossa opinião, o que esta situação dos lesados do BANIF impõe é que, quando lançamos mão de um mecanismo como o da pronúncia do Parlamento dos Açores, o façamos de forma a que ela possa ter sentido útil e eficácia. E sobretudo, que não se brinque com as expectativas das pessoas...

5. Ora, é isso que, no nosso entender, este projeto não faz.

6. O projeto está, como atrás se disse, mal formulado, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista jurídico. Na verdade, só à terceira tentativa é que o proponente chegou a acordo consigo próprio sobre aquilo que queria propor. Ou seja, o projeto conheceu três versões.

7. Nas duas primeiras formulações, o proponente queria um Fundo de Resolução para os Lesados do BANIF. Na última vez, já queria um Fundo de Compensação. Tudo isto seria correto, não fosse a circunstância de, nem um nem outro, se aplicar ao caso dos lesados, segundo, aliás, a própria associação que os representa. A forma correta para aquilo que o proponente pretende é um Fundo de Recuperação de Crédito, tal como previsto na Lei n.º 69/2017, de 11 de agosto. Mas, pelos vistos, este detalhe que faz toda a diferença, não interessou ao proponente...

8. O proponente pretende distinguir duas noções, a de investidor e a de depositante, quando, na verdade elas não são distinguíveis, mas o que releva é o contexto em que uma e outra levaram a que fossem aplicados os montantes que defraudaram várias famílias açorianas que tinham as suas poupanças no extinto BANIF. Esta parte, decisiva para a defesa da posição dos lesados do BANIF também não interessou ao proponente.

9. O proponente esquece o aspeto principal que tem sido reivindicado pelos lesados e, na sua proposta, remete-o, apenas, para uma posição acessória: o que os lesados reivindicam é que lhes seja dada uma garantia soberana por parte do Estado. O proponente limita-se a fazer referência aos montantes necessários para esse efeito no Orçamento de Estado, parecendo esquecer que a garantia ainda não foi sequer dada, nem, ao que se sabe, assumida pelo Estado.

10. Poderão, legitimamente, alguns perguntar por que razão o GPPS/Açores não apresentou, então, propostas de alteração que melhorassem o documento do proponente. A resposta é que, mais uma vez, por querer tratar de um assunto desta importância "em cima do joelho" o proponente entendeu que este assunto deveria ser tratado segundo a modalidade de urgência e dispensa de exame em comissão parlamentar. Ou seja, nem sequer permitiu que o assunto fosse debatido e potencialmente aperfeiçoado na respetiva comissão. Para além disso, acresce que, ao utilizar a figura regimental de resolução", as propostas de melhoria só podem ser apresentadas pelos proponentes.

11. Em suma, aquilo que a Assembleia Legislativa acabou por aprovar está, no entendimento do GPPS/A, técnica e juridicamente mal formulado, não resolve o assunto e, por estar eivado de erros, nem aproveita a possibilidade de poder influenciar o Governo da República nesta matéria e, em consequência, ajudar os lesados.

12. Esta proposta pode servir muitos propósitos. Mas, seguramente, não serve o interesse dos lesados do BANIF. Apenas serve para o proponente agitar uma bandeira, quando, na verdade, não se ajuda a resolver coisa nenhuma. É, em bom rigor, uma resolução que, para os lesados do BANIF, traz uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

13. É contra este tipo de aproveitamento político e contra a brincadeira com as expectativas dos lesados que o GPPS/A está contra.

Ponta Delgada, 27 de janeiro de 2021

A Deputada, Sandra Dias Faria

Declaração de voto do Grupo Parlamentar do BE ao Projeto de Resolução n.º 13/XII – “Recomenda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, requeira ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Resolução para os lesados do BANIF”

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra o Projeto de Resolução n.º 13/XII - “Recomenda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, requeira ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Resolução para os lesados do BANIF”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, pelos seguintes motivos:

1 – A iniciativa em questão atribui ao Estado a responsabilidade de garantir o ressarcimento aos investidores lesados do BANIF, ou na formulação presente

na proposta, “cidadãos e empresas que demonstrem não ser investidores”. A definição jurídica em questão não existe no ordenamento jurídico nacional. Como tal, não podemos de modo algum acompanhar uma proposta redigida nestes termos, proposta essa que redigida desta forma não dignifica a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

2 – Exigir que o Estado assuma esta responsabilidade através de verba inscrita no Orçamento do Estado é defender que sejam os contribuintes a suportar, uma vez mais, os custos da atuação do setor financeiro, eventuais atividades fraudulentas e falhas nos reguladores independentes.

3 – Uma proposta redigida nestes termos imprecisos poderá até ser contraproducente e poderá prejudicar o processo em curso. 4 – O Bloco de Esquerda defende que sejam minorizadas as perdas dos lesados não qualificados do BANIF, mas protegendo o erário público, princípios que esta proposta está longe de cumprir.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do BE/Açores, António Lima e Alexandra Manes

27 de janeiro de 2021

(A declaração de voto anunciada pelo Sr. Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal não se encontra publicada, por não ter dado entrada, até ao momento, nos serviços da ALRAA)

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

Transcrição efetuado por Noélia Escobar

